



TASSIANA BARRETO DE BARROS MOREIRA

O Acampamento Marielle Vive: da desigualdade socioespacial à luta pela terra
contra a especulação imobiliária em Valinhos/SP

São Paulo - SP

2023

TASSIANA BARRETO DE BARROS MOREIRA

O Acampamento Marielle Vive: da desigualdade socioespacial à luta pela terra
contra a especulação imobiliária em Valinhos/SP

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de Mestra em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, capitalismo e tecnologias”.
Orientador: Clifford Andrew Welch

São Paulo – SP

2023

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Moreira, Tassiana Barreto de Barros.

M838 O Acampamento Marielle Vive : da desigualdade socioespacial à luta pela terra contra a especulação imobiliária, em Valinhos/SP / Tassiana Barreto de Barros Moreira. – São Paulo, 2023.
138 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Clifford Andrew Welch.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, São Paulo, 2023.

1. Geografia rural. 2. Desenvolvimento rural – Brasil. 3. Movimentos sociais rurais – São Paulo (Estado). 4. Acampamento Marielle Vive (Valinhos, SP). 5. Posse da terra – São Paulo (Estado). 6. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Título.

CDD 301.35098161

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

A pesquisa apresenta impacto potencial por realizar um estudo sobre um conflito agrário, contribuindo para a compreensão da atualidade da luta pela terra, em especial em contextos metropolitanos, ao mesmo tempo coloca luz sobre o perfil das famílias acampadas e os interesses e formas de atuação do capital imobiliário na região metropolitana de Campinas, São Paulo, Brasil.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

The potential impact of this research includes its contribution to the study of agrarian conflict, bringing greater understanding to the current struggle for land, especially in metropolitan contexts. At the same time, it offers qualitative and quantitative analysis of the profile of encampment families and their interests and the forms action practiced by real estate capitalists in the metropolitan region of Campinas, São Paulo, Brazil.

IMPACTO POTENCIAL DE ESTA INVESTIGACIÓN

La investigación tiene un impacto potencial al realizar un estudio sobre un conflicto agrario, contribuyendo a la comprensión de la lucha actual por la tierra, especialmente en contextos metropolitanos, al mismo tiempo estudia sobre el perfil de las familias que acampaban y sus intereses y formas de acción del capital inmobiliario en la región metropolitana de Campinas, San Pablo, Brasil.

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de TASSIANA BARRETO DE BARROS MOREIRA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS - UNIDADE COMPLEMENTAR - SÃO PAULO.

Aos 31 dias do mês de março do ano de 2023, às 19:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de DISSERTAÇÃO DE Mestrado de TASSIANA BARRETO DE BARROS MOREIRA, intitulada **O ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL À LUTA PELA TERRA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA, EM VALINHOS/SP..** A

Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de História / Universidade Federal de São Paulo, Prof. Dr. PAULO ROBERTO RAPOSO ALENTEJANO (Participação Virtual) do(a) Departamento de Geografia / Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Profa.Dra. KELLI CRISTINE DE OLIVEIRA MAFORT (Participação Virtual) do(a) . / Escola Nacional Florestan Fernandes - ENFF.

Após a exposição pela mestranda e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, a discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.



Prof. Dr. CLIFFORD ANDREW WELCH



PROF. DRA. SILVIA APARECIDA DE SOUSA FERNANDES
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe

Às famílias do Acampamento Marielle Vive, por me ensinarem todos os dias a não desistir e a ter esperanças no que estamos construindo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações aqui expressas são de responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a visão da CAPES.

Agradeço também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por me tornar quem eu sou.

À Escola Nacional Florestan Fernandes e aos trabalhadores e trabalhadoras sem terra que possibilitaram, através da luta por acesso à educação, que eu realizasse essa pesquisa pelo Programa TerritoriAL.

Ao Cliff, orientador e companheiro, pelas contribuições teóricas, metodológicas, pela paciência, estímulo e disponibilidade. Por fazer a batalha das ideias e me ensinar sobre o papel da academia.

À Turma Ana Primavesi, pelos aprendizados em tempos tão duros de pandemia. Aos professores e professoras do TerritoriAL, em especial a Silvia Adoue e Paulinho Chinelo pelas trocas e contribuições à pesquisa.

Aos companheiros e companheiras do Marielle Vive, pelas risadas e angústias tão intensamente compartilhadas, sempre cheias de esperança. Agradeço aquelas e aqueles que gentilmente concederam entrevistas e as companheiras da Secretaria que contribuíram muito para a sistematização de dados.

Ao Ayan, meu pequeno que também é fruto do Marielle. A dissertação acompanhou a amamentação, o fazer dormir, sua introdução alimentar e suas primeiras palavras. Obrigada pela paciência com a mamãe.

Ao Gerson pelas contribuições na pesquisa e por ter preenchido minha luta com seu sorriso.

Aos meus pais, Roseli e Geraldo, minha vó, Neuza, e irmãos, Amilcar e Daniel, pelo eterno porto seguro.

À Nina e Leleco, pelo escritório em momento crucial, pela amizade e risadas.

“Só saio dessa terra morto”

Seu Luis Ferreira

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar e debater sobre o Acampamento Marielle Vive (MV) do MST, em Valinhos/SP, onde cerca de 450 famílias vivem e lutam por reforma agrária desde 2018. O território MV é concebido através da luta por terra contra o capital imobiliário, representado pela Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, que possui a propriedade da Fazenda Eldorado irregularmente improdutiva até ser ocupada pelos sem-terra que colocam em xeque a expansão descontrolada da especulação nesta região onde predomina a territorialização de condomínios horizontais de luxo. Na realização deste enfrentamento, são muitos desafios colocados cotidianamente para as famílias sem-terra, como falta de água, assassinato, risco de despejo, situação estrutural precária, entre tantos. Não obstante, a resposta dos sem-terra é dada através da organização e participação popular para encontrar as saídas para a superação das contradições. Pretende-se, a partir deste território, estudar a atualidade da luta pela terra em contextos metropolitanos, a característica do sujeito Sem Terra advindo das periferias da Região Metropolitana de Campinas (RMC), os desafios postos a organização dos trabalhadores e trabalhadoras frente a crise estrutural do capital e seus atuais desdobramentos, identificar características da luta por terra contra a especulação imobiliária e as estratégias de domínio rural utilizadas por este setor em Valinhos/SP. Para a realização da dissertação, foram utilizadas metodologias de quantitativas e qualitativas, inclusive entrevistas, levantamento de documentos e observação, bem como pesquisa participante.

Palavras-chave: reforma agrária; crise capitalista; organização popular; especulação imobiliária.

ABSTRACT

This study analyzes and discusses the Marielle Vive (MV) MST Encampment in Valinhos, São Paulo, where about 450 families have lived and fought for agrarian reform since 2018. Valinhos is a town located in the greater metropolitan region of the city of Campinas (RMG). The MV territory is conceived through the struggle for land against real estate capital, especially the Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, which bought the Fazenda Eldorado, an abandoned plantation that was classified as unproductive, making it subject to expropriation and settlement as an agrarian reform project. However, the landless workers who occupied it, made the land productive. The landless occupation challenges the territorialization of land speculation in the region, a process that has seen the construction of many horizontal luxury condominiums – that is to say, gated communities of single-family dwellings on large lots. In their confrontation of the gated-community model of farmland transformation, the landless families face many daily challenges, such as the risk of eviction, water shortages, inadequate infrastructure, precarious shelters, and even murder. However, oriented by the Landless Workers Movement (MST), the landless have developed internal organization and cultivated broad popular participation to mutually overcome these challenges and carry on the struggle. From the example of this territorial dispute, the dissertation examines the contemporary struggle for land in metropolitan contexts, including key demographic characteristics of the landless and the challenges posed to the well-being of workers by the current structural crisis of capitalism. The key objective is to identify and analyze the characteristics of a struggle for land between agroecological farmers and real estate developers in the context of metropolitan areas. To complete the study, the research included the use of quantitative and qualitative methodologies as well as participant-observer data collection.

Keywords: agrarian reform; capitalist crisis; popular organization; real estate speculation.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo analizar y discutir el Campamento del MST Marielle Vive (MV), en Valinhos/SP, donde cerca de 450 familias viven y luchan por la reforma agraria desde 2018. El territorio del MV es concebido a través de la lucha por la tierra contra el capital inmobiliario, representado por Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, propietaria de la propiedad de Fazenda Eldorado, irregularmente improductiva hasta que fue ocupada por los Sin Tierra, que cuestionan el predominio y la hegemonía de la especulación en una región de condominios horizontales de lujo. Al llevar a cabo este enfrentamiento, son muchos los desafíos que se le plantean a diario a las familias Sin Tierra, como falta de agua, asesinato, riesgo de desalojo, precaria situación estructural, entre muchos, sin embargo, la respuesta de los Sin Tierra se da a través de la organización y participación popular. .para encontrar formas de superar las contradicciones. Se pretende, a partir de este territorio, estudiar la actualidad de la lucha por la tierra en contextos metropolitanos, la característica del sujeto Sin Tierra proveniente de la periferia de la Región Metropolitana de Campinas (RMC), los desafíos planteados a la organización de los trabajadores en frente a la estructura de crisis del capital y sus desarrollos, identificar características de la lucha por la tierra contra la especulación inmobiliaria y las estrategias de dominio agrario utilizadas por este sector en Valinhos/SP, para realizar la investigación, métodos cuantitativos y cualitativos, participante y se utilizaron investigaciones militantes.

Palabras clave: reforma agraria; crisis capitalista; organización popular; especulación inmobiliaria.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 – Região Metropolitana de Campinas (RMC).....	28
Mapa 02 – Localização Acampamento Marielle Vive.....	41
Figura 01 – Acampamento Marielle Vive em 2018.....	48
Figura 02 – Acampamento Marielle Vive em 2020.....	49
Gráfico 01 – Profissões dos homens do Acampamento Marielle Vive.....	65
Gráfico 02 – Profissões das mulheres do Acampamento Marielle Vive.....	66
Figura 03 – Mural da Escola Popular Luis Ferreira.....	95
Figura 04 – Reforço escolar na Escola Popular Luis Ferreira em 2020.....	96
Figura 05 – Distribuição de alimentos na Cozinha Coletiva do MV.....	97
Figura 06 – Distribuição de alimentos na Cozinha Coletiva do MV.....	97
Figura 07 – Distribuição de alimentos na Cozinha Coletiva do MV.....	98
Figura 08 – Foto aérea região Estrada do Jequitibá anos 1984 e 1994.....	109
Figura 09 – Foto aérea região Estrada do Jequitibá anos 2004 e 2014.....	109
Figura 10 – Foto aérea região Estrada do Jequitibá anos 2020.....	110
Figura 11 – Mapa das fazendas que integram o projeto de urbanização da chamada Região dos Lagos.....	115
Figura 12 – Anteprojeto de urbanização da região dos Lagos, Valinhos (SP)....	115
Figura 13 – Organograma de empresas acionistas da Eldorado Empreendimentos Ltda.....	117
Figura 14 – Localização FEEI.....	124
Figura 15 – Proposta de divisão espacial do Assentamento Marielle Vive por NBs.....	125

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de pessoas por gênero	60
Tabela 2 – Quantidade de pessoas por idade.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CT	Comunas da Terra
FEEI	Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
MPE	Ministério Público Estadual
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MV	Acampamento Marielle Vive
NBs	Núcleos de Base
RAP	Reforma Agrária Popular
RMC	Região Metropolitana de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A LUTA PELO ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: MOBILIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE UM TERRITÓRIO COMUNITÁRIO.....	19
2.1	Do município de Campinas à RMC.....	26
2.2	O Acampamento Marielle Vive: da concepção à ocupação.....	29
2.2.1	A Comuna da Terra na Região de Campinas. Povo do campo e da cidade: tamo junto e misturado.....	29
2.2.2	A Reforma Agrária Popular: da crise estrutural do capital ao programa agrário do MST.....	34
2.2.3	Entre o campo e a cidade: a constituição do Acampamento Marielle Vive.	38
2.3	A territorialidade do Acampamento Marielle Vive.....	47
2.4	A construção de um território: o ser sem terra na luta pela terra em regiões metropolitanas.....	53
3	ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: OS E AS PROTAGONISTAS DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS... 	58
3.1	Desemprego e subemprego: desdobramentos da reestruturação produtiva na constituição do Acampamento Marielle Vive e suas implicações na vida das famílias acampadas.....	61
3.2	Migração: trajetória de vida das famílias do Acampamento Marielle Vive.....	73
3.3	As tentativas de desterritorialização: assassinato, coerção e ataques.....	83
3.3.1	Espaço proibido: negação de direitos por parte do poder municipal.....	86
3.3.2	Disputa ideológica nas narrativas dos Sem Terra e do poder público local	88
3.3.3	Resistindo à desterritorialização: coerção, ameaças e assassinato.....	90
3.4	Organização popular: de Seu Luis às resistências.....	93
4	A NOVA LUTA PELA TERRA: ASSENTAMENTO OU CONDOMÍNIO FECHADO.....	100
4.1	Valinhos: da capital do figo roxo à cidade dos condomínios fechados.....	102

4.2	O avanço dos condomínios de luxo: análise de fotos aéreas da região da Serra dos Cocais próxima a Estrada do Jequitibá.....	108
4.3	A Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários: a improdutividade para a certeza de ganhos futuros.....	113
4.4	Assentamento Agroecológico Marielle Vive.....	118
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	127
	REFERÊNCIAS.....	131

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação “O Acampamento Marielle Vive: da desigualdade socioespacial à luta pela terra contra a especulação imobiliária em Valinhos/SP” traz a análise e pesquisa acerca do Acampamento Marielle Vive (MV) e do conflituoso processo de luta entre a proposta de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a de construção de condomínios horizontais de luxo pela empresa denominada Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda (FEEI) na Fazenda Eldorado no município de Valinhos (SP).

A especulação imobiliária tem avançado sobre áreas rurais na Região Metropolitana de Campinas (RMC) transformando regiões outroras agrícolas em local de construção imobiliária. Valinhos é uma referência de município que possui condomínios de alto e médio padrão no qual o avanço do capital imobiliário foi determinante para sua configuração espacial nas últimas décadas. A região da Serra dos Cocais, onde se localiza o MV, tem sido vetor de expansão de condomínios de luxo devido à localização próxima às grandes rodovias que possibilitam acesso fácil aos municípios como Campinas e São Paulo, a sua beleza paisagística, existência de áreas agrícolas e pelos fragmentos de vegetação originária preservada.

Em abril de 2018, famílias organizadas pelo MST ocuparam a FEEI como forma de denunciar o uso improdutivo da fazenda então destinada a especulação imobiliária e reivindicar a área para a reforma agrária, levantando barracos, construindo local de moradia, produção e resistência desde o início da ocupação. Além da improdutividade, as famílias denunciaram o uso da área para a construção de um condomínio horizontal luxo devido aos impactos em relação à segregação espacial e à questão ambiental. O MV se contrapõe a este modelo de desenvolvimento e propõe a construção de um assentamento ambientalmente e socialmente sustentável para a região.

Além das denúncias e exigências em torno ao direito à terra e à reforma agrária, as famílias do MV constroem diariamente, há cerca de 5 anos, uma forma de uso do espaço e organização comunitária de modo a demonstrar a viabilidade do projeto de assentamento. Também são muitos os desafios enfrentados pela comunidade como riscos de despejo, precariedade material, e ataques de diversas ordens para forçar as famílias a saírem da área. Em 18 de julho de 2019, o acampado conhecido como Seu Luis, um homem humilde de 72 anos de idade, foi

assassinado durante um ato político que exigia abastecimento de água potável no MV. O caso revoltante do assassinato do Seu Luis expressa a resiliência da comunidade que, sob tantos ataques, também luta por justiça e pela prisão do assassino Leo Ribeiro.

O estudo sobre a história de vida e situação atual das famílias do MV nos ajuda a compreender vários aspectos das questões relativas à formação espacial do acampamento e territorialização da luta pela terra atualmente nas metrópoles, como a RMC. É sabido que a estrutura socioespacial elitizada e segregadora faz parte do urbano brasileiro, o interessante é interpretar quais efeitos desta realidade propiciam trabalhadores/as urbanas a fazerem a luta pela terra neste período histórico, logo após o impactante golpe contra a presidente Dilma Rousseff em 2016 e a ascensão do governo reacionário de Michel Temer, seguido pelo fascista Jair Bolsonaro que assumiu o poder de 2019 a 2022. Na prática, foi um período de diversos ataques à reforma agrária, sem conquista de novos assentamentos no país, além de sofrer a reversão de diversas políticas públicas, como as que apoiaram os assentamentos e outros direitos sociais conquistados, como as leis trabalhistas e de previdência social.

Foi neste quadro histórico da crise estrutural do capital, com suas manifestações no Brasil e consequências para a vida das e dos trabalhadores, que pesquisamos o MV. Através da rica experiência do acampamento, no limiar entre os espaços urbano e rural, que temos como objetivo geral contribuir no debate sobre a atualidade da luta pela reforma agrária no país. Objetivos adjacentes da dissertação são: o debate sobre os desafios organizativos da classe trabalhadora no contexto atual a partir da realidade da organização interna e base social do MV; e o questionamento acerca da função social da terra em período de hegemonia do capital financeiro mundial através da análise do conflito travado entre MST e FEEI,.

Para concretização dos objetivos, em relação ao método realizamos levantamento bibliográfico acerca das temáticas que permeiam diversas ciências humanas e são fundamentais para interpretarmos o MV, como a questão urbana, questão agrária, reforma agrária, acampamentos e assentamentos rurais, reestruturação produtiva, capitalismo periférico, crise estrutural do capital, especulação imobiliária. Além disso, foram analisados documentos da Prefeitura Municipal de Valinhos, MST, Judiciário, assim como vídeos e entrevistas sobre o MV e fotos aéreas.

Metodologicamente também realizamos pesquisa participante, ou seja, acompanhamos o processo anterior ao surgimento do MV - principalmente o trabalho de base - e posterior à ocupação ao longo dos anos de resistência da comunidade, de setembro de 2017 ao final de 2022. A pesquisa participante se deu através da experiência concreta no território como militante do MST, participando do cotidiano das famílias, nas reuniões internas das comunidades, em reuniões com outros setores da sociedade, em atividades no MV (de formação, cultura e organização) e externas, como atos políticos que a comunidade sem-terra promoveu.

Adicionalmente, tivemos acesso ao cadastro das famílias do MV, realizado pela secretaria do acampamento, que possui diversos dados sobre a realidade e sobre quem são os e as acampadas. Também realizamos outros levantamentos através da realização de entrevistas semi estruturadas com acampados/as e coordenadores/as do MST, cujos dados contribuíram com elementos concretos sobre os temas estudados. Na dissertação utilizamos dois contos sobre o MV escritos em 2021 pela autora, com o objetivo de introduzir às temáticas abordadas, eles são analisados ao final de cada capítulo à luz das evidências apresentadas. A pesquisa também contou com dados secundários principalmente acerca da RMC, FEEI e Valinhos.

Organizamos a apresentação da pesquisa em três capítulos. O primeiro capítulo, de número 2, conta a geo-história do MV a partir das seguintes análises: a) do urbano e da realidade da RMC, metrópole que condensa a desigualdade socioterritorial da qual deriva o MV, do avanço do capital imobiliário às ocupações e autoconstruções realizadas pelos trabalhadores e trabalhadoras; b) de duas elaborações do MST, a Comuna da Terra (CT) e o Projeto Agrário da Reforma Agrária Popular (RAP), que são construções políticas - teóricas e práticas - do MST ao longo das primeiras décadas do século XXI das quais o MV é uma de suas expressões; c) a história do MV, o processo de construção da comunidade, da territorialidade e da identidade sem terra. A metodologia empregada para o estudo desses temas incluiu levantamento bibliográfico, a pesquisa participante, realização de entrevistas, e análise de reportagens, documentos e imagens aéreas.

O capítulo 3 apresenta pesquisa qualitativa e quantitativa sobre a base social do acampamento, a partir da morfologia da classe trabalhadora imposta pela reestruturação produtiva e o processo histórico brasileiro da desterritorialização dos

camponeses e a formação da força de trabalho urbana. Ele aborda a questão das variadas profissões das famílias sem-terra do MV, sua flexibilidade e resiliência, e também as múltiplas migrações que os levaram até o acampamento, dois vetores fundamentais na vida das famílias. Ainda serão debatidos no capítulo os ataques sofridos pela comunidade, com a apresentação do levantamento dos dados coletados a partir da realização de entrevistas, análise do discurso, análise de documentos, além da pesquisa participante. É nessa sessão que vamos falar sobre o assassinato do Seu Luis e as repercussões do assassinato na comunidade e a construção das resistências frente aos ataques.

O exame da disputa atual entre a invasão imobiliária dos condomínios de luxo na região da Serra dos Cocais, no município de Valinhos, e a resistência apresentada pela proposta dos acampados do MV de implantar nas terras da Fazenda Eldorado um assentamento agroecológico é o objeto central do capítulo 4. As imagens do Google Earth da região das proximidades da Estrada do Jequitibá, onde está o Marielle, nas últimas 4 décadas são utilizadas para identificar o avanço da especulação imobiliária e as transformações espaciais ocorridas. O capítulo também serve para investigar os planos dos dois personagens da disputa: a empresa Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários Ltda e o MST. A FEEI pretende construir condomínio horizontal de luxo nas terras, juntamente com demais fazendas improdutivas da região. Pelo contrário, o MST defende planos para construir transformar o acampamento MV no Assentamento Agroecológico Marielle Vive, propondo para a Serra dos Cocais projetos de preservação ambiental, agricultura sustentável e produção de alimentos agroecológicos.

A dissertação também é um relatório da sistematização de debates e sínteses coletivas realizadas na militância do MST sobre o MV e a luta pela reforma agrária no Estado de São Paulo, ao mesmo tempo que potencializa a interpretação da realidade através do uso de dados e debate com autores e autoras. Sobretudo, é uma oportunidade de registrar e contar a história do acampamento e de suas famílias que ousam questionar privilégios e exigir, através da luta, seus direitos. É especialmente para elas que, como parte de nossa tarefa militante, apresentamos os resultados desta pesquisa.

2 A LUTA PELO ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: MOBILIZAÇÃO E CRIAÇÃO DE UM TERRITÓRIO COMUNITÁRIO

O sol

O dia de uma ocupação é sempre um dia muito agitado e de ansiedade. Isso para qualquer um/a. Imagine como foi pra ela, com 15 anos, tão aflita porque não queria se mudar do bairro, nem ficar longe dos colegas e não faz a menor ideia para onde está indo. Olhou para a mão tentando achar algum dedo que ainda tivesse uma pontinha de unha para roer. Já não tinha nenhuma, mesmo assim colocou a mão na boca e logo foi repreendida pela mãe. Elas estavam no ônibus, a caminho do que viria ser uma mudança imensa de vida. Carregavam três sacolas cada uma, tinha roupa, colchonete, comida, creme de cabelo, sabonete, panela e vinham segurando fora da bolsa dois copos de plástico e uma garrafa térmica com café, daqueles bem melados, da gente não saber se é açúcar com café ou café com açúcar. O pai dela vinha atrás, na Belina velha dele. Não queria vir de jeito nenhum, mas não teve jeito, a mulher saiu andando com as trouxas e a filha, quando percebeu que era sério ele saiu correndo de carro atrás.

O ônibus finalmente parou, estava tão escuro que ela só conseguiu ver lanternas aleatórias, ouvir gritos com palavras de ordem que a arrepiaram e perceber um monte de gente andando, correndo para entrar na fazenda; nas sombras dava pra ver seus vultos carregando malas, cachorros, bambus. Ela caminhou no mesmo sentido das pessoas até então desconhecidas, juntamente com a mãe, ambas tentando identificar onde estavam e pelo o que dava pra ver, elas nunca tinham ido ali. Atravessaram o portão da fazenda que fora arrebentado, quase tropeçando, ela pisou na corrente e no cadeado caídos no chão para finalmente estar na terra. Avançou bravamente pela fazenda que agora começava a dar lugar para a construção do acampamento quando de repente já não ouvia mais as palavras de ordem, viu tanta terra que cabia todas aquelas pessoas e muito mais, percebeu-se sozinha pela primeira vez na sua vida, já não sabia onde estava sua mãe, e não se importava porque sentiu a sensação única de respirar o ar da primeira hora da manhã. Olhou para o horizonte, o Sol já ia começar a raiar. Apenas com a terra de companhia, ela fechou os olhos como se fizesse uma prece, foi então que o primeiro raio de Sol do dia surgiu no horizonte tocando seus lábios, de forma tão quente e envolvente, que foi o seu primeiro beijo. (Moreira, 2022a)

Para compreender o MV é fundamental levantarmos alguns elementos sobre a crise estrutural do capital e seus impactos nas cidades, com a reestruturação produtiva e o avanço do capital imobiliário, a fim de compreender a nível sistêmico o contexto e problemática na qual está inserido o MV dentro das especificidades da RMC, uma vez que a luta do acampamento é fruto das contradições expressas no urbano em sua configuração na metrópole campineira.

O capital esgotou sua capacidade civilizatória, realizando, no período atual, formas destrutivas de manter sua reprodução ampliada. Ocorre um processo de intensa destruição das forças produtivas da natureza, do meio ambiente, da força humana de trabalho; uma lógica societal voltada para a produção de mercadorias e exploração sem limite do meio ambiente em escala planetária. O capital, desprovido de

humanidade, impõe “a completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca no interesse da autorrealização ampliada do capital” (Mészáros, 2011, p.606).

O caráter destrutivo do sistema capitalista produz a barbárie na qual as camadas mais pobres da população sofrem de forma mais aguda, seja pelas questões materiais - condições de moradia, exploração do trabalho, fome - com as catástrofes ambientais e também em suas expressões subjetivas, como o crescimento da violência.

David Harvey (2016) demonstra o papel vital das crises no sistema capitalista que implica na atualização e transformação da paisagem, da ideologia, relações sociais, ingerindo na totalidade da sociedade e da vida, assim como na formação de territórios e dos conflitos.

Crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Muita coisa é derrubada e destruída para dar lugar ao novo. Terras produtivas são transformadas em desertos industriais, velhas fábricas são demolidas ou usadas para novas finalidades, bairros onde mora a classe trabalhadora são gentrificados [...] Campos de golfe e condomínios fechados, vistos pela primeira vez nos Estados Unidos, agora são encontrados na China, no Chile e na Índia, contrastando com assentamentos e ocupações irregulares, formalmente chamados de cortiços, favelas ou *barrios* pobres. (Harvey, 2016, p.09).

Na citação acima, Harvey parece descrever o impacto social que este processo de crise acarreta sobre os trabalhadores/as que compõem o perfil das famílias do acampamento, para os capitalistas a crise significa possibilidades de ganhos através de novas oportunidades. A gentrificação de áreas de moradia da classe trabalhadora, como onde está o Marielle, e sobre o avanço dos condomínios de luxo enquanto as condições de vida e moradia da classe trabalhadora são precárias, o trecho demonstra a condição estrutural na qual o conflito do Marielle é uma das reações e das consequências à realidade socioeconômica da crise do capital. Por isso é necessário compreender este território a partir dos desdobramentos sistêmicos e gerais do capital, em diálogo com as singularidades e especificidades do MV.

A barbárie sistêmica promovida pelo capitalismo é uma consequência da crise estrutural do capital, conforme David Harvey a acumulação originária sistematizada por Marx é atualizada com novas facetas a partir dos desdobramentos mais atuais do capital e está no centro do crescimento capitalista. Harvey (2005) organiza as

características do sistema do capital: a) inevitavelmente expansível; b) possui uma força revolucionária que está permanentemente transformando o mundo de modo incessante e constante; c) necessita da reprodução ampliada do capital; d) a burguesia tem a missão histórica de acumulação; e) no qual as contradições internas são inerentes ao crescimento econômico e por vezes irrompem em crise que são endêmicas do sistema; f) tendencialmente de natureza caótica no processo de acumulação.

As crises endêmicas, frutos da natureza caótica do sistema, atuam freando a espontaneidade, impondo certa racionalidade, além disso, também produzem a expansão da capacidade produtiva renovando as condições de acumulação em níveis superiores. Nos momentos de crise aguda do capital Harvey salienta que as consequências sociais são trágicas para a classe trabalhadora, agudizando a luta de classes ao mesmo tempo que atua de modo a expandir a capacidade produtiva e alcançar um nível superior de acumulação.

A expansão da acumulação ocorre através da renovação das condições dadas para sua realização como: a) aumento da produtividade da força de trabalho; b) redução do custo da força de trabalho; c) novas e mais lucrativas linhas de produção e; d) aumento da demanda efetiva por mercadorias realizando um esvaziamento do mercado de todos os bens produzidos. A tendência à expansão do capital e a conseqüente territorialização, garantiu sua atuação e domínio em praticamente todo o planeta, ao mesmo tempo, o espaço parece estar cada vez mais anulado com o avanço da modernização dos transportes, dos meios de comunicação e da integração espacial. O aumento da demanda efetiva, vital para o sistema, ocorre pela penetração do capital em novas atividades, pela produção de novos tipos de mercadorias (novas necessidades), expansão dos pontos de troca, com a diversificação da força de trabalho, com o aumento populacional e a expansão geográfica do capital. A acumulação por espoliação, como ação do capitalismo de acentuar a exploração humana e da natureza, reinventa novas formas de devastação garantindo as condições para a acumulação, o que culmina na tendência sistêmica de centralização e concentração de capital (Harvey, 2005).

Na crise estrutural que vivemos a partir da década de 1970 nós assistimos a transformações no mundo do capital para manter e aprofundar sua rentabilidade depois de uma estagnação econômica e queda da taxa de lucros nas décadas anteriores. Com a revolução tecnológica e organizacional na produção entrou em

marcha a reestruturação produtiva, uma nova divisão internacional do trabalho, entre centro e periferia, a financeirização e ajuste neoliberal e com novas políticas econômicas e industriais (Behring, 2008).

A consciência de classe para si enfrenta novos obstáculos com a mundialização do capital e a ideologia neoliberal apregoando a individualidade como questão central na vida, alcançando os ditames do capital a totalidade das relações humanas implicando na desestruturação das organizações de trabalhadores/as, as conquistas da classe trabalhadora nos séculos passados são extinguidas no período de crise estrutural do capital, inviabilizando ganhos que foram integrados ao sistema (Mészáros, 2011).

Hoje, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa própria época histórica, quando a auto expansão produtiva já é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam, o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas. (Mészáros, 2011, p.95).

A crise estrutural tem sua expressão nas cidades onde, no Brasil, encontra uma estrutura extremamente desigual. Enquanto principal local no qual ocorre a reprodução da força de trabalho, o urbano brasileiro foi construído baseado nas contradições e problemas históricos nacionais como a grande desigualdade social, os séculos de escravidão, o Estado patrimonialista e na periferia do capitalismo, o modelo de cidade é fruto desse processo, assim como as formas pelas quais a população marginalizada se constrói nesse espaço (Maricato, 2013).

As ocupações urbanas e periféricas, como as favelas, são inerentes ao modelo de urbano brasileiro, quem ocupa é a parte dos trabalhadores e trabalhadoras que não foi inserida no espaço residencial formal das cidades, e durante todo o surgimento das cidades no Brasil construíram formas de conquistar espaços construindo suas residências informais através de ocupações, autoconstrução, cortiços, etc. Nos anos de 1960 a 1980 houve um grande crescimento urbano no Brasil com a consolidação e construção da periferia no Brasil a partir do modelo da cidade baseado na desigualdade socioespacial, com degradação ambiental predatória e discriminação social (Rolnik, 2015).

A crítica à razão dualista feita por Francisco de Oliveira na década de 1970, é um divisor de águas para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil,

a formação das cidades e da superação da concepção que antagoniza o “arcaico-moderno”, Oliveira demonstra como

[...] a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia. (Oliveira, 1972, p. 07).

O central na crítica de Francisco é em torno do reducionismo da análise baseada em que o problema brasileiro está no subdesenvolvimento, na pobreza ou no rural, enquanto a estruturação da sociedade brasileira, social e econômica, é organicamente desigual a fins de proporcionar às demandas necessárias para a acumulação do capital em determinado momento histórico num modelo periférico de desenvolvimento. Por isso, no desenvolvimento das cidades, as ocupações, autoconstrução de moradias, favela e miséria não são a parte atrasada, ao contrário, entrelaçam-se organicamente no modelo de desenvolvimento.

Assim, a construção espacial das cidades, com sua falsa dualidade centro-periferia, é organicamente desigual, a existência das periferias resultam do processo da formação dos contingentes migrantes sua força de trabalho no período da industrialização - especialmente no pós 1930 - e para a formação do exército industrial de reserva, ambas com rebaixado custo de reprodução da força de trabalho e, por conseguinte, menores salários.

Rolnik (2015) sintetiza a análise de Francisco Oliveira e Lúcio Kowarick sobre o modelo periférico de desenvolvimento do capitalismo, no qual o contingente populacional “sobrante” de trabalhadores nas cidades cumprem dois papéis para dentro do sistema, da existência do exército industrial de reserva permanente e redução do custo da reprodução da força de trabalho rebaixando os níveis salariais.

A existência de um grande contingente populacional de pobres e destituídos dos meios de produção nas cidades permitiria, assim, a manutenção de baixos níveis salariais. Essa condição é *sine qua non* para a competitividade das empresas que operam na periferia do capital, que não contam com as economias de escala e de aglomeração e com a tecnologia de que gozam seus competidores nos países centrais. Por outro lado, produtos de consumo essenciais à sobrevivência - incluindo a casa -, ofertas de forma não monetária ou a um preço bastante baixo, permitem que esses salários sejam mantidos a valores até mesmo inferiores ao mínimo vital. A autoconstrução da moradia representa, assim, a superexploração da força de trabalho, através do sobretrabalho e da espoliação urbana. (Rolnik, 2015, p.157).

É importante analisar a RMC à luz do aumento mundial de metrópoles no final do século XX no qual vivemos uma ampliação populacional e espacial de cidades,

conformando grandes metrópoles globais com imensas regiões periféricas nas quais a pobreza e precariedade das condições materiais são alarmantes. Conforme Mike Davis (2006) a atuação do FMI e do Banco Mundial a partir das décadas de 1970 e 1980, constringendo os países periféricos a incorporarem seu Plano de Ajuste Estrutural, foi um dos responsáveis pelo surgimento das “hipercidades” devido ao aumento da pobreza, como desdobramento desta intervenção, mais de 1 bilhão de pessoas ficaram desocupadas.

Com o ajuste fiscal, somado ao neoliberalismo e a globalização pós 1980 no Brasil, a “tragédia urbana se aprofunda” (Maricato, 2013), com interiorização da urbanização e a hegemonia do agronegócio com a produção de commodities. É neste período que os municípios da RMC tem grande crescimento e muitos tornam-se municípios médios, ao mesmo tempo que a comoditização da economia começa a ter impacto na industrialização com a chamada reprimarização da economia brasileira nas décadas seguintes.

Outro elemento fundamental indicado por Ana Fani Carlos (2015) é a conformação da metrópole como ponto chave para a acumulação do capital em sua fase de hegemonia financeira e de crise de superacumulação na qual:

[...] a reprodução do espaço urbano da metrópole expõe o momento em que o capital financeiro se realiza através dessa reprodução, produzindo “um novo espaço” sob a forma de “produto imobiliário” que aponta uma mudança na aplicação do capital-dinheiro acumulado do setor produtivo industrial em direção ao setor imobiliário, o que exige uma fluidez avassaladora. (Carlos, 2015, p. 26).

Segundo a autora, o processo de mudança da hegemonia mundial da industrialização para a hegemonia financeira impacta diretamente na produção do espaço e em sua mercantilização através do mercado imobiliário.

Rolnik (2019, p.160) chama este fenômeno de “uma nova geografia” que tem início a partir da década de 1980, quando o capital entra em um novo ciclo de expansão territorial. Assim como ciclos anteriores, este é baseado na “despossessão” e “expansão territorial”, no entanto, neste vemos também a transformação da relação do capital com o espaço devido à emergência da hegemonia do capital financeiro e rentista (Rolnik, 2019, p. 160). Sob domínio financeiro, a terra, além de meio de produção e de gerar renda fundiária, é reserva de valor com grande potencial lucrativo. Nesta fase a desterritorialização e expulsão já não objetiva a constituição ou aumento da força de trabalho proletária

despossuída de meios de produção, mas sim a garantia de controle de ativos na qual se fundamenta novo uso do espaço.

Seguindo a análise da autora, ela indica que a escassez de terras e de recursos naturais é uma nova situação que o capitalismo enfrenta e que, a partir de sua dinâmica intrinsecamente expansível, este é o avanço do sistema para a última fronteira do globo para conquistar novas terras. Neste cenário, as áreas de posse irregular ou coletiva, no campo e na cidade, como favelas, ocupações, assentamentos, terras indígenas e acampamentos rurais, tornam-se estratégicas para o capital financeiro como passíveis de funcionarem como reserva e garantia de ativos. “Assim, o locus de um exército industrial de reserva, as favelas do mundo convertem-se em novas reservas de terra para extração de renda, sob hegemonia do complexo imobiliário-financeiro” (Rolnik, 2019, p.167).

A crítica de Francisco e Kowarick nos leva a indagar sobre o Marielle enquanto uma proposta contra hegemônica de organização espacial e popular, no contexto atual do capitalismo e sua estrutura no sul global, ou, em qual medida, cumpre papel na acumulação do capital no que se refere a garantia de local de moradia gratuita e marginal para trabalhadores/as urbanas “sobrantes”. Ao mesmo tempo, na fase atual do capitalismo com a utilização das terras como reserva de valor, observa-se o confronto com a especulação imobiliária expresso pela ocupação da FEEI e a pressão realizada pelo MV no questionamento em relação à legalidade do uso da terra para construção de condomínios. A proposta do assentamento incide contrariamente aos interesses do capital especulativo, uma vez que na lógica da especulação imobiliária o objetivo é a valorização financeira através da captura rentista da renda da terra a partir da compra de terrenos e constituição de estoque de terras que possibilite a criação do capital fictício por antecipar lucros futuros do que está por vir a ser construído (Fix, 2011).

O processo de financeirização da moradia em solo urbano no Brasil ocorre a partir da década de 1990 e nas primeiras décadas do século XXI, a crise urbana brasileira agora se dá pelo encontro do modelo desigual e predatório, nos quais a formação das cidades brasileiras são constituídas, somado ao capital financeiro global nas cidades (Rolnik, 2015, p.266). O aumento de regiões metropolitanas com suas pobres periferias, em contraponto às suas regiões luxuosas, expõe as desigualdades socioespaciais nas quais se baseia o sistema capitalista e sua forma de produção do espaço na periferia em diferentes fases do seu desenvolvimento.

Essa é a realidade da RMC, que passou por grande processo de urbanização desde meados do século passado e que se transformou em uma grande região metropolitana que nas últimas décadas expande sua urbanização, com grandes ocupações formando regiões periféricas, com suas manchas urbanas que integram municípios e paulatinamente substituem a área rural e produção agrícola pelo mercado imobiliário. Importante compreendermos o processo de desenvolvimento de Campinas e a conformação da metrópole sob a ótica histórica e da espacialização para refletirmos seu papel atual.

2.1 Do município de Campinas à RMC

A Lei de terras de 1850 imprimiu a mercantilização da terra que passa a ser passível de compra e venda, possibilitando o avanço de novas fazendas cafeicultoras em Campinas, seja em áreas devolutas e nas áreas preservadas de mata nativa, como também em áreas de produção canavieira que foram substituídas por café no século XIX. Ao final daquele século, Campinas já era o maior produtor de café de todo o estado, esse processo foi fundamental e embasou as condições para sua transformação em uma grande metrópole atualmente.

Pela alta demanda de transporte para o setor cafeicultor do estado de São Paulo no século XIX (para deslocamento em direção ao porto destinado à exportação, para circulação de mercadorias e tecnologia para o plantio do café, entre outros) houve uma modernização de malhas ferroviárias, o que potencializou o desenvolvimento do estado com a territorialização da monocultura do café em mais lugares, estruturando espacialmente as lavouras, além de alavancar a migração em massa.

No início do séc XX o município de Campinas, cujas lavouras cafeeiras já se encontravam em declínio no final do século XIX, achava-se agora consolidado como centro político, comercial e financeiro, como centro prestador de serviços especializados, irradiador de tecnologias, qualificador e distribuidor de mão de obra, mostrando-se ainda presente em sua imensa zona rural, uma importante diversificação agrícola que, neste contexto, também passava a contar com a presença de imigrantes, ou ainda, com colônias agrícolas de imigrantes (privadas e estatais). (Pellicciotta, 2013, p.09).

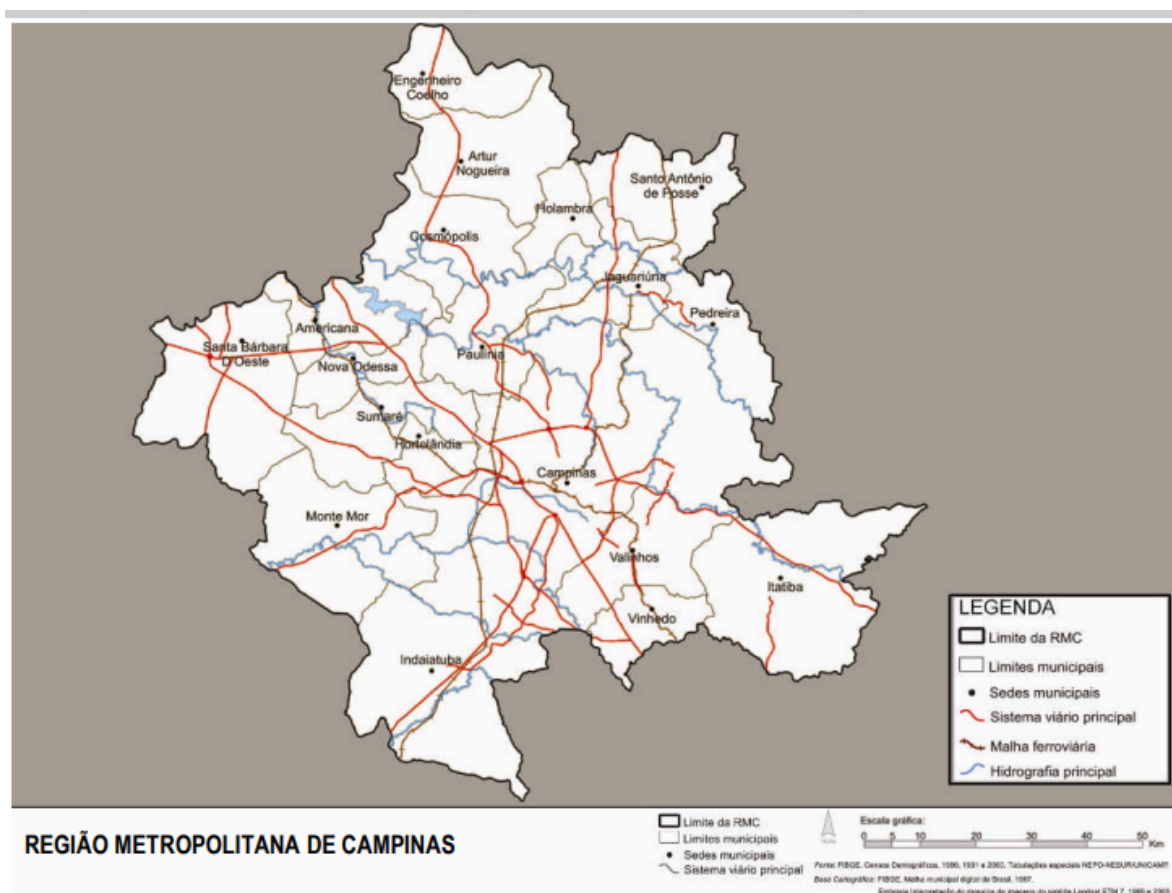
Com a grande crise do café por volta da segunda década do século XX, a região de Campinas passa a diversificar sua produção agrícola, a industrialização ocorre com a implementação da rodovia Anhanguera, que integra regiões,

favorecendo a aproximação de Campinas com Ribeirão Preto, São Paulo, entre outras. A Anhanguera se torna um local estratégico para as indústrias se instalarem ao longo da via, pela facilidade e barateamento do escoamento e chegada de mercadorias, é assim que em 1950 já havia diversas indústrias na região. Com o avanço do desenvolvimento econômico, temos o surgimento da RMC na década de 1970, com um forte impulso do financiamento estatal:

A partir da década de 1950 (Plano de Metas - 1956/1960), os municípios da região recebem incentivos para ampliação das exportações (soja, café, laranja, carne, cana-de-açúcar) no intuito de consolidar e dinamizar a agroindústria, em 1975 estímulos são concedidos através do Programa Proálcool, gerando efeitos na indústria de bens de capital. A implantação do Distrito Industrial de Campinas e a abertura do Aeroporto Internacional de Viracopos, impulsionaram ainda mais a expansão industrial. Nesse processo foram ampliados também os investimentos públicos produtivos em infraestrutura de transportes, comunicação, ciência e tecnologia (Unicamp, Replan, CPqD, CTI, etc.) [...] Um dos aspectos que reforça também a expansão econômica do interior paulista e da RMC, consiste na relativa alteração da base econômica da RMSPP, que reduziu significativamente o desempenho de sua função industrial através do II Plano de Nacional de Desenvolvimento (II PND), plano que estimulou a criação de investimentos e novos polos industriais no território nacional, com o objetivo de deslocar os investimentos produtivos e o crescimento econômico do eixo Rio de Janeiro - São Paulo. (Gonçalves Junior, 2015, p.27).

A RMC é fruto de um planejamento nacional de desenvolvimento para expansão tecnológica industrial para regiões, de modo a amenizar a saturação do eixo Grande São Paulo/Rio de Janeiro, esse planejamento ingeriu sobre o tipo de desenvolvimento capitalista da região, na sua paisagem e no tecido social. O financiamento estatal recebido para agroindústria, no período da ditadura militar, advém da inserção do pacote tecnológico do que ficou conhecido como Revolução Verde, alavancando a retomada da cultura canavieira na RMC. Esses financiamentos promoveram o desenvolvimento e transformaram a RMC em uma articuladora de regiões, como produtora de mercadorias e de desenvolvimento tecnológico, além de local de passagem de mercadorias. Segue mapa da RMC:

Mapa 01 - Região Metropolitana de Campinas (RMC)



Fonte: Rolnik, 2007.

Dezenove municípios integram a RMC, tornando-a uma região extremamente populosa e urbanizada, está dentre as mais ricas do Brasil, ao passo que a miséria de parte da população é outra característica com alto índice de déficit habitacional, desemprego e pauperização. Segundo estudo do Observatório da PUC Campinas, em 2022 eram cerca de 700 mil pessoas em condição de vulnerabilidade na RMC, destas 300 mil possuem de 0 a 24 anos (Silva, 2022).

Como podemos ver no Mapa 4, Valinhos, município onde está o MV, faz divisa com Campinas, atualmente existe uma massa urbana contínua que liga os dois municípios. Conforme Nascimento (2016, p.78) “O avanço da conurbação, isto é, da ligação física entre as cidades, é uma das expressões espaciais mais concretas do processo de metropolização na região de Campinas”. A concretude das contradições e desigualdades socioespaciais, assim como os processos de luta por superação das condições precárias organizados pela classe trabalhadora, trazem o potencial de luta e mobilização existente na região e uma história de movimentos, ocupações e

organização popular, a reforma agrária faz parte da história da luta dos trabalhadores/as da RMC, como vamos verificar no próximo tópico.

2.2 O Acampamento Marielle Vive: da concepção à ocupação

Compreendendo características da metrópole onde está o MV, vamos abordar neste tópico as experiências de luta, elaboração e conquistas do MST nas décadas do século XXI, que são basilares para o surgimento do Marielle, tanto de ações construídas na RMC quanto nacionalmente, a partir da questão central da crise do capital. Vamos nos dedicar à compreensão de duas propostas do MST, a primeira, elaborada principalmente durante a primeira década do século XXI, é a Comuna da Terra enquanto proposta de realização de lutas pela terra e de projeto de assentamento em grandes metrópoles urbanas com base social dos/as trabalhadores/as urbanas. A Comuna foi uma estratégia fundamental para a territorialização do MST na RMC no início do século XXI.

A segunda, já da segunda década do século XXI, é o Programa de Reforma Agrária Popular (RAP), quando o MST amadurece a análise sobre a crise estrutural do capital, seus impactos para o campo e para a humanidade, e atualiza o papel da reforma agrária neste contexto. Estas duas propostas e as elaborações em torno das questões conjunturais e estruturais do capital nas últimas duas décadas são sínteses fundamentais acerca da proposta do MV.

Ainda neste tópico abordaremos a história do MV, da proposta política à ocupação e desafios.

2.2.1 A Comuna da Terra na Região de Campinas. Povo do campo e da cidade: tamo junto e misturado

Alô comunidades
 Tamo junto e misturado
 Povo do campo e da cidade
 A Lona Preta chega dando o seu recado
 Ninguém vai fazer
 a revolução sozinho
 A construção desse caminho
 É mão na massa e mutirão
 Em todo canto do planeta
 Pelo dinheiro
 O rico faz a guerra
 O sangue da favela

É sangue sem-terra
(Unidos da Lona Preta¹, samba enredo 2010)

O samba enredo da Unidos da Lona Preta, escola de samba da Comuna Urbana² do MST em Jandira/SP, que usamos de epígrafe do subtópico nos diz muito sobre a concepção do MST sobre a relação campo e cidade. Primeiro, já se sabe que essa diferenciação vem sendo superada com o desenvolvimento capitalista e sua produção do espaço. Para o Movimento o debate se relaciona também no sentido sobre quem são os e as sem terras e potenciais sem terras, quando a letra diz “o sangue da favela é sangue sem terra” traz a concepção de que a base social é a mesma no sentido de comporem a classe trabalhadora e serem frutos da história desigual, violenta e racista do Brasil. Além do entendimento sobre a importância da unidade, da construção conjunta entre a classe trabalhadora que vive e trabalha no campo com a da cidade, para derrotar a “ditadura do dinheiro”.

Desde o surgimento do MST existe intenso debate sobre formas de assentamentos, assim como do perfil em relação à sua base social com experiências de lutas envolvendo trabalhadores da cidade e do campo. Entre o final da década de 1990 e década 2000, formula-se no Movimento a concepção de assentamento denominado de Comuna da Terra (CT)³, com características específicas para contemplar um público urbanizado através da criação de assentamentos próximos a grandes centros urbanos.

Do espectro de novas contradições advindas da complexa realidade urbana, o MST projetou a CT como proposta de assentamento rural que articula a luta pela reforma agrária, em áreas próximas a grandes centros urbanos e/ou regiões metropolitanas, às aspirações políticas e econômicas dos trabalhadores forjados e oriundos das cidades⁴.

¹ A Unidos da Lona Preta foi um bloco de carnaval da Comuna Urbana Irmã Alberta, na cidade de Jandira/SP.

² Comuna Urbana é proposta derivada do debate das Comunas da Terra sobre a luta por moradia realizada pelo MST nas cidades.

³ Segundo Goldfarb, a primeira experiência de CT ocorreu em 1998 com a ocupação de uma fazenda em São José dos Campos, em setembro de 1998 que deu origem ao Assentamento Nova Esperança (GOLDFARB, 2005).

⁴ Sobretudo a partir dos anos 2000 (MST) realizou lutas nos grandes centros urbanos ou próximo a estes. Exemplos neste sentido são as áreas conquistadas na Região Metropolitana de São Paulo e que se tornaram assentamentos, como a Comuna da Terra “Dom Tomás Balduino” em Franco da Rocha, Comuna da Terra “Dom Pedro Casaldáliga” em Cajamar, a Comuna Urbana “Dom Helder Câmara” em Jandira[#] e o Acampamento Comuna da Terra “Irmã Alberta”, que resiste por mais de 18 anos na periferia de São Paulo.

Podemos observar que a preocupação e proposta do MST está diretamente vinculada ao fenômeno da metropolização que ocorre no período, observando o novo papel das cidades para a acumulação capitalista em tempos de financeirização, a grande massa de trabalhadores e trabalhadoras residentes nos centros urbanos e a essencial disputa das terras existentes numa perspectiva contra hegemônica.

Para as novas realidades enfrentadas pelos trabalhadores/as urbanos, a CT é um esforço de construir a viabilidade da reforma agrária no espaço de concentração da força de trabalho, objetivando o fortalecimento do MST, da luta pela terra, assim como na perspectiva de fortalecimento da luta popular em vista à transformação social. Para contemplar esses objetivos, foram construídas ações e propostas intencionalizadas para os/as trabalhadores/a da cidade, desde a forma de trabalho de base até a forma de organização do assentamento e cooperativa.

Andrade Neto (2013) em sua tese de doutorado sobre as Comunas, indica algumas características do modelo de assentamento:

Em geral os assentamentos Comunas da Terra se caracterizam por ocupar pequenas áreas próximas aos grandes centros urbanos, nas quais trabalhadores vindos da cidade e do campo são assentados e desenvolvem atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da comunidade – diferindo da concepção de pluriatividade que enfatiza, dentre outras possibilidades, o trabalho fora do local de moradia. Os assentamentos devem ser próximos das grandes cidades para facilitar o escoamento da produção, sem que os assentados sejam forçados pelas circunstâncias a vender sua produção para a indústria e para os atravessadores. As Comunas devem se basear, em termos produtivos, em formas de cooperação que não são plenamente coletivizadas, mas que busquem a cooperação para fins de beneficiamento e comercialização da produção. O MST propõe que seja realizado um planejamento permanente das atividades nos assentamentos Comunas da Terra, compondo uma organicidade que vincula as famílias assentadas a núcleos de base dentro dos assentamentos, os quais por sua vez estabelecem contato com escalas de organização superiores dentro do Movimento. (Andrade Neto, 2013, p.121).

Dos elementos indicados por Andrade Neto, gostaríamos de salientar a proximidade com o urbano, embora o MST não tenha deixado de realizar a luta por assentamentos em regiões afastadas de grandes cidades, portanto não é uma substituição, há um esforço para atualizar o próprio debate sobre possibilidades em torno da reforma agrária a partir do urbano. Não por acaso o estado de São Paulo foi um dos estados que protagonizou a elaboração da CT, onde a materialidade das contradições dos trabalhadores/as nos grandes centros torna-se preocupação e dedicação da militância do MST.

Andrade Neto (2013) também indica que a cooperação faz parte da concepção da proposta. Em entrevista do então coordenador estadual do MST de SP Paulo Albuquerque para Tomazela, ele diz que “individualmente, o pequeno produtor tem pouca chance num mercado competitivo” (Albuquerque, 2004), ou seja, o cooperativismo é necessário para contemplar de demanda concreta de geração de renda e qualidade de vida para as famílias assentadas, como possibilita o movimento avançar na perspectiva do poder popular, constituindo núcleos de famílias que atuem politicamente no território, mas também na sociedade na perspectiva da transformação social.

Durante a entrevista, Albuquerque problematiza a proposta de assentamentos realizados pelo INCRA “O governo tem usado o mesmo modelo para assentar famílias tanto nas proximidades de Campinas e Sorocaba como no Pontal, o que é um convite ao fracasso.” Com os exemplos de duas regiões metropolitanas, Campinas e Sorocaba, em contraponto ao Pontal do Paranapanema, região com mais de 1 milhão de hectares de terras apenas em terras devolutas do Estado de SP, Albuquerque argumenta em prol da CT como viabilidade para as regiões com densidade urbana. O argumento é de que a mesma lógica de funcionamento de um assentamento em regiões mais afastadas de grandes núcleos urbanos, como no caso do Pontal, não pode ser a mesma que em assentamento em suas proximidades, o formato de assentamento precisa levar em consideração as características locais e regionais, não apenas imprimir modelos de forma mecânica.

Outra característica é o tamanho reduzido do lote individual, nas Comunas da Terra Milton Santos, em Americana, o lote é de 1 ha, enquanto Mário Lago, em Ribeirão Preto, o lote máximo chega a 1,7 ha, por exemplo. A proximidade das cidades potencializa a geração de renda dos assentados que comercializam principalmente hortifruti a partir da venda direta e da produção agroecológica. A agroecologia, que a partir de 2014, torna-se linha política da produção do MST, já aparece como fundamento das CT.

Segundo Goldfarb (2005) a CT é fruto da avaliação política do MST/SP que constrói a proposta para contemplar a população dos grandes centros urbanos, para que não precisem realizar grande descolamento e ir morar a muitos quilômetros da cidade onde viviam, pois possibilita o assentamento nas proximidades das cidades, nas franjas com grande potencial de massificação devido à precária situação de vida

nas cidades. Assim, a proposta está imbricada ao processo de “recampenização”, em relação ao retorno ao trabalho na terra.

Sobre a questão da base social e recampenização, Albuquerque explicita a seguinte concepção: “O antigo lavrador aprendeu a trabalhar na indústria, de forma que o industriário também pode ser um bom produtor rural.” (Albuquerque, 2004). A frase de Albuquerque na entrevista indica duas questões basilares da CT: a) que os precariados urbanos (Antunes, 2018) são o foco do Movimento nessa perspectiva de assentamento como os desempregados, trabalhadores informais, excluídos urbanos; b) ao mesmo tempo os e as trabalhadoras urbanas possuem um potencial para tornarem-se camponeses, enquanto classe, alterando o movimento campo para cidade, da cidade para o campo.

Gostaríamos de problematizar o uso do termo recampenização pois possibilita análises equivocadas ao estudar assentamentos próximos a grandes cidades, sendo fato que ninguém se torna camponês simplesmente por passar a viver na área rural do município e, que, na realidade dos assentamentos e acampamentos próximos aos centros urbanos, muitas vezes o labor agrícola realizado pelos sujeitos não é excludente de que o mesmo trabalhador ou trabalhadora venda sua força de trabalho nas cidades ou se tenha uma composição familiar que mescle trabalhos rurais e urbanos. Em muitos destes territórios, como vamos verificar através do MV, o urbano e rural se dilui na questão espacial e cultural em determinadas regiões.

Na perspectiva do fortalecimento do movimento social dos/as trabalhadores/as sem terra nos grandes centros urbanos, o MST ao longo de suas 4 décadas sempre atuou politicamente, realizou lutas e processos organizativos na região de Campinas. Desde o início do Movimento, ainda na década de 1980, foi realizada a luta e conquista de assentamentos no município de Sumaré. No ano de 1997, o MST contribuiu com as lutas por moradia, como a ocupação do Parque Oziel, hoje um dos maiores bairros de ocupação da cidade de Campinas. Além desse território, nos anos 1990 e 2000, foi intensificado o trabalho de base nas cidades para realização de ocupações e processo de luta pela terra em várias regiões do estado de São Paulo.

Dando seguimento à luta pela terra na RMC, em 2005 foi realizada uma ocupação em Americana onde foi constituído o Assentamento Milton Santos com 78 famílias e em 2007 iniciou-se o processo de luta pela conquista do Assentamento

Elizabeth Teixeira com 104 famílias no município de Limeira. Ambas experiências foram projetadas dentro da concepção de CT, pela proximidade do centro urbano. Com o reflexo da crise econômica mundial de 2008, as desigualdades sociais e o desemprego no Brasil agravaram a deterioração das condições de vida dos trabalhadores nas cidades. Por este motivo, a avaliação do MST/SP foi justamente de intensificar o processo de luta e mobilização dos trabalhadores urbanos para enfrentar os efeitos da crise construindo novos acampamentos. Desta experiência de trabalho de base urbano, novos processos de luta pela terra foram iniciados na região como o Acampamento Roseli Nunes em Americana (2011) que mobilizou mais de 250 famílias e o Acampamento Nelson Mandela, na cidade de Piracicaba (2013), com 74 famílias, ambos sofreram forte oposição pelo poder local e não existem mais, a base social desses acampamentos foi incorporada a outros e parte das famílias está assentada.

Em 2017 um novo processo é retomado com o início do trabalho de base para organizar famílias da periferia para a luta pela terra, que resultou na criação do Acampamento Marielle Vive e, posteriormente, o Acampamento Paulo Kageyama em Mogi-Guaçu. Esse último contava com 400 famílias e sofreu uma violenta reintegração de posse por parte da Polícia Militar do Estado de São Paulo sob o Governo Dória em abril de 2019, as famílias se dissiparam e apenas algumas hoje estão acampadas no Marielle Vive.

O engajamento dos trabalhadores/as em processos de luta contra a ordem, contra as desigualdades, reivindicando direitos como acesso à terra, moradia, saúde, entre outros; ou mesmo propondo uma transformação estrutural da sociedade é, em si, uma insurgência contra o “estado de coisas”, o sistema de exploração do trabalho e seu imperativo funcional, a propriedade privada dos meios de produção.

2.2.2 A Reforma Agrária Popular: da crise estrutural do capital ao programa agrário do MST

Fruto da experiência histórica da classe trabalhadora organizada, a luta pela terra promovida pelo MST tem como importante ferramenta a ocupação de terra como forma de denunciar áreas que não cumprem sua função social, conforme

Constituição Federal⁵, na perspectiva de conquistar assentamentos rurais de Reforma Agrária. Com quase quatro décadas de existência, o MST é um dos maiores movimentos sociais do mundo e que tem enfrentado nas últimas décadas a hegemonização do agronegócio no campo brasileiro, as políticas neoliberais e a crescente financeirização globalizada. Além da pauta da luta pela terra, o MST realiza a “luta global contra o neoliberalismo estrutural” (Angotti, 2009, p.363) questionando e lutando contra o desmantelamento do Estado, com a eliminação de direitos trabalhistas e sociais, a privatização dos serviços públicos, o poderio corporações transnacionais sobre a economia, os recursos naturais e a vida.

Com a “dominância da valorização financeira” a nível mundial (Paulani, 2019), a receita de lucro capitalista, baseada na exploração do trabalho e dos recursos naturais para sua reprodução ampliada, passa, no sistema capitalista sob égide do capital financeiro diretamente pela esfera da circulação, abreviando o percurso:

[...] a forma de regulação adequada ao novo regime de acumulação passou a ser dada pelo capital financeiro, constituindo uma “dominância financeira”. O “circuito longo” de produção de capital, representado pela aplicação do dinheiro no processo produtivo que, ao final, produz mais dinheiro passou a ser dominado por uma forma “encurtada” de remuneração do capital, na qual o dinheiro se expande sem a mediação da produção, diretamente na esfera da circulação. Seria um “percurso abreviado”, que cria a ilusão de que o capital pode realizar-se na esfera da circulação sem passar pela produção. (Firmiano, 2014, p. 34).

O capital financeiro, dessa maneira, “acelera” a realização do capital, atuando como agente fundamental em período de crise estrutural pela necessidade de garantir rapidamente a reprodução ampliada do capital. O principal modelo do capital financeiro para o campo, o agronegócio, se hegemonizou e, com sua força ideológica, realizou transformações no meio agrícola, com a inserção de pacotes tecnológicos, como agrotóxicos e transgênicos, com manutenção da concentração agrária e grande devastação ambiental. O agronegócio, na sua constituição nacional, advém do processo da “modernização conservadora” e da inserção do pacote da Revolução Verde desde o regime militar.

Segundo Delgado (2012) o período das décadas de 1980/90 é um momento de transição entre as alianças de classe que possibilitam a hegemonia do agronegócio brasileiro. Atualmente vemos a atuação do agronegócio organizada com a confluência do latifúndio com o capital transnacional. Sob o capital financeiro,

⁵ Ver parágrafos 184 e 186 da Constituição Federal.

o sistema capitalista consolidou outras atividades do agronegócio que acontecem fora da propriedade rural, portanto, a agropecuária é só mais uma parte nesse modelo.

Em comparação a luta pela terra dos anos 1980 e 1990, a atual pauta da luta pela reforma agrária popular encontra alguns desafios diferenciados, o avanço do agronegócio no campo acompanha a ampliação da territorialização da especulação imobiliária nas cidades e em áreas rurais, juntamente com a implementação de novas reformas e políticas necessárias ao capitalismo em crise, como a reestruturação produtiva, o neoliberalismo, a financeirização da economia, a acumulação por espoliação, entre outros, que infringiram aos trabalhadores e trabalhadoras uma sorte de espoliação e precarização das condições de vida.

Para a luta pela terra, o avanço do agronegócio e a financeirização mundial significou também uma mudança qualitativa sobre a pauta da reforma agrária, o MST desenvolveu a proposta de Reforma Agrária Popular (RAP) definida como estratégia no XI Congresso Nacional do MST em 2014. A RAP é uma atualização da proposta de Reforma Agrária defendida pelo movimento, com os novos desafios a partir do patamar atual da crise estrutural do capital e o que ela impõe ao campo brasileiro e à vida da classe trabalhadora.

O projeto da RAP é uma síntese de debates e análises sobre a questão agrária e do desenvolvimento do capitalismo no Brasil no contexto da crise estrutural do capital, com suas implicações para organização política social e a luta pela democratização das terras através da reforma agrária.

Ao contrário da falsa ilusão sobre a superação da questão agrária brasileira com o avanço do agronegócio, o debate sobre o campo e a reforma agrária segue central, tanto em sua perspectiva histórica, quanto como centralidade das necessidades do capital de avanço sobre cada vez mais terras, submetendo tudo e todos a sua lógica destrutiva.

O Programa propõe a socialização da terra para o desenvolvimento territorial da produção agroecológica, como forma de geração de renda, proteção ao meio ambiente e oferta de alimentos saudáveis para a população, ao mesmo tempo, construindo educação do campo, cultura popular, equidade de gênero e organização dos/as trabalhadores/as para sua emancipação (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013). A RAP fortalece a relação com os/as trabalhadores/as das

idades, de diversas categorias trabalhistas para a conquista e organização dos assentamentos.

Nosso projeto se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades. O nosso horizonte é, pois, o da superação do modo de produção capitalista. – Os objetivos de criação do MST continuam valendo e são alicerces da Reforma Agrária Popular. O conceito “popular” busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento capitalista e indica o desafio de um novo patamar de forças produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse da terra. Trata-se de uma luta e de uma construção que estão sendo feitas desde já, como resistência ao avanço do modelo de agricultura capitalista e como forma de reinserir a Reforma Agrária na agenda de luta dos trabalhadores. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2013).

Conforme João Pedro Stédile durante o XXXII Encontro da Militância do MST de São Paulo, nos últimos 10 anos houve uma alteração em relação à tarefa histórica da agricultura brasileira e social, isso se dá devido à crise estrutural do capital. Se nas primeiras décadas do movimento a missão estava centrada no extermínio da pobreza no campo, atualmente ela se transformou em uma questão em relação à crise civilizatória mundial, aos novos paradigmas postos para a humanidade, a função dos movimentos populares camponeses e a reforma agrária, sem abrir mão da luta contra a miséria⁶.

A urgência da produção de alimentos saudáveis para a humanidade, segundo Stédile, é um dos paradigmas da humanidade nesse momento histórico, isso é observado pelo nocivo modelo do agronegócio no campo, pelas doenças e contaminações geradas pelos agrotóxicos, transgênicos, desmatamentos, etc. Portanto, a agroecologia enquanto modelo de produção, torna-se também um paradigma fundamental como saída concreta para fome e produção de alimentos sem envenenamento.

Outros dois paradigmas citados por Stédile são a questão da água, enquanto recurso findável que está relacionada com a necessidade da preservação ambiental, e a melhoria da qualidade de vida no campo, de modo a construirmos condições para a realização da agroecologia, com cuidado com a natureza, preservação para garantia de água e produção de alimentos saudáveis.

A síntese indicada por Stédile, 9 anos após o lançamento da RAP, traduz o processo de elaboração na qual ela está inserida e os novos desafios que sua permanente

⁶ Informação mencionada por João Pedro Stédile durante o XXXII Encontro da Militância do MST de São Paulo realizado no dia 18 de janeiro de 2023 em Campina do Monte Alegre, São Paulo.

atualização aborda. A análise da crise estrutural do capital e a hegemonia do capital financeiro, com suas consequências para o campo, é a análise central da qual deriva a RAP.

Assim, é nesse período histórico do capital em crise com seus desdobramentos no Brasil que surge a RAP, no contexto de crise das organizações da classe trabalhadora, grande dificuldade de extrair conquistas, como novos assentamentos da reforma agrária, e sofrendo todo o tipo de ataques. Justamente por essas razões é necessário compreender sobre os trabalhadores e trabalhadoras que formam o Acampamento Marielle Vive, das estratégias e lutas do MST e, também, sobre resistência de cotidianas investidas de seus inimigos.

2.2.3 Entre o campo e a cidade: a constituição do Acampamento Marielle Vive

A Comuna da Terra e a RAP, contextualizadas pelas crises da década de 2010 e suas expressões na RMC, são bases para a elaboração da proposta da ocupação da FEEI e organização do MV. A execução do golpe de 2016, dois anos antes da ocupação do Marielle, contra a frágil democracia brasileira, fez parte de um projeto internacionalmente articulado para o aprofundamento de reformas ultra neoliberais do Estado e de subordinação ainda maior do país aos interesses financeiros do capital-imperialismo.

Conforme informações coletadas na realização de entrevistas e na pesquisa participante, a construção do MV se deu em 2017 a partir da demanda concreta pela terra observada pela coordenação do MST na RMC. A RMC demonstrava este potencial por ser a maior região metropolitana do interior paulista e uma das maiores do país, com concentração de massa de trabalhadores e trabalhadoras, outra razão é o fato do MST possuir história de lutas e conquistas na região desde os anos 2000, assim como ser uma região privilegiada na existência de muitos e diversos setores da classe trabalhadora organizada.

A situação da vida da classe trabalhadora urbana, com grave situação financeira decorrente da recessão econômica nos anos 2010, foi sentida sensivelmente através da fome, desemprego, miséria. Conforme podemos ver no trecho da entrevista de Gerson Oliveira, coordenador do MST de SP, concedida à autora:

A reforma agrária é uma política fundamental, a partir da democratização das terras podemos solucionar graves problemas de desemprego, déficit habitacional, fome, inclusive contribuir para soluções às questões ambientais e para o fim efetivo da fome no país, com a produção de alimentos saudáveis e uso racional do solo. Além disso, uma política de reforma agrária possibilita um reordenamento do uso do espaço. O Marielle demonstra, assim como outros acampamentos e assentamentos, que existem muitas as pessoas que vivem nas cidades que sonham com a terra e que, devido dificuldades, precisam de reforma agrária para geração de renda e resolver a questão da fome e moradia, ainda sem conquistar a terra o acampamento - através de sua organização popular - possibilita em parte a solução desses problemas. (Oliveira, 2020)

No trecho desta entrevista, podemos observar que Gerson traz elementos estruturais em torno da questão agrária brasileira e sua urgente realização da reforma agrária e relaciona estas questões à demanda concreta de assentamentos rurais expressadas pelo MV, que tem base essencialmente advinda das periferias urbanas. A estrutura socioespacial da RMC, como discutiremos no capítulo, é destinada a atender os interesses da reprodução do capital, constituindo uma metrópole excludente e com sérios problemas urbanos - de moradia, transporte e desemprego. Neste aspecto, Oliveira indica que a reforma agrária, enquanto política estrutural, cumpre um papel de repensar o ordenamento do uso do espaço através da criação de assentamentos em áreas improdutivas.

Através da pesquisa participante, identifiquei que o primeiro passo para constituição do Marielle, após a definição e estudo da realidade da classe trabalhadora da RMC, foi a realização do trabalho de base, o contato direto com famílias que viviam na periferia para apresentar a proposta de reforma agrária e fazer o convite para a luta pela terra. O trabalho de base ocorreu ao longo de 6 meses, entre os anos de 2017 e 2018, em bairros periféricos de mais de cinco cidades da RMC (principalmente Valinhos, Limeira, Hortolândia, Sumaré e Campinas). Conforme Gerson durante entrevista à autora:

O trabalho de base do MST é basicamente organizado em três momentos: a preparação (diálogo e apresentação da nossa proposta), a luta direta (ocupação de terra) e a formação e organização do acampamento. Em geral todos trabalhadores/as que integram o movimento entraram e vivenciaram esse processo, que na verdade, é o que alterou a consciência dessas pessoas. A decisão de ir pra ocupação é a primeira decisão política significativa, pois muitos não vão nesse primeiro momento, ficam esperando um ou dois dias pra ver se deu certo e chegam depois. No terceiro momento, da construção do acampamento, é quando iniciamos um processo profundo de formação que chamamos de organicidade, que nada mais é do que a forma específica que o MST se organiza internamente. E a nossa organicidade é baseada em princípios, então é um processo lento, mas que vai gradualmente sendo incorporado. O momento da preparação é fundamental para o MST, é através dele que propagandamos a reforma

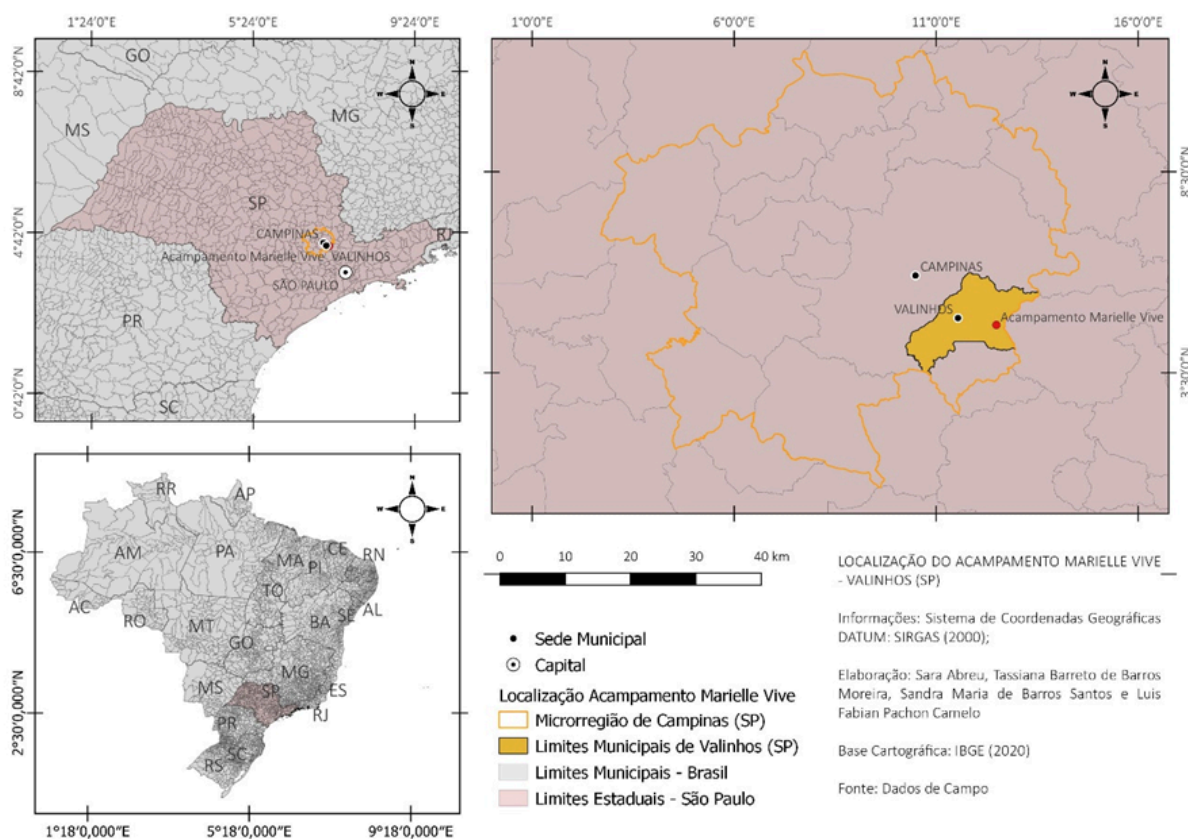
agrária, é um método para diálogo com os trabalhadores, de ouvir as demandas, aprender da realidade de cada bairro e local, assim como contar sobre a experiência histórica da luta pela terra. Na região de Campinas o trabalho de base foi muito potente, além da realização de reuniões nos bairros, algumas com mais de 300 pessoas, aprendemos muito sobre a luta travada aqui já que todos os bairros fizemos trabalho de base são frutos do processo de ocupação urbana. (Oliveira, 2020).

Como fruto do trabalho de base, cerca de 700 famílias decidiram fazer a ocupação e na manhã do dia 14 de abril de 2018 na Fazenda Eldorado Empreendimentos, no município de Valinhos/SP, formando o Acampamento Marielle Vive, exatamente um mês após o assassinato da vereadora Marielle Franco e, seu motorista, Anderson Gomes, no Rio de Janeiro, por isso a justa homenagem representada com o nome da comunidade. Segundo levantamento através de entrevistas e do trabalho de campo, a FEEI foi definida como área de luta pela reforma agrária principalmente por sua situação de improdutividade:

A área estava completamente improdutiva, pelo menos a cerca de uma década, quando chegamos encontramos uma área devastada, só com pastagem degradada e sem nenhuma cabeça de gado, o objetivo da empresa é construir um condomínio de alto padrão, interesse puramente imobiliário para altíssimo faturamento. (Oliveira, 2020)

Outro fator interessante na perspectiva do movimento para constituição de Comunas da Terra foi a localização da FEEI que é próxima a cidade, está a cerca de 10km do centro de Valinhos, o que possibilita a constituição de um assentamento com produção de verduras, hortaliças, com venda direta para o mercado consumidor, com baixo custo de transporte, e por ser local viável para pessoas que possuem vínculo com os municípios da região, como trabalho e familiares. Segue mapa da localização do MV:

Mapa 02 - Localização Acampamento Marielle Vive



Fonte: Elaborado por Sara Abreu, Tassiana Barreto de Barros Moreira, Sandra Maria de Barros Santos e Luís Fabian Pachon Carnelo.

Após um intenso ciclo de lutas e conquistas de assentamentos rurais em regiões metropolitanas de São Paulo na primeira década do século, como os acampamentos Terra Sem Males (foi fundado numa ocupação em Bragança Paulista, em 13 de abril 2002 com 193 famílias) e Getulina (município de Getulina), a constituição dos Assentamentos Sepé Tiaraju e Mário Lago, na região de Ribeirão Preto, Assentamento Milton Santos e Elizabeth Teixeira, na RMC, Assentamento Dom Tomás Balduino e Acampamento Irmã Alberta, na Grande São Paulo, além das conquistas no Vale do Paraíba e em Sorocaba, observou-se um refluxo da luta pela terra no tocante a formação de novos grandes acampamentos rurais na década seguinte.

Elemento importante que nos ajuda a compreender o fato, é a ausência da conquista de novos assentamentos, com acampamentos que estão a décadas sem regularização, como o Irmã Alberta, em Cajamar desde 2002, o Acampamento

Alexandra Kollontai no município de Serrana, região de Ribeirão Preto, desde 2008, ambos com características de CT. A ausência de conquistas de áreas para reforma agrária é extremamente relevante pois a relação entre conquista, mobilização social e luta é dialética, para um movimento de massas como o MST obter conquistas propagandeia o movimento, contribui para a mobilização. Sem conquistas o desafio para mobilizar e construir novos acampamentos com grande repercussão e base social são ainda maiores, ao mesmo tempo que sem base social organizada e pressionando não se obtém conquistas.

Nesse aspecto, com a crise econômica e política desde 2013, retirada de direitos sociais, aumento da miséria e desemprego no campo e nas cidades, retomou-se, dentro da leitura do movimento, a possibilidade de novas ocupações em São Paulo com o público urbano que pudessem pressionar para novas conquistas através da luta. O MV, à vista disso, é a síntese da leitura política e demonstração concreta da viabilidade da luta pela terra nas regiões metropolitanas enquanto existência de demanda popular, de áreas improdutivas e da capacidade de resistência.

Durante ato político realizado em 15 de abril de 2018, no MV um dia depois da ocupação, o coordenador do MST de São Paulo, Márcio José, sintetiza esta percepção indicando que, com a ocupação da FEEI e a construção do MV, o MST demonstrou 2 falácias, a primeira é a de que não havia sem terra na RMC, a segunda é de que não havia terra improdutiva na região. Em relação a mobilização e formação da base social, a constituição do MV, atual maior acampamento do MST de SP, nos permite corroborar de que existe uma parcela de trabalhadores e trabalhadoras urbanas com disposição de irem pro campo e lutar pela terra nesse momento histórico e que o MV reúne elementos importantes para compreender a atualidade e a base social da luta pela terra no contexto atual.

É nesse cenário que a luta do Marielle pode contribuir para a percepção do papel da reforma agrária para os desafios dos trabalhadores e trabalhadoras organizadas, a base do acampamento advém integralmente de grandes periferias urbanas, o que evidencia as contingências e agruras sociais deste tempo histórico nas cidades, além disso a disputa de terra com a especulação imobiliária impõe a necessidade da luta pautar a questão urbana e o direito à moradia.

Desse modo, é necessário discutir, para evidenciar e explicitar a particularidade da reprodução espacial do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que fazem a luta

pela terra em contextos urbanos como forma de sobrevivência e também como perspectiva de futuro, buscando assim, construir alternativas sociais frente à precarização das condições de vida, do desemprego estrutural, da fome, das violências.

Características estas que compõem e repõem as vicissitudes históricas da classe trabalhadora e de sua nova morfologia no século XXI, sob a crise estrutural do capital como forma predominante de produção e reprodução da vida material. Ou seja, chamamos atenção aqui da urgência em se compreender os desafios atuais colocados para a classe trabalhadora, as contradições e possibilidades determinativas a partir das particularidades desta (e outras) experiências que estão em curso no seio da classe trabalhadora, nas periferias, nas fronteiras, nos interstícios e descontinuidades que permeiam as dimensões da reprodução social.

O que revela este retrato social, tanto do desemprego como de múltiplas experiências laborais precarizadas, é a conformação de um tecido social extremamente cindido, degradado e aviltado pelos ditames do capital. Sob esta égide, de “mal-estar” permanente, a reprodução social destes sujeitos está condenada à miséria humana, a uma sobrevivência, sem moradia, alimentação ou saúde adequadas; sofrendo com a violência policial e a política de controle social dos pobres e da pobreza por parte do Estado. Num sentido diversamente oposto, estas experiências de vida, as energias físicas, intelectuais e produtivas deste conjunto de trabalhadores/as, combinadas para um mesmo fim, com objetivos e interesses comuns, representam uma potência no processo de luta que impressiona os resignados e, por vezes, preocupa aqueles que operam a manutenção da ordem estabelecida.

A ocupação coletiva da terra realizada por parte dos trabalhadores e trabalhadoras do MV é um ataque frontal à especulação imobiliária, aos privilégios de deste setor no município, como os acionistas da empresa FEEI, que iremos abordar detalhadamente no último capítulo. Além disso, a ocupação expressa o potencial de mobilização e insurgência de homens, mulheres, cis e trans, pertencentes a uma classe social historicamente explorada, que “tomam as rédeas” de sua própria história nas mãos. O efeito dessa ação altera a consciência dos indivíduos partícipes, uma vez que as próprias contradições geradas levam a uma compreensão da natureza dos latifúndios, da especulação imobiliária, da atuação do Estado e o

funcionamento da exploração de classe em sua relação direta com a concentração da riqueza e do poder.

O MV é um espaço de luta e resistência, compreendendo o espaço como conjunto de sistema de objetos e ações que o formam de maneira indissociável (Santos, 2006), sendo produto do processo social e, também, o próprio processo em si. Dessa maneira as ações são elementos fundantes e fundamentais do espaço, com a indivisibilidade entre a sociedade e o espaço. Através do conflito continuado na luta do MV podemos analisar a configuração histórica do espaço, assim como o processo de disputa territorial entre as classes sociais para compreender os antagonismos existentes.

Conforme Souza (2000, p.80) o território é “um espaço definido e delimitado por e a partir das relações de poder”, como um campo de forças onde os interesses operam sobre um espaço na perspectiva de deter o poder territorial. Assim a Fazenda Eldorado é um território do latifúndio improdutivo, usurpado e controlado pela especulação imobiliária, onde os interesses do capital rentista predominam a partir do poder exercido pela empresa de empreendimentos imobiliários que, de maneira ilegal, mantinha a terra improdutiva e a mercê do desenvolvimento capitalista. Através da ocupação sem terra, o interesse da especulação vem sendo frustrado e confrontado pela ação do MST, tornando-se um território em disputa, com dois pólos de poder: a reforma agrária popular e o capital imobiliário na região da Serra dos Cocais.

A produção do espaço e do território é feita através das relações sociais, da relação dos conflitos das classes sociais com o território, com as disputas materiais e ideológicas. O território, enquanto campo de disputa de forças, possui caráter intrinsecamente político, sempre está submetido a uma classe social, é um instrumento da realização de determinados desejos como um campo de forças da disputa política por poder, ainda que haja hegemonia no controle territorial não existe a exclusividade de poder (Souza,2000).

Com a ocupação da terra e a organização comunitária do acampamento, constituiu-se o território em um conflituoso processo entre a proposta de reforma agrária do MST e a de construção de condomínios de luxo da especulação imobiliária, que em sua lógica mantém áreas ociosas, improdutivas para sua valorização e lucros extraordinários. É nesse espaço onde se dá essa disputa entre as classes sociais no processo de produção do território.

Conforme Oliveira (2020) em sua entrevista, as famílias do MV pleiteiam a constituição de um assentamento rural através da luta pela terra, voltada à agroecologia e ao trabalho cooperado. Um limitante do ponto de vista da produção é a distribuição e organização espacial das 430 famílias que ocorre em apenas uma gleba da fazenda, são um pouco mais de 30 hectares ocupados de um total de cerca de 130 hectares, o que implica em limites para produção agrícola, tornando necessário desenvolver experiências coletivas e agroecológicas de plantio. O restante da fazenda não foi ocupado pela coerção e ameaça de seguranças privados armados que agem, conforme relatos, como jagunços.

No município de Valinhos, em São Paulo, o avanço da territorialização capitalista tornou as franjas das áreas rurais um espaço de geração de lucro através do rentismo da especulação imobiliária. Com o aumento nacional da construção de condomínios de luxo horizontais nas últimas décadas, a região de Campinas observou o processo ocorrer em áreas privilegiadas com remanescentes florestais. Assim, na RMC o desenvolvimento territorial para as áreas rurais próximas às grandes cidades é de construção de condomínios, em detrimento da produção agrícola e geração de renda para famílias camponesas.

A Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários consistia em uma área rural improdutiva, que não cumpria sua função social e estava a mercê da especulação imobiliária, o objetivo dos especuladores é integrar a fazenda na construção do maior empreendimento imobiliário de condomínio horizontal de luxo do município, envolvendo outras sete fazendas adjacentes, através de um consórcio de proprietários para realizar o mega-empreendimento da Região dos Lagos. O Acampamento Marielle Vive protagoniza um enfrentamento direto à propriedade privada e à hegemonia do capital imobiliário nas terras do município de Valinhos e da RMC atualmente, demonstra o potencial da luta popular para fazer frente ao privilégio de classe, propondo soluções concretas para a desigualdade social e a demanda por moradia, trabalho e novas relações humanas.

Frente ao agravamento da crise capitalista e sanitária, a reforma agrária se apresenta como uma alternativa viável de planejamento, de redução das desigualdades, geração de empregos, trabalho e renda no fortalecimento da produção de alimentos saudáveis. Segundo Alentejano (2020), a reforma agrária também contribui para a solução do problema do caos urbano, com o desemprego e a pobreza das cidades, e como alternativa para o sistema agroalimentar atual -

homogeneizado pelo agronegócio - responsável pela diminuição da biodiversidade, avanço sobre áreas de preservação, pouca variedade genética, utilização intensiva de sementes transgênicas e insumos químicos de agrotóxicos.

O alto nível de desemprego, crônico, estrutural e de informalidade no mundo do trabalho sobretudo da população negra, somado a um padrão de concentração de riqueza contraposta pela pobreza crescente, violência, segregação espacial etc. produz um tecido social permanentemente conflituoso e cindido do ponto de vista racial e de classe pelo poder econômico. Como estratégia frente a esta estrutura desigual e contraditória, a classe trabalhadora historicamente sempre buscou saídas e alternativas, seja individual ou coletiva, para “driblar” os problemas e garantir sua sobrevivência. A ocupação da terra no campo ou na cidade são algumas dessas ações diretas que questionam o ordenamento social, o planejamento voltado para reproduzir o capital, especialmente o financeiro e especulativo, em detrimento do direito à terra, ao trabalho, à moradia, à cidade, à vida digna para a maior parcela da população trabalhadora.

Podemos observar pelo exemplo do Marielle como a produção do espaço na sociedade capitalista, além de social, é também desigual, o que é escancarado pelas paisagens, por exemplo, ao analisar casas e estruturas nos bairros ricos e pobres, comparando os condomínios de luxo ao acampamento. A desigualdade socioespacial “é um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social” (Rodrigues, 2007, p.74) fruto da apropriação privada dos bens da natureza, da privatização da terra, da exploração da força de trabalho, das desiguais formas de apropriação do espaço, ela demonstra a exploração de classe e as diferenças em relação a apropriação da riqueza produzida e a dificuldade e impossibilidade da classe trabalhadora ter as condições para a sobrevivência. Rodrigues (2007) nos indica que vivemos a intensificação e o aprofundamento da desigualdade socioespacial com a acumulação flexível, o neoliberalismo, a precarização do trabalho, a retirada de direitos sociais, com o avanço da tecnologia e com o aprofundamento do sistema capitalista.

Na produção capitalista do espaço o preço da terra aumenta conforme o crescimento da cidade, a cidade se torna, em si, uma mercadoria, com a valorização de determinados bairros em detrimento da precarização de outros, é assim que a classe trabalhadora é expulsa para regiões cada vez mais afastadas dos centros das

idades com a valorização de terras; formam-se periferias, produtos da expulsão dos trabalhadores/as para áreas menos urbanizadas, “As favelas e as ocupações coletivas de terra representam, na ótica do capitalismo e do Estado capitalista, a ilegalidade urbanística e jurídica, desobedecem às regras e normas de parcelamentos de solo urbano e da propriedade da terra” (Rodrigues, 2007, p.76). Na visão capitalista, regida atualmente pelo neoliberalismo, as ocupações de moradia irregular ocorrem devido ao aumento da população com um discurso de culpabilização especialmente a população migrante.

O latente déficit habitacional, o aumento da miséria e pobreza, o predomínio de relações de trabalho extremamente precarizadas e o desemprego estrutural são situações cotidianas das famílias da classe trabalhadora, o aumento da pauperização, intensificado com a crise do capital, torna as condições de vida nas periferias urbanas insustentáveis. Fruto da reestruturação produtiva, que avança na desregulamentação e flexibilização do trabalho, temos uma nova morfologia da classe trabalhadora, com novos desafios no tocante à organização de trabalhadores, em relação às conquistas e na compreensão das transformações estruturais do labor e suas consequências na reconfiguração do mundo do trabalho.

2.3 A territorialidade do Acampamento Marielle Vive

A formação do MV, com suas relações sociais e atividades impetradas no espaço, modifica a paisagem e impõe mudanças espaciais. A espacialização do MV está engendrada pelas características de sua base social, composta majoritariamente por trabalhadores e trabalhadoras em situação de desemprego, trabalho informal, sem casa, sem condições de pagar aluguel das cidades da RMC próximas a Valinhos. A característica urbana das famílias, implicou em uma inferência espacial. Seguem fotos da paisagem para análise do Acampamento Marielle Vive.

Figura 01 - Acampamento Marielle Vive em 2018



Fonte: Fotografia Júlio Matos, publicação Instagram Acampamento Marielle Vive.

Figura 02: Acampamento Marielle Vive em 2020



Fonte: Fotografia Júlio Matos, publicação Instagram Acampamento Marielle Vive.

As figuras acima são fotos aéreas do MV em diferentes momentos, 2018 foi o ano da ocupação, portanto, a figura 01 se refere quando a ocupação tinha apenas alguns meses, a figura 02 é de 2 anos após a ocupação, quando o Acampamento já possuía maior tempo construindo e alterando o espaço. Mesmo com mais de 4 anos e meio de existência, desde abril de 2018, a comunidade ainda corre risco de despejo, em um processo intenso de resistência para se manter no território. A área total da FEEI é de cerca de 130 hectares divididos em duas glebas separadas pela Estrada do Jequitibá, a ocupação está apenas em uma parte das glebas, em cerca de 30 hectares, porém a reivindicação é pela realização do assentamento em toda a fazenda.

As figuras estão assinaladas com números para nos ajudar a identificar a paisagem. O item assinalado com o número 1 é a Estrada do Jequitibá, já interpretamos a importância dessa via, que é um eixo de expansão do capital imobiliário, ela liga os municípios de Valinhos e Itatiba e fica próxima à Rodovia Dom Pedro. Como demonstra a foto, a entrada no Marielle é via a Estrada do Jequitibá que é limítrofe de parte da área do acampamento. É possível identificar uma portaria na foto de 2018, que limita a entrada das pessoas e faz a segurança de quem está no acampamento.

O MV está numa área que pertence à Serra dos Cocais, formada pelo Planalto Atlântico e a depressão periférica paulista, no item número 8 da figura 7 e 8 vemos fragmentos rochosos que estão presentes no Marielle e nas fazendas vizinhas. A área conta com parte de plantio de eucalipto, já está antigo que foi preservado pelas famílias como podemos ver no item 7. Ainda existe um resquício de mata nativa, o número 11, e possui uma mina que está sendo recuperada pelas famílias, assinalada no número 9.

Conseguimos verificar que as demais áreas próximas da estrada e vizinhas do Marielle, identificadas com o 10, são fazendas de pasto bovino, com pequenas áreas de preservação ambiental e construções. A prática pecuária bovina extensiva é prejudicial ao meio ambiente, pois há devastação ambiental, pisoteamento e contaminação do solo e da água pelos dejetos, com a territorialização da especulação imobiliária essa prática passou a ser utilizada por esse setor para justificar a produtividade da terra através do arrendamento para uso pecuário. De acordo com dados coletados, a FEEI no período anterior à ocupação do MST não

possuía sequer cabeças de gados na área, porém justificava o uso de solo por essa prática.

Podemos afirmar que o Marielle imprime uma diferença do uso do espaço se comparado à microrregião onde está instalado, pois não se configura como loteamento de luxo, nem como pasto. A alta densidade, características pelas habitações autoconstruídas, pode nos remeter aos bairros periféricos e favelas, no entanto, observamos reflorestamento e produção agrícola em grande horta e nos quintais agroecológicos. A atuação do movimento social gerou uma área de uso diferente por ser local de moradia de centenas de famílias e em razão da luta pela terra perpetrada pela ocupação, o que gera debate societário sobre qual deve ser o destino das terras da região, colocando em cheque os condomínios horizontais de luxo como forma sustentável de desenvolvimento e descortinando que a especulação imobiliária não cumpre a função social da terra e privatiza áreas públicas e de bens naturais.

Podemos observar a mudança paisagística do item 4 na figura 1 comparada com a figura 02, em 2018 era um campo de futebol com solo extremamente compactado, em 2020 vemos que uma parte do campo foi transformado em uma horta agroecológica em formato de mandala. A horta é coletiva e se tornou uma escola de agroecologia para o Acampamento, referência de técnica agroecológica e trabalho comunitário, reverberando a agroecologia para os quintais agroecológicos que podemos observar no número 5.

A produção agroecológica no Marielle é fruto de uma linha política da RAP e da Via Campesina (LVC), organização internacional da qual o MST participa. Peter Rosset e Martínez indicam que

[...] vemos la emergencia de LVC después de 1992 (Martínez y Rosset, 2010, 2014) como el movimiento social transnacional que promueve la agricultura agroecológica diversificada como un elemento clave en la resistencia, junto con la recampesinización y la reconfiguración de territorios [...]. (Martínez; Rosset, 2016, p.286).

Com base na linha política da agroecologia, o antigo pasto foi rapidamente transformado em local de moradia das centenas de famílias, também se tornou um local de produção, embora com limitações em relação à estrutura de irrigação e ausência de fomento paraprodução. Os quintais agroecológicos (aparecem no item 5, mas estão em torno de todas moradias) do ano de 2020, quando olhamos para 2018 na proximidade dos barracos a terra estava batida, sem cultivo, ao longo dos

dois anos as famílias conseguiram transformar os quintais praticamente em condição de areia, em quintais produtores, com árvores e produção de verduras e legumes. A mandala e os quintais produtivos são expressões do sonho de viver da terra, trabalhando na produção de alimentos saudáveis, hoje o Acampamento vende cestas agroecológicas em Valinhos e Campinas, propagandeando a luta pela terra e gerando renda.

Os acampamentos sem terra são conhecidos por sua lona preta, isso ocorre devido à lona de plástico de cor preta utilizada para a construção das moradias. Os barracos são construídos com esse material devido ao preço acessível, embora de baixa qualidade, mas ele também representa uma moradia que pode ser “desmontada” pelo caráter instável da luta, risco de reintegração de posse e mudança de local até a conquista definitiva do assentamento rural. Por isso, podemos ver que a maior parte dos barracos no ano de 2018 eram constituídos de lona, preta ou azul, feitos rapidamente durante os poucos meses de ocupação da fazenda. Na foto de 2020, a maior parte dos barracos são de telhas, ainda não são casas de alvenaria definitivas, mas isso indica aumento da infraestrutura de instalação das famílias, que passam a considerar o Marielle local de sociabilidade e de reprodução da vida.

Existem áreas coletivas, de cuidado e uso comum como o item 3 e 6, ambos locais eram estruturas de alvenaria abandonadas e parcialmente destruídas, uma ex-escola municipal e uma colônia de moradia dos trabalhadores/as da antiga granja, respectivamente. A partir de reformas realizadas pelos próprios acampados, com doação de material de aliados e moradores, esses espaços voltaram a ter utilidade. A escola abandonada se tornou Escola Popular Luis Ferreira (EPLF), em homenagem ao companheiro assassinado durante uma mobilização que exigia abastecimento de água potável no acampamento, a antiga colônia, local de moradia e de locais de uso coletivo como uma cozinha que distribui cerca de 300 refeições diárias, espaço da saúde onde ocorrem atendimentos médicos e o almoxarifado, local onde são organizadas e distribuídas as doações de roupas que são recebidas.

O Acampamento Marielle Vive possui uma paisagem, com algumas características das periferias urbanas (adensamento populacional, vielas) ao mesmo tempo com produção agroecológica e preservação ambiental, apresenta-se com a proposta alternativa da Reforma Agrária para o uso do espaço.

2.4 A construção de um território: o ser sem terra na luta pela terra em regiões metropolitanas

A partir da história do Marielle, pretendemos dialogar neste tópico sobre como a identidade e a categoria do/a sem terra contemplam setores diversos da classe trabalhadora, são capazes de se atualizar com as alterações do mundo do trabalho, da questão agrária e do próprio desenvolvimento do capitalismo em crise. A luta pela reforma agrária é a característica fundante dos/as sem terra, ela agrega trabalhadores/as rurais ou urbanos que realizam diferentes atividades laborais (como assalariado rural, meeiro, cabeleireira, pedreiro, desempregado, etc), o fundamental é a construção da identidade a partir do processo de luta que tem a função originária da conquista da terra, mas assume a luta contra o sistema do capital. Utilizaremos o conceito de classe proposto por Thompson no qual

[...] uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma. De outro modo, não é, ou não é ainda, uma classe. Quer dizer, não é “algo” ainda, não tem espécie alguma de identidade histórica. (Thompson, 1977).

A análise thompsoniana nos ajuda a compreender como a classe existe a partir de ações concretas, principalmente de luta, nas quais as contradições capital X trabalho são expostas e o grupo de trabalhadores/as identifica a exploração. A luta do MST também é a permanente construção de sua identidade de classe para a constituição do sem terra enquanto sujeito político. É necessário buscar a totalidade da categoria social que o sem terra representa a partir das singularidades pois essa identidade abrange, por exemplo, desde o/a assentado/a há 30 anos que hoje é cooperativado, que já advém de uma realidade camponesa antes mesmo de ser assentando, até o acampado há 4 anos que vive de bico ou de programas governamentais de combate a pobreza.

Por essa complexidade e pluralidade em torno do sujeito sem terra podemos compreender o MST como um movimento social a partir da perspectiva de classe sociais como resultado histórico de determinadas coletividades, como indica Bartra (2010) ao examinar os campesíndios em outros países da América Latina, seu presente e futuro não está determinado, eles existem através da identidade de interesses comuns, são constituídas e se constituem das relações sociais presentes no modo de produção. A classe trabalhadora é gestora do futuro, com a

mundialização do capital, o capitalismo se territorializa de maneira imperante, atingindo diversos povos, culturas, organizações societárias de todo o mundo, para compreender o local é necessário analisar compreender as movimentações do capital mundial.

O capítulo inicia com um conto que retrata o momento da ocupação da FEEI a partir da ótica de uma jovem da cidade que participa da ocupação sendo levada pela mãe, dos elementos trazidos por ele está a transformação ocorrida na garota a partir do momento da ocupação que transforma a insegurança e angústia em serenidade, através da ação intransigente do romper dos cadeados, estar entre pares e do vínculo sentido com a natureza. O objetivo do conto é a reflexão sobre ser sem terra, como forma essa identidade de classe. Nesse sentido, o próprio conto já nos indica apontamentos de que a constituição coletiva de uma comunidade, no caso o Acampamento Marielle Vive, simbolizada pela ocupação da terra, faz parte da construção da perspectiva de classe, assim como toda sua vivência coletiva em torno da resistência, contradições e dificuldades.

Além da análise do conto, realizamos entrevista com levantamento de dados qualitativos sobre história de vida de Josefa, de 54 anos, acampada do Marielle Vive, desde 2018. Em entrevista realizada pela autora, ela nos conta sobre sua concepção de sem terra e como construiu essa identidade:

A identidade sem terra eu acho que carrego na veia mesmo, é no sangue, porque meus pais nunca tiveram casa deles, sempre trabalhou em terra dos outros, então essa parte eu já carregava. Mas eu não conhecia o Movimento, vim conhecer no Marielle, e cada vez me apaixono mais pela luta e pelo o que o movimento faz. E esse sem terra, acho que faz parte do meu sonho de morar no meio do nada, onde eu vou plantar, criar, viver daquilo ali. Eu me sinto mais forte dentro do movimento. (Josefa, 2023)

No relato da Josefa observamos dois momentos que nos indicam o que é ser sem terra para ela, o primeiro é enquanto trabalhadora do campo expropriada, trabalhando e vivendo na terra de outras pessoas, ela apresenta esse elemento como central para se identificar como sem terra pela história de sua família que deixa raízes como uma de herança em torno da sua realidade social. Além do ser sem terra pela história de vida que ela já “carregava”, quando entra no MST se envolve com o movimento que possibilita condições para ela alcançar os seus sonhos, como duas características que completam a sua identidade: ser expropriada da terra e entrar no movimento. Noutra parte da entrevista, Josefa relata como conheceu o acampamento:

Eu morava em Campinas, não tava trabalhando por questões de saúde. Eu participei das reuniões que teve e meu sonho era ir morar no meio do nada, quando eu vi que as reuniões era do Movimento isso me fortaleceu mais por saber que o Movimento é um Movimento muito sério. Eu falei com meu marido e disse que tinha decidido ir, aí participei da primeira e da segunda reunião e estava decida a vir e ele viu que não tinha jeito. [...] Quando eu coloquei o pé dentro do acampamento e aí olhei aquele amanhecer do dia maravilhoso que tava, eu falei para mim mesma que a partir de hoje eu vou seguir o Movimento. (Josefa, 2023).

Josefa faz parte das poucas famílias que participaram da ocupação e continuam no acampamento após quase 5 anos, as reuniões a que se refere são as do trabalho de base realizadas num bairro próximo a casa onde ela morava em 2017. Impossível não relacionar a história contada por Josefa e o conto de abertura do capítulo, na última frase da transcrição ela relata o momento em que ocupa a terra, dando ênfase a entrada ao acampamento e ao nascer do Sol como fundamentais para sua decisão de seguir no acampamento e na luta do MST.

A base social do Marielle é composta por uma variedade de histórias de vida que se encontram e formam uma comunidade a partir da luta pela terra. Essas histórias, que abordaremos no segundo capítulo, possuem em comum os traços da formação dos trabalhadores/as urbanas no Brasil, como de expropriados da terra migram para vender sua força de trabalho nas cidades. A migração, portanto, é um eixo central na vida pessoal ou familiar, são pessoas advindas de outros estados, cidades, o deslocamento espacial é elemento permanente e cíclico, ou seja, condição que se repete de tempos em tempos pela necessidade de buscar melhores condições de vida através, principalmente, da proletarização urbana.

A origem da realização dos deslocamentos está imbricada ao processo de expropriação de terras dos/as camponeses/as que tiveram e têm suas terras tomadas por meio da violência, coerção, assassinato, miséria como a condição das pessoas ex escravizadas, que sem direito à terra, muitas foram obrigadas a se deslocar para as cidades. O êxodo rural foi vital para o avanço das relações capitalistas e do trabalho assalariado no Brasil, possibilitando a extração de mais-valor com o deslocamento do centro econômico do campo para a cidade.

Nas cidades, a situação laboral é precária com a venda da força de trabalho, nos últimos anos sofremos a intensificação da precarização do trabalho, com maior desregulamentação, informalidade, como vimos anteriormente, conformando o precariado (Antunes, 2018), essa situação atingiu de maneira acentuada grande parte da classe trabalhadora e, como podemos observar, o MV é formado

majoritariamente por trabalhadores/as que se encontram em condições extremamente precárias, excluídos, inclusive, do exército industrial de reserva.

Da composição do precariado urbano, os e as trabalhadoras do MV se tornaram sem terra sem abrir mão da condição anterior, duas categorias em confluência. A realidade do Acampamento não possibilita viver da agricultura devido à falta de espaço individual para produção uma vez que o acampamento ocupa apenas uma parte da fazenda, ausência de incentivos de políticas públicas (como créditos para agricultura familiar) e o risco que as famílias sentem de realizar investimento em uma área com risco de despejo. Portanto, embora haja um movimento de retorno ao campo e, muitas vezes um sonho das famílias de poder viver do campo, na prática, no caso do MV a vida em condição de sem terra acampado não alterou a situação laboral da maior parte das famílias, embora transforme a identidade, as relações sociais, de convivência, a ideologia e a consciência política.

Além da pauta corporativa da luta pela terra, de modo a garantir o direito à reforma agrária para as famílias que lutam no Movimento, o MST também atua na perspectiva estrutural da questão agrária no Brasil e para a transformação social, o socialismo, como indicam os três objetivos definidos em sua fundação. A crise do capital impactou profundamente na destruição ambiental, da natureza, de comunidades, a etapa destrutiva do sistema do capital avançou sobre a natureza e os seres humanos, impactando na manutenção da vida na terra, nesse contexto os movimentos sociais passam a enfrentar o novo desafio que é vital para a humanidade, a luta contra o avanço territorial e tecnológico do capital explorador e destruidor, exemplos desse processo são os agrotóxicos, sementes transgênicas, mineração, contaminação dos rios, entre outros. Como indica Caldart:

Os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professem idéias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país. (Caldart, 2001, p.210).

No contexto da capital transnacional no campo, o aumento da exploração e degradação ambiental, o MST cumpre o papel fundamental de luta em defesa da natureza, contra o agronegócio, a mineração e o hidronegócio. O MV em toda sua complexidade, representa as contradições das metrópoles brasileiras e do campo, do avanço do capital rentista sob áreas rurais através da especulação imobiliárias às implicações da política de reforma agrária no contexto de hegemonia do agronegócio no agrário, assim como a vinculação da luta concreta por moradia, emprego e comida com a contestação da ordem, como nos indica Caldart.

3 ACAMPAMENTO MARIELLE VIVE: OS E AS PROTAGONISTAS DA LUTA PELA TERRA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS

O quarto

Pai de 4 filhos, três meninos e uma menina. Ari trabalhava de servente de pedreiro, debaixo de Sol o dia todo. Ralava muito enquanto a esposa trabalhava de faxineira, dia sim dia não, num condomínio chique da cidade, onde as pessoas de muito dinheiro não lavam sua louça e pagam um salário da morte para quem só quer trabalhar. Junto com sua família, Ari mora no acampamento dos sem terra, num barraco em uma fazenda ocupada perto da cidade.

No dia anterior ao fim do prazo Ari acordou num susto. *Acho que perdi a hora.* Olhou no relógio e era mais cedo do que precisava acordar. *Parece que meu coração vai sair pela boca.* Percebeu que estava tremendo, tá assim desde algumas semanas atrás, quando recebeu a notícia. *Como vou bater massa tremendo assim?* Olhou pro lado e viu sua esposa dormindo tranquilamente ao seu lado, junto com o filho que ela gestava, olhou pra frente e viu os outros três filhos dormindo no mesmo colchão, na cama improvisada de paletes. *Acho que vai sobrar umas madeiras da obra que tô trabalhando, daria pra fazer um banheiro maior pra caber a banheira do bebê e também preciso puxar a lona pra aumentar a sombra da área, mas o que precisamos mesmo é de mais um quarto.* Todo dia Ari pregava uma coisa no barraco, podia ser madeirite, telha, palete ou lona.

Mesmo com muito esforço não teve jeito, ele não conseguiu voltar a dormir. O motivo da insônia e o porquê da tremeira eram a tensão do despejo que estava marcado para os próximos dias e a angústia de não ter outro lugar para ir viver com sua família. Ouviu passos rápidos se aproximando do barraco, logo reconheceu o jeito de caminhar do João, companheiro e compadre, que veio trazer a notícia: vai ter assembleia agora cedo. A justiça suspendeu a reintegração de posse por dois meses. Ari abraçou fortemente o companheiro, sentindo o peso de um elefante sair das suas costas, para ficar à espreita da mente. *Caralho! Não acredito!* Entrou no barraco, sentiu que tremia mais que antes e tinha uma vontade imensa de gritar, mas a única coisa que conseguiu fazer foi chorar baixinho enquanto olhava seus filhos. *Vai dar pra fazer outro quarto.* (Moreira, 2022b)

Neste capítulo iremos debater o perfil social das famílias e das pessoas que compõem o Acampamento, de modo a analisar, dentro da complexidade da classe trabalhadora em suas metamorfoses desenvolvidas pela reestruturação produtiva, o atual sujeito social da luta pela terra a partir dos elementos extraídos sobre a base social do MV. Pretendemos dialogar nesse tópico sobre quem são os/as lutadores/as do MV, o quê possuem em comum entre si e como isso pode nos ajudar sobre os desafios da luta pela terra.

Em face à complexidade sobre o sujeito sem terra e sua abrangência, no tocante aos grupos sociais que a categoria abarca - trabalhadores rurais, trabalhadores urbanos, abrangência nacional, entre outros -, e as configurações atuais do mundo do trabalho, vamos aprofundar, neste capítulo, na caracterização dos/as acampados/as do MV. A proposta é verificar, a partir das histórias de vida, de

dados quantitativos primários, realização de entrevistas, análise de documentos e da pesquisa participante, a organização política e luta popular pela terra na atualidade a partir da base histórica do desenvolvimento do capitalismo e da configuração da força de trabalho nas cidades.

Ademais, iremos abordar no capítulo os diferentes ataques sofridos pela comunidade e as táticas utilizadas para a expulsão das famílias da área - que contam com ações legais de reintegração à assassinato, todas violentas - e vamos identificar aspectos da resistência no sentido das ações coletivas, respostas ao ataque e a própria construção coletiva do ser sem terra e da organização da comunidade.

Em relação aos dados primários, foram coletados em junho de 2021 a partir do fichamento cadastral das famílias. Na organização interna da comunidade é realizado um cadastro com informações do/a titular da família e sobre a composição familiar, os ou as titulares são as pessoas responsáveis pela família e que tornam-se referência para documentação familiar e para o levantamento de informações dentro do acampamento. Através do recolhimento de diversos dados de 391, dos cerca de 430 titulares dos cadastros, extraímos informações em relação à profissão, cidade natal, cidade onde morava antes de vir para o Acampamento, gênero, entre outros. Importante destacar que existem discrepâncias em relação aos dados gerais devido às informações disponíveis na secretaria do acampamento nas quais alguns cadastros em relação a profissão, dos 391 cadastros analisados apenas 237 titulares responderam essa questão, ou seja, essa informação estava incompleta em 154 cadastros analisados. Em relação à cidade natal temos informações de 400 titulares, informação foi retirada da xerox do RG anexada aos cadastros do acampamento.

Segue levantamento sobre gênero e idade a partir dos dados levantados sobre a composição familiar de 391 famílias:

Tabela 1 - Quantidade de pessoas por gênero

Gênero	
Mulheres	465
Homens	488
TOTAL	953

Fonte: Secretaria do Acampamento Marielle Vive, organização da autora.

Tabela 2 - Quantidade de pessoas por idade

Idade	Quantidade de pessoas
0 a 11 anos	120
12 a 18 anos	112
19 a 30 anos	131
31 a 59 anos	492
60 + anos	98

Fonte: Secretaria do Acampamento Marielle Vive, organização da autora.

A população de Valinhos em 2021 estimada pelo IBGE era de 133.169 habitantes, nesse universo o MV representa menos de 1% da população municipal, ainda que numericamente o acampamento não seja tão expressivo, ele tem uma grande repercussão no município, tendo sido capa de jornais⁷, alvo de ataques de gestores públicos e fator de debate e discussão em Valinhos. Poucas horas após a ocupação, o então Prefeito Orestes Previtali, deslocou-se ao acampamento e fez uma live ao vivo pelo Facebook na qual ameaçou as famílias caso não saíssem da fazenda. Segundo Oliveira (2020), a live feita por Orestes foi uma expressão da recepção que a ocupação recebeu no município e dos desafios postos às famílias,

⁷ Conforme pesquisa de campo e relatos de entrevistados, o Jornal Correio Popular de Campinas no ano de 2018 teve capa que apresentava uma denúncia sobre uma suposta ausência de famílias no acampamento, o que precisou ser rebatido pelo MST para confirmar numa disputa pela comprovação da legitimidade da demanda expressa pela ocupação.

como assassinato, coerção, risco de despejo, entre outros, como vamos abordar nos últimos tópicos do capítulo.

A partir das histórias de Raymunda, Seu Hélio, Seu Luis e dos testemunhos de Josefa vamos percorrer os dados quantitativos levantados para compreendê-los a luz de questões como trabalho, migração, questão racial e de gênero, e também nas individualidades, potencialidades na formação do/a sem terra e a resistência realizada por esses sujeitos no território.

A maior parte da base social do acampamento é composta por trabalhadores e trabalhadoras das periferias urbanas, em especial da RMC, migrantes que realizaram deslocamentos interestaduais, intra-estaduais ou intra-regionais, advindos do campo e da cidade, em busca de melhores condições de vida, como veremos no item 2.2 deste capítulo. Em suas trajetórias esses trabalhadores/as foram submetidos/as à exploração do trabalho e vivenciam as transformações do mundo do labor no contexto da reestruturação produtiva realizadas a partir da década de 1970 quando o capitalismo impôs mudanças profundas em vários âmbitos, submetendo a classe trabalhadora a condições ainda mais precárias a nível internacional com a desregulamentação do trabalho. Iremos debater nos próximos dois subtópicos a questão do trabalho e da migração para a base do acampamento para, em seguida, analisar os ataques à comunidade e resistências realizadas.

3.1 Desemprego e subemprego: desdobramentos da reestruturação produtiva na constituição do Acampamento Marielle Vive e suas implicações na vida das famílias acampadas

Vale lembrar que no Brasil, e na maior parte dos países do Sul global, as conquistas trabalhistas, como a CLT, não abrigaram uma gama de trabalhadores/as de setores mais precarizados como, por exemplo, trabalhadores/as rurais e precarizados urbanos que historicamente foram excluídos/as dos benefícios trabalhistas, essa condição se tornou ainda pior com a reestruturação produtiva.

Na América Latina, as transformações do mundo do trabalho geradas pela reestruturação produtiva tiveram um maior impacto a partir da década de 1980 com a realização de inovações organizacionais e produtivas, de modo a elevar o patamar de exploração do trabalho não-pago, atualizando formas de extração de mais-valor. Os e as trabalhadoras sofreram a materialidade das mudanças com a flexibilização

do trabalho, aumento do desemprego, informalização, terceirização e desemprego estrutural, entre outras características da reestruturação produtiva.

O caso brasileiro é exemplar com a diminuição dos empregos formais a partir da década de 1990, Rosandiski (2018), do Observatório da PUC-Campinas, demonstra que entre os anos de 2015 e 2016 mais de 3,5 milhões de empregos formais foram destruídos no Brasil, um milhão apenas no estado de São Paulo. Conforme este estudo, em 2019 havia cerca de 220 mil pessoas desempregadas na RMC, 361 mil trabalhando por conta própria, 93.555 subocupados e mais de 55 mil procurando emprego a mais de 2 anos (Nº de trabalhadores [...], 2019). Ainda no mesmo ano, no quesito de informalidade, a Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC) aponta que o número de trabalhadores em situação informal na RMC totalizou 970.754, enquanto haviam 859.355 formais, ou seja, a informalidade era 12,9% superior ao trabalho formal (RMC [...], 2019). Nos anos recentes, com a irrupção da última grande crise, a de 2008, e com o advento da pandemia do Corona vírus (Covid-19) em 2020, a situação piora ainda mais para os trabalhadores/as e em 2021 são quase 20 milhões de desempregados no país, dos empregados quase a metade, 34,7 milhões, são trabalhadores informais.

O mundo do trabalho no Brasil foi alterado nesse último período através de diversos ataques à classe trabalhadora, o golpe de 2016, a entrada do Temer no poder e a eleição de Jair Bolsonaro cumprem papel de implementação de pacotes ultra-neoliberais demandados pelo capital financeiro, ampliando as privatizações, diminuindo a soberania nacional, em especial frente aos EUA; retirando direitos sociais e abrindo caminho para um processo mais intenso de exploração do trabalho, como salienta Thomaz Junior (2018) é a demarcação dos tempos de desproteção. Dentre as medidas ultra-neoliberais estão o congelamento dos gastos públicos (Temer), lei de regularização fundiária, corte do orçamento para a reforma agrária, reforma da previdência, reforma trabalhista, entre outros. O governo Bolsonaro conduziu seu projeto genocida e neofascista, aumentou a fome, o desemprego e a miséria, a pandemia da Covid-19 é ferramenta de morte e corrupção. O sindicalismo combativo foi atacado diretamente com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, minando a autonomia financeira das centrais sindicais que, além de atuação direta nas categorias trabalhistas, atuam na conjuntura política nacional a partir de uma perspectiva progressista.

A dissolução dos direitos trabalhistas reverbera na situação trabalhista, principalmente na periferia e no campo, no MV, segundo (MOREIRA; OLIVEIRA, *no prelo*), a imensa maioria dos/as trabalhadores/as da comunidade está na informalidade realizando bicos de toda ordem para garantir a sobrevivência, na modalidade autônoma sem garantia de direitos trabalhistas e segurança laboral. Dentre as atividades informais mais exercidas estão:

[...] ambulantes, trabalhador da construção civil, pintor, cozinheira, catador de recicláveis, cabeleiro/a, trabalhadoras/es do setor da limpeza, eletricista, no conserto de eletrodomésticos, encanador, diarista, caseiro, motoboy, entregador, artesãos/ãs, trabalhador rural assalariado, entre outras. As pessoas que possuem contrato formal de emprego são terceirizados ou subcontratados das áreas de limpeza, transporte, enfermagem e segurança. Além de uma minoria de aposentados/as, pensionistas ou dependentes de benefício social como fonte de renda.” (Moreira; Oliveira, *no prelo*).

Segundo Oliveira, em entrevista concedida à autora:

A Base social do Marielle é justamente fruto, além das questões estruturais que falamos, da informalidade e precarização do mundo do trabalho. A desregulamentação e mudança de padrão nas relações sociais de produção expelle diariamente um sem número de trabalhadores do mercado formal de trabalho. O número de precários e não-formais no Brasil já supera os formalizados com carteira. Sem contar os desalentados e já descartados do mercado que vivem uma situação dramática de nem sequer ter condições físicas, mentais ou econômicas de procurar emprego. Por isso, no Marielle quando atingimos o auge de cadastrados nós tínhamos uma realidade muito plural deste ponto de vista (ainda hoje também, mas em menor escala). Em um mesmo núcleo de base você encontrava um motorista de Uber, alguém que vivia em situação de rua, um operário formal da indústria, alguém “encostado” por acidente de trabalho e alguém que não procura mais emprego, mas que vai todo dia vender balas nos sinaleiros das ruas da cidade. Então isso é a pura expressão do mundo do trabalho atual pós reestruturações produtivas no Brasil. Então eu diria, que o trabalho de base fluiu com estes segmentos por dois motivos, primeiro por que estão vivendo no limite das condições humanas e econômicas, convivem diariamente com a incerteza sobre onde morar, o que comer, desemprego, escola para filhos e filhas, violência urbana etc. Segundo, por um desejo e uma vontade de estar organizado, de fazer parte de uma luta coletiva, de se sentir pertencente e participe da transformação social. E necessariamente estas duas motivações se entrelaçam na realidade social e nas decisões tomadas pelos atores. (Oliveira, 2023).

Pelo trecho acima, podemos observar que o MV traz elementos que, embora em pequena escala, contribuem na compreensão de uma diversidade da realidade laboral da classe trabalhadora brasileira que se expressa na comunidade. A partir de elementos indicados por Antunes e Pochmann (2007) de que a condição de exploração do trabalho atual é consequência da alteração das bases de garantia da segurança do trabalhador, do aumento do desemprego estrutural - fortalecido com a globalização neoliberal, além da precarização do trabalho e emprego, podemos

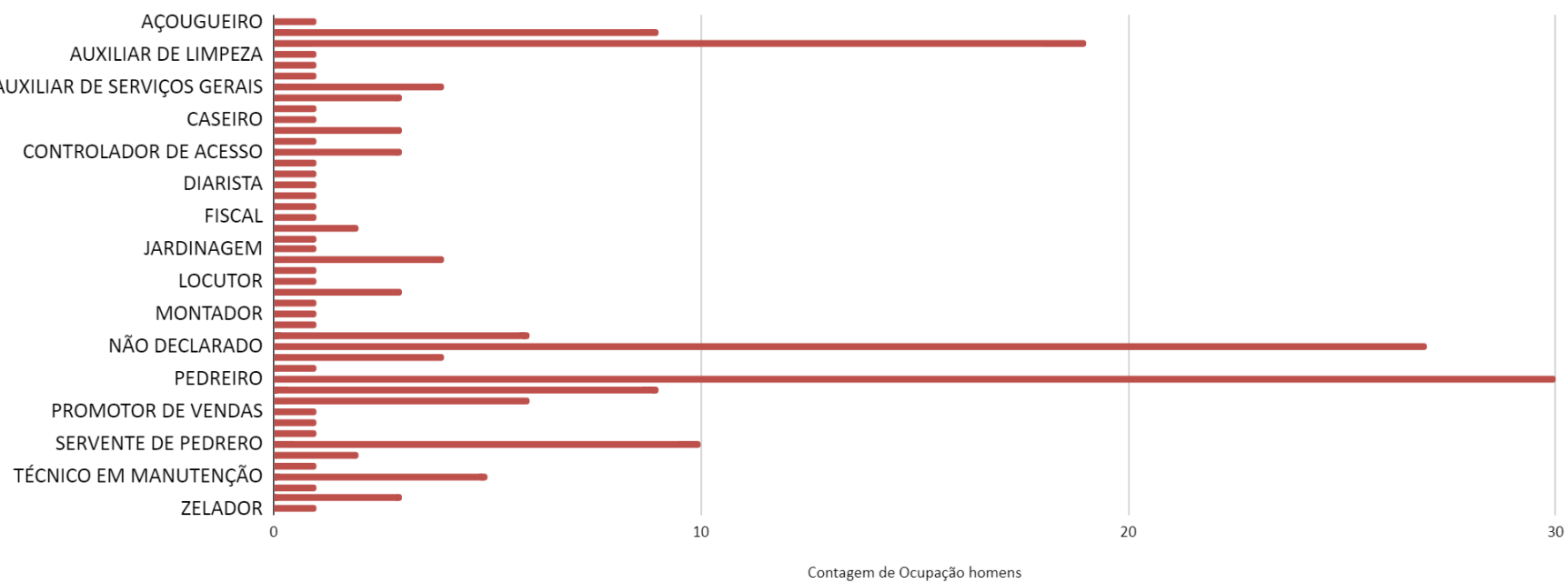
observar que o resultado da precarização ilimitada, com o rebaixamento salarial e a perda de direitos, é latente e torna-se característica estrutural das relações de trabalho no mundo, e possui sua forma mais impactante nas periferias e no campo dos países do Sul global, como vivenciamos no Brasil.

Em levantamento feito a partir de 391 fichas de cadastro dos/as titulares das famílias levantamos informações acerca da profissão de 237 titulares, as demais 154 fichas não continham essa informação preenchida. O alto número de pessoas que não preencheram este item na ficha de inscrição nos coloca hipóteses sobre a não identificação com uma profissão ou a ausência de uma profissão por situação de desemprego, dado necessário considerar no debate a seguir inclusive pelo número expressivo. Como podemos verificar no gráfico abaixo de modo geral são trabalhos que exigem baixa ou nenhuma profissionalização acadêmica, com maioria de empregabilidade informal, flexível, desregulamentada. Essa condição ocorre pela característica dos novos postos de trabalho, nos anos 2000, dos 21 milhões de postos de trabalho criados, 94,8% foram de baixa remuneração, de até 1,5 salário mínimo, no setor de serviços, comércio e construção civil (ANTUNES, 2014).

Seguem gráficos sobre as profissões com recorte de gênero.

Gráfico 01 - Profissões dos homens do Acampamento Marielle Vive

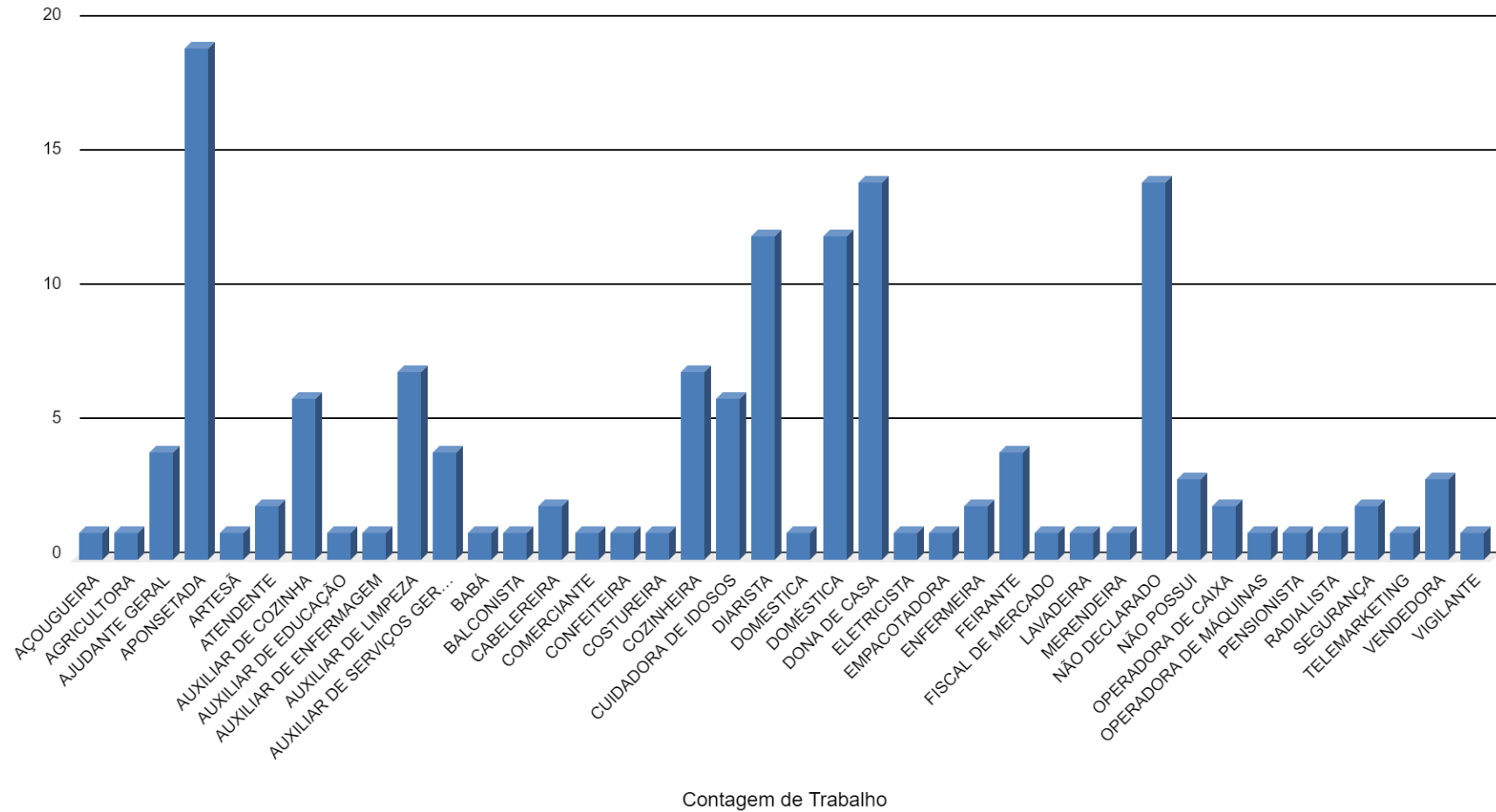
Contagem de Ocupação homens



Fonte: Secretaria do Acampamento Marielle Vive, organização da autora.

Gráfico 02 - Profissões das mulheres do Acampamento Marielle Vive

Ocupação mulheres



Fonte: Secretaria do Acampamento Marielle Vive, organização da autora.

Observe nos gráficos como as profissões são do segundo setor, observamos através da análise de ambos que pedreiro é a profissão com maior número de trabalhadores, seguido por diarista e trabalhador/a de telemarketing.

Como indicado anteriormente, vamos analisar histórias de vida do acampamento, conhecidas através da realização de entrevistas e da pesquisa participativa. Uma dessas histórias é a de Seu Hélio, o acampado do MV, que foi vítima fatal da precarização do trabalho e da falta de seguridade social, quando faleceu aos 62 anos, no dia 07 de julho de 2021, em um acidente de trabalho, com uma Makita. Realizamos entrevista com a Marta (2022), amiga e companheira de núcleo de base do Seu Hélio que contou mais sobre a história dele e sua situação de saúde. Ele trabalhava como pedreiro, pegava obras com empreiteiros, trabalho flexível e desregulamentado no qual não possuía direitos sociais, ele deveria estar aposentado anos antes de falecer, seja por idade, pela pressão alta, pelos outros problemas de saúde, ou pelos anos de trabalho duro, mas nunca pôde acessar esse direito. Antes do acidente ele começou a apresentar um problema de coordenação motora em uma das mãos, o pessoal do Acampamento dizia que ele estava com o “braço esquecido”, problema originado possivelmente pela vida de intenso trabalho pesado.

Assim como podemos observar pela história de vida de Seu Helio, a construção civil no gráfico 01 por ser a área com maior número de profissionais como servente, pedreiro, pintor e engloba também os auxiliares gerais que, por vezes, prestam serviços na construção civil. Esse setor sofre retração desde 2014 com a atuação da Lava Jato, somada aos impactos no Brasil da crise de 2008 nos Estados Unidos da América, o que implicou, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada e Infraestrutura (Sinicon) a perda de cerca de 1 milhão de vagas de emprego entre os anos de 2014 e 2018 (Rede Brasil Atual, 2019) só no setor da construção civil, intensificando a implementação do desemprego, flexibilização, achatamento de salários o setor.

O racismo e o patriarcalismo são eixos estruturantes da sociedade capitalista, juntamente com a divisão de classes sociais, a opressão aos corpos negros/as e às mulheres da classe trabalhadora são vitais para manutenção sistêmica e para o volume de acumulação de capital e do lucro através da superexploração. A história brasileira, recheada pela colonização, por massacres, pela escravidão negra por séculos é uma ferida incurável até que haja uma transformação social sistêmica, ao

contrário será mantida, atualizada e implementada através da ideologia e da violência.

Em relação às mulheres, a superexploração possui base no patriarcado e na divisão sexual do trabalho que responsabiliza as mulheres pelos trabalhos de reprodução da vida, como preparação de alimentos, limpeza doméstica, lavagem de roupa, cuidados com crianças e idosos. O trabalho doméstico não pago achata os custos da força de trabalho e os salários, garantindo lucros superiores à burguesia. Além do trabalho reprodutivo em seu próprio lar, as mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, acumulando horas trabalhadas e sem descanso. Para as mulheres da classe trabalhadora, como as do Marielle Vive, a inserção no mercado de trabalho se dá principalmente através da realização dessas tarefas de reprodução, como babás, faxineira, cuidadora de idosos, cozinheira, entre outras. A divisão sexual do trabalho também implica na desvalorização dos trabalhos considerados femininos, de reprodução, imputando a estes maior precarização, salários mais baixos, desprestígio.

O caso da Raymunda, 52 anos, e da Josefa, 52 anos, que saem do interior da Bahia e do Rio Grande do Norte, respectivamente, onde realizavam ofícios rurais para trabalhar nas cidades e encontram como opção a realização do trabalho de faxineira e empregada para vender sua força de trabalho, concomitantemente garantem a reprodução de suas famílias e de seus filhos em uma jornada permeada pelo desemprego, subemprego e migrações em busca de melhores condições.

Socialmente é construída a diferenciação entre os homens e mulheres naturalizando as desigualdades sociais, no mercado de trabalho através da imposição de papéis e atribuições conforme o gênero, a subordinação das mulheres pelos homens se complementa com outras matizes da subordinação que permeia classe e raça, como indica Saffioti:

A sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens. Isto equivale a dizer que o patriarcado, sistema de relações sociais que garante a subordinação da mulher ao homem, não constitui o único princípio estruturador da sociedade brasileira. (Saffioti, 1987, p.16).

A sociedade de classes é estruturada pelo patriarcado e racismo, ela impõe a condição mais subalterna às mulheres negras da classe trabalhadora, segundo Saffioti (1987) ela é a última colocada nas posições da sociedade. No acampamento

a maior parte da base social e das mulheres são negras, como a Raymunda, e estão em condições extremamente precárias, sofrendo violência, miséria e exploração.

Ademais de realizarem esses trabalhos domésticos em suas próprias casas, podemos extrair dos dados coletados das profissões das mulheres que a área de limpeza, com diaristas, domésticas, auxiliares de limpeza e donas de casa, que em sua maioria são de trabalho instável e realização de bicos, é a principal área de profissão entre as titulares do Marielle. Destaco que a profissão de doméstica passou a ser regulamentada no Brasil extremamente tardiamente, apenas em 2015, escancarando as condições absurdas nas quais mulheres são submetidas no trabalho, triste legado do período escravocrata. A opressão, violência e exploração pelas quais as mulheres vivem imprimem em suas vidas, em especial das mulheres negras que sofrem de maneira acentuada todas essas mazelas, a condição potencial de lutadoras políticas para a transformação social, isso pode ser observado no Marielle pelo papel fundamental das mulheres na condução, resistência e melhorias na comunidade.

Em relação à questão racial, os dados levantados com a pesquisa participante e entrevistas revelam que a maior parte dos e das acampadas do MV são negras ou pardas, durante a entrevista, Oliveira relata sobre a questão racial e a luta pela terra no Brasil:

A população negra representa mais de 54% do povo brasileiro, por isso de modo geral está presente em todos movimentos sociais da classe trabalhadora, lutando por questões básicas como moradia, terra, direito de viver, educação, saúde, etc. E estas pautas são legítimas e necessárias, ainda que uma parte da esquerda não compreenda a importância dessas pautas como instrumento de mobilização dessa camada majoritária da sociedade formada por negros e negras. No nosso caso do MST há uma particularidade, pois o tema da terra tornada propriedade privada foi a condição fundamental para que fosse chancelada a chamada "abolição da escravatura" e a luta do povo negro no Brasil desde o início da colonização sempre foi marcada pela disputa por terra, território, por liberdade para poderem se divertir e viver sua religiosidade, por emprego e melhores condições de vida por isso a construção dos quilombos. O MST é herdeiro dessa luta quilombola e adota a luta pela terra e defesa dos territórios como forma de construir seu programa de RAP, nesse sentido, no modo de ver, a luta pela terra é uma luta fundamental do povo negro e indígena. De certo modo, podemos dizer que os negros e negras projetam no MST (e por isso se engajam em suas fileiras) toda essa possibilidade de realizar uma profunda emancipação. Nesse sentido o MST com o Marielle se apresentou para o público, no lugar certo e na hora certa que é a crise social vivida pela população negra nas periferias da região de Campinas. (Oliveira, 2023)

Em outra pesquisa realizada no Acampamento Marielle Vive no ano de 2021 que contou com a participação de 63 acampados/as que estavam em busca de

emprego, foi abordado sobre a profissão e experiências profissionais que possuíam, cada um/a escreveu à mão suas respostas e observamos grande variedade de experiências de trabalho e de profissões que exigem diferentes habilidades e pouca qualificação. Assim como observamos nos gráficos apresentados, nesta pesquisa é manifesta a recorrência da maior porção das mulheres que assinalou experiências no setor de limpeza (faxineira, empregada, do lar, diarista, auxiliar de limpeza), mas também como cozinheira, na costura, balconista, auxiliar geral, vendedora, operadora de caixa.

A multiplicidade de experiências e profissões foi ordinária nas respostas dos/as trabalhadores/as, demonstrando a variedade de serviços já realizados, a adaptabilidade laboral, os dados evidenciam o impacto disso para a vida dos trabalhadores e trabalhadoras, que, plasticamente moldam-se às demandas do mercado de trabalho. A identificação recorrente da profissão como auxiliar geral e ajudante geral é demonstrativo da ausência de uma profissão, da fluidez do labor exercido, da demonstração de disponibilidade para qualquer serviço de baixa qualificação que apareça, da necessidade de um serviço, da geração de renda para ter o privilégio da servidão, num contexto de desemprego.

Por exemplo, observamos que entre os trabalhadores que assinalaram serem pintores apresentaram experiências como de pedreiro, segurança, operador de empilhadeira, auxiliar de produção, auxiliar administrativo, pintor ou em funilaria. O que revela este retrato social, tanto do desemprego como de múltiplas experiências laborais precarizadas, é a conformação de um tecido social extremamente cindido, degradado e aviltado pelos ditames do capital. Sob esta égide, de mal-estar permanente, a reprodução social destes sujeitos está condenada à miséria humana, a uma sobrevivência, sem moradia, alimentação ou saúde adequadas; sofrendo com a violência policial e a política de controle social dos pobres e da pobreza por parte do Estado.

Os gráficos demonstram as consequências da perda do acúmulo de conquistas trabalhistas do século passado - que garantiu algumas regulações tais como reduzir limite de horas de trabalhadas, previdência social, trabalho formal e estável - para a base social do Acampamento isso ocorre devido ao fato de que a flexibilização do trabalho se tornou predominante nas relações trabalhistas que vivem e se aprofundou para uma nova fase com a intensificação das desregulações,

com novas maneiras de gestão do capital a partir da ampliação das terceirizações e da informalidade no Brasil.

A nova morfologia do trabalho, torna-o, no século XXI, precário, instável, terceirizado, informal, com uma diminuição dos postos de trabalho e aumento do número de trabalhadores/as, por essa razão que Antunes desenvolve que a servidão é um privilégio no contexto capitalista atual, uma vez que uma massa de trabalhadores/as estará sujeita ao desemprego completo. A informalidade é outro aspecto dessas inovações organizacionais do trabalho, sem contrato o trabalhador não tem a proteção da legislação social vigente, assim como os trabalhadores terceirizados que também não acessam os direitos trabalhistas integralmente e recebem salários achatados. Ainda assim, a subordinação a situações de trabalho desregulamentado e terceirizado é a opção possível para a imensa maioria dos trabalhadores e trabalhadoras das periferias brasileiras e, por conseguinte, do Acampamento Marielle Vive, na ausência de outra possibilidade de vender sua força de trabalho.

As transformações do mundo do trabalho implicam em uma nova classe trabalhadora, mais precarizada, superexplorada, sem condições de trabalho regulado e mais individualizada. A mundialização do capital impôs esse modelo de trabalho a nível global, rebaixando as condições de trabalho e a flexibilização, impondo o ataque aos direitos trabalhistas em todos os países. Com o desemprego em níveis cada vez maiores, para a classe trabalhadora restou o privilégio da servidão, uma vez que o desemprego é o desamparo total.

A engenharia da dominação também conta com um forte braço ideológico, minando as organizações de classe e ditando o individualismo, cortinando a exploração do trabalho, são as formas de fetichização dessa sociedade, com o culto a uma sociedade pretensamente democrática, sobre o fim das ideologias, o avanço da sociedade comunicacional. Exemplo disso é a transformação do trabalhador em suposto parceiro no toyotismo, o que posteriormente foi aprofundado com a uberização.

A dinâmica sistêmica do capital se baseia na reiteração constante da sujeição do trabalho vivo pelo trabalho morto e também na reiteração da acumulação primitiva, na qual vivenciamos constantemente a exploração dos bens naturais, exploração humana, tomada de terras para o domínio do capital. Em relação ao trabalho, vivemos o aprofundamento em patamares cada vez maiores da exploração

da força de trabalho e da subsunção desta ao capital, reeditada recentemente pela reestruturação produtiva em suas diversas fases a partir da década de 1970, como indicamos anteriormente.

Como condição do desenvolvimento do capitalismo, a expropriação dos meios de produção dos/as trabalhadores/as (objetos de trabalho, habilidades, instrumentos) - parte fundamental da acumulação primitiva de capital - transforma o trabalho não estranhado em trabalho alienado e o mundo do trabalho passa a ser sistêmico para garantir a acumulação do valor. Esse trabalho assalariado (trabalho capitalista) é a forma histórica do trabalho consolidado hegemonicamente no capitalismo. Na sociedade capitalista, a acumulação de capital é sistêmica tornando as formas particulares de trabalho (como a industrial, agrícola, de serviços, entre outras) abstratamente em atividades de trabalho em geral. No sistema do capital, a mercadoria é estruturante das relações sociais e de nossa sociabilidade, portanto a mercantilização da vida é o alicerce do modo de produção capitalista, que possui caráter mundial com o domínio do mercado sobre as relações sociais.

É através do trabalho em geral que é possível o surgimento no capitalismo do trabalho abstrato, a fonte de valor. Conforme Alves (2014, p.18) “o trabalho abstrato é a forma social do trabalho em geral e da atividade de produção do capital, perpassando as múltiplas atividades sociais particulares.” Conforme a teoria da exploração de Karl Marx, o trabalho abstrato é fonte de mais-valor, apropriação do trabalho não pago pelos donos dos meios de produção (burguesia), então não importa a singularidade do trabalho e sim sua qualidade de valorização do capital e de extração de mais-valor. Ricardo Antunes (2018) acrescenta que o trabalho abstrato, imperante no capitalismo, é alienado, aprisionado e desestruturante da sociedade.

O desenvolvimento das forças produtivas (indústria, maquinário) altera a forma de ser do trabalho, gerando estranhamento cada vez maior do trabalhador em relação ao seu trabalho e ao fruto do trabalho, ao mesmo tempo que torna o trabalho vivo subsumido à máquina. Conforme Alves (2014, p.22) “o sistema de máquinas nega a si próprio como processo de trabalho sob a direção consciente do trabalho vivo”, ou seja, o ser humano (agente do trabalho) torna-se apenas um suporte do funcionamento do sistema de máquinas para produção de mercadoria. A subsunção formal do trabalho ao capital, na qual o trabalho vivo segue ativo na produção de

valor, se torna a subsunção real através dos intensos processos de modernização desencadeados a partir do último século.

Vivenciamos a grave crise estrutural do sistema capitalista, nesse período também era mister retomar a hegemonia que o capitalismo vinha perdendo devido às lutas sociais e revoluções socialistas do século XX. Entramos em uma nova fase do capitalismo, caracterizada pela “insustentabilidade civilizatória do capital” (Alves, 2012) na qual são desenvolvidas práticas destrutivas para garantir sua auto-reprodução ampliada e recuperar o seu ciclo de reprodução. Mundialmente foram realizadas reformas e alterações em vários setores: no mundo do trabalho, com a reestruturação produtiva; na economia, com a hegemonia da financeirização; na política com o neoliberalismo e; no âmbito cultural com formas fetichistas e alienantes para a manutenção sistêmica.

Os impactos no Brasil da reestruturação produtiva, da crise cíclica do capital de 2008, do Golpe de Estado do Brasil em 2016 e da política neoliberal foram sentidos de sobremaneira pela classe trabalhadora nos últimos sete anos, o período de conciliação de classe promovido pelos governo do Partido dos Trabalhadores que durou entre 2002 a 2015 não é sustentável por muito tempo para o capital em crise estrutural, o receituário do aumento da exploração do ser humano e da natureza foi colocado em prática pelo capital com predomínio da financeirização.

O aumento da pobreza e da miséria nas periferias urbanas a partir dos anos de 2016 geraram a demanda por terra e o surgimento do Acampamento Marielle Vive, fruto, portanto, das da precarização e ausência do trabalho para a classe trabalhadora. A ampliação da crise com o governo Bolsonaro a partir de 2019 e repercussão da pandemia da Covid 19 na economia, acentuada pela incompetência do governo em gestar a crise, que mais parece ser intencional, agravou as condições de vida e de trabalho da população. A luta pela terra próxima a grandes centros metropolitanos, demonstra o esvaziamento das possibilidades na cidade para trabalhadores e trabalhadoras, com o desemprego, a fome e a violência.

3.2 Migração: trajetória de vida das famílias do Acampamento Marielle Vive

A base social do Acampamento Marielle Vive é formada por famílias de trabalhadores que deslocaram-se das periferias urbanas, principalmente da RMC, comumente advindas de migrações anteriores e que chegam ao acampamento em

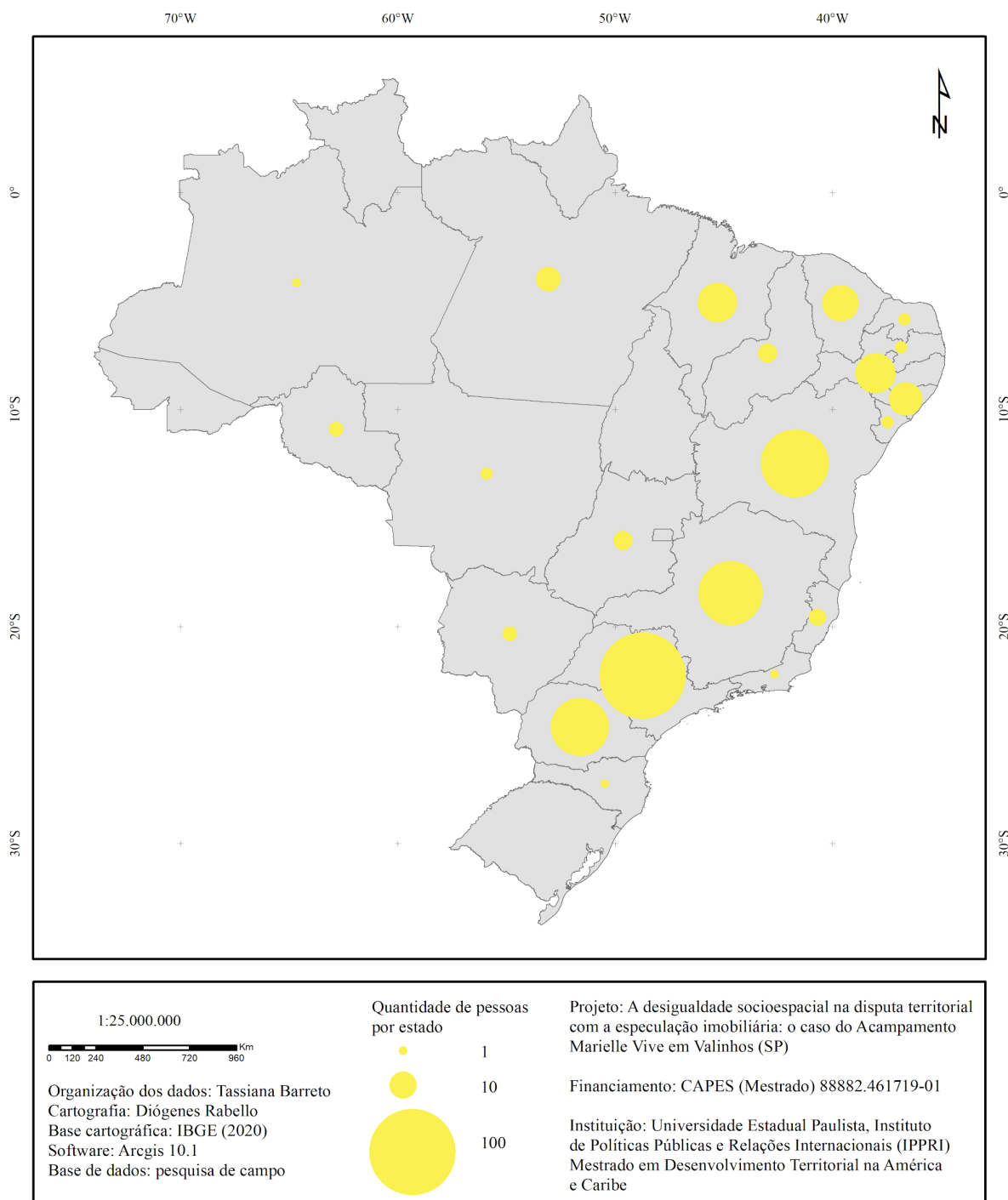
Valinhos/SP agarrando a oportunidade de moradia e trabalho através da luta pela terra. Outro perfil encontrado é dos/as filhos/as, netos/as dos fluxos migratórios interestadual e intraestadual de décadas anteriores e que viviam na periferia urbana da região de Campinas, em todos os casos o Marielle foi destino para conseguir um teto e tentar sair do ciclo no qual a migração é desígnio e meio de sobrevivência. Vamos fazer relatos de histórias de vida a partir da realização de entrevistas com Raymunda (2021), Josefa (2023) e Marta (2022) sobre Seu Hélio.

A trajetória de vida da Raymunda, acampada do Acampamento Marielle Vive, de 52 anos, e de seus filhos, poderia ser contada similarmente por muitas pessoas da comunidade e é uma demonstração dos desdobramentos na vida das pessoas do movimento do capital para acumulação. Ela nasceu no município de Gongogi, no sudeste da Bahia, durante infância e parte da adolescência trabalhava colhendo cacau com seus pais, devido a um acidente de trabalho e um conflito familiar - que culminou na separação dos pais -, ela foi viver numa casa de uma família onde trabalhou como empregada doméstica por dois anos, os trabalhos precarizados, marcaram sua infância e juventude. Em 1988, sozinha, foi para a cidade do Rio Janeiro aos 17 anos buscando oportunidades, trabalhou como doméstica e na limpeza de hotéis, lá conheceu muitas pessoas, casou e teve uma filha.

No primeiro deslocamento, de Gongogi para o Rio de Janeiro, Raymunda repete a história de milhares de trabalhadores e trabalhadoras do Nordeste que realizaram o trajeto para o Sudeste em diferentes décadas do século XX e também no século XXI. A industrialização brasileira durante o século XX só foi possível com essa expulsão de contingentes de trabalhadores/as do campo devido a concentração de terras e ao latifúndio, propiciando oferta e exploração da força de trabalho com a redistribuição geográfica da população através de fluxos migratórios devido à reorganização das atividades econômicas pelo espaço conforme os cenários e as mudanças econômicas (Santos, 1994, p.46) nas quais regiões com maior industrialização são receptoras de imigrantes.

No caso do Marielle, podemos observar, a partir dos dados levantados de titulares de 400 cadastros, os efeitos da migração para a base social. No mapa a seguir podemos observar a quantidade de pessoas por estado natal, descartando as apenas 20 pessoas que nasceram em Valinhos e uma pessoa que nasceu no Peru.

Mapa 3 - Deslocamentos interestaduais e intraestadual do estado natal para Valinhos (Acampamento Marielle Vive) por quantidade de pessoas



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de pesquisa de campo realizada 2021 e 2022.

Através do mapa 03, verificamos que com os dados do levantamento realizado (total de 379), que o acampamento possui pessoas originárias de todas as

grandes regiões do país e da maior parte dos estados, somente não há nascidos/as nos estados do Tocantins, Roraima, Amazonas, Acre e Rio Grande do Sul. Embora São Paulo seja o estado onde mais nasceram os migrantes do Marielle, são 100 pessoas, é expressiva a quantidade de pessoas originárias do Paraná (46), Minas Gerais (56), da Bahia (62). Em relação aos paulistas, possivelmente grande parte são filhos, filhas, netos e netas de pessoas que se deslocaram de diferentes regiões do país há décadas passadas, como o caso das filhas e filho da Raymunda.

Do levantamento de 400 cadastros além das 20 pessoas valinhenses, uma pessoa é peruana, a maioria é migrante que realizou deslocamentos interestaduais e uma quantidade representativa é de São Paulo e realizou deslocamento interestadual. Portanto, a migração é definidora para a formação da base social do acampamento, as desigualdades socioterritoriais regionais, a fome e pobreza são elementos da formação histórica de expressiva parte da população brasileira e, é justamente dessa parcela, que advém os e as sem terras, como no caso do acampamento Marielle Vive no qual observamos como os efeitos das desigualdades e vida.

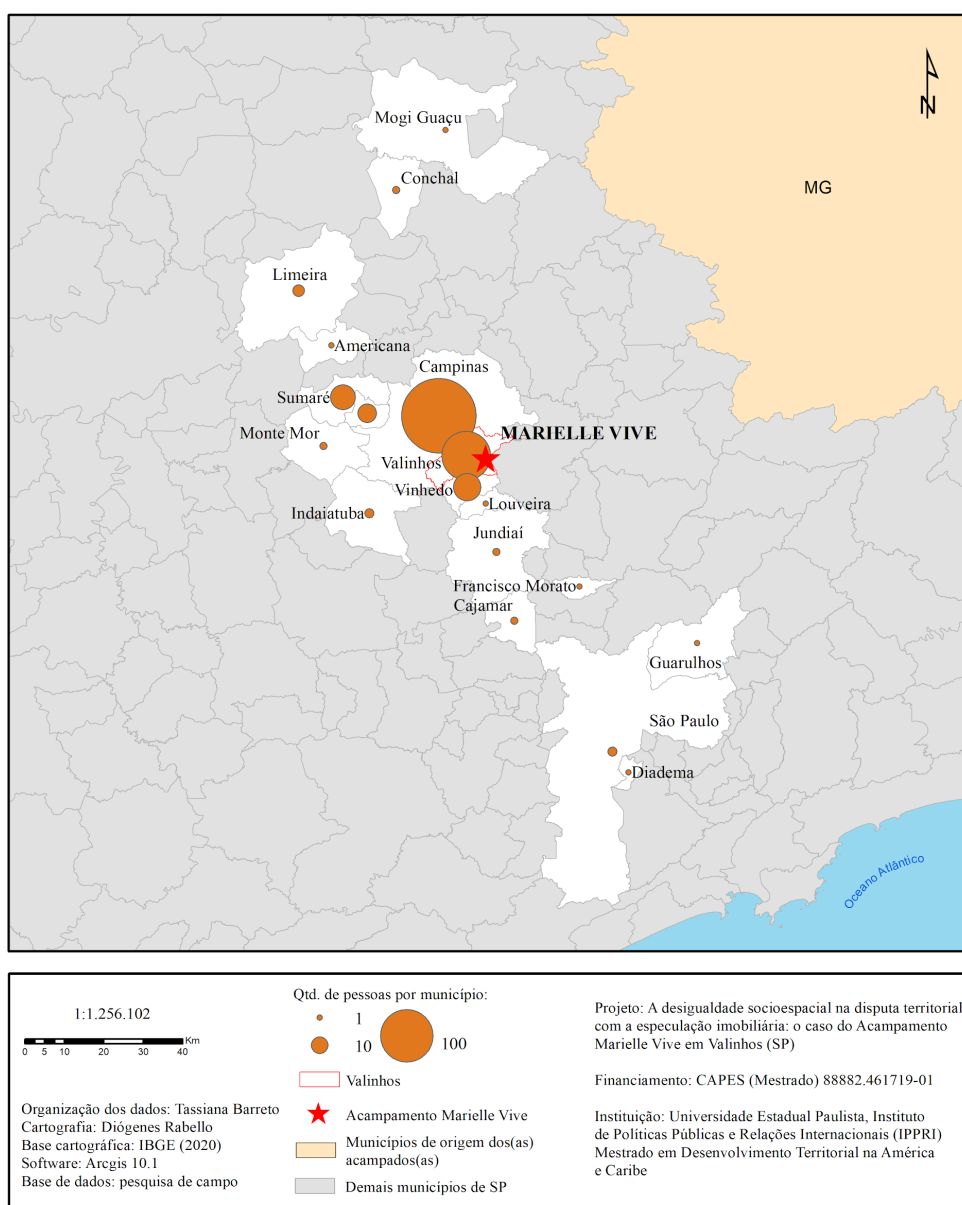
Josefa nasceu no município de Canguaretama, no RN, coincidentemente com a história de Raymunda, ela se mudou de sua cidade natal com 17 anos, quando foi para Maceió (SE) para trabalhar como empregada doméstica, ainda voltou para Canguaretama antes de ir para São Paulo, estado do qual não saiu mais, porém realizou diversas migrações em municípios paulistas, principalmente na Grande São Paulo, até que, a procura de emprego, chega em Campinas 2010 e vai para Valinhos em 2018 viver no MV.

Já Seu Helio era migrante de Coroaci, Minas Gerais, onde era trabalhador rural, quando perguntado dizia que nem lembrava há quantas décadas não via a família, ou preferia não lembrar, sempre reservado, esse assunto era o que ele mais se esquivava. Sabemos pelas histórias que contava, que viveu em outras cidades, como Hortolândia, antes de se mudar para o MV.

O mapa 03 elucida a análise de que na imensa maioria dos casos analisados as pessoas saíram das cidades de origem. No entanto, observamos que os deslocamentos são frequentes na vida destas pessoas, sempre em busca de melhores condições de vida, como exemplos da Raymunda e Josefa, e como podemos observar no mapa 03 a seguir. Ele é feito baseado nos dados dos titulares sobre a cidade que moravam antes de ir para o Acampamento. Das 400 respostas

que obtemos, 379 viviam na RMC, com destaque para o município de Campinas que sozinho possuía 203 munícipes que vieram para Valinhos viver no Marielle enquanto 87 acampados e acampadas já viviam no município valinhense, que está no segundo lugar entre as cidade onde mais pessoas moravam antes de irem acampar.

Mapa 4 - Quantidade de pessoas por município onde morava antes de ir para o Acampamento Marielle Vive



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de pesquisa de campo realizada 2021 e 2022.

Esse é o caso da Raymunda que após anos no Rio de Janeiro, trabalhando no setor de limpeza, vivendo períodos desempregada, construindo diversas táticas de sobrevivência em trabalhos no Rio de Janeiro, ela se deslocou para São Paulo, onde seguiu trabalhando no ramo de limpeza. Ela teve mais quatro filhos que nasceram na capital paulista. A saída do Rio para São Paulo demonstra a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e de melhoria das condições de vida, os trabalhadores/as migrantes de origem rural possuem baixa mobilidade sócio-ocupacional, dificilmente saem do setor mais precário de trabalho, com baixa remuneração e baixa qualificação no trabalho, trabalham principalmente na construção civil, serviços domésticos, trabalho temporário (Jannuzzi, 2002). A migração, na vida dos trabalhadores/as, é elemento dinâmico, recorrente, por vezes há processo repetido de novas migrações e deslocamentos, sempre com o objetivo de melhores condições de trabalho e vida.

Os 5 filhos de Raymunda, uma carioca, três paulistanas, um caçula (e único menino), também paulistano, nos auxiliam a compreender outro perfil de acampado/a, dos filhos/s de migrantes. Parte considerável dos acampados/as possuem esta característica, isso é notável no mapa que vimos acima que demonstra os deslocamentos intra-estaduais para o Marielle.

Casada, Ray passa alguns anos como dona de casa, cuidando dos filhos e da casa. Ela nunca deixou de fazer os serviços domésticos pois este é ordinário às mulheres, tendo trabalho fora ou não, mas pode ter sido a primeira vez em sua vida adulta que Raymunda não estava num posto de trabalho externo aos cuidados de casa. Com a separação do marido, ela retornou a trabalhar como doméstica na casa de uma família em Vinhedo, fazendo outro deslocamento, dessa vez à Região Metropolitana de Campinas.

Assim como Raymunda, realizar mais de uma migração é parte da história das famílias, como podemos deduzir observando os mapas 02 e 03. Os dados também expressam a forte existência dos deslocamentos intra-metropolitanos, com incidência de mudança de cidade de moradia por emprego e de deslocamentos pendulares do trabalho-casa.

Vimos que Campinas, enquanto município, e sua região metropolitana atraem muitos trabalhadores e trabalhadoras na perspectiva de conseguir emprego e viver dignamente, destes, uma porção se inseriu na luta pela terra. O MST do estado de São Paulo teve a participação de munícipes de Campinas em diversos

acampamentos, como o Nova Canudos (Epitácio Pessoa), Terra Sem Males (que tem sua primeira ocupação em Bragança Paulista), Milton Santos (Americana), por exemplo, essas pessoas foram assentadas em assentamentos de diversas regiões do estado, além de compor lutas pela terra também no estado de Minas Gerais, no Quilombo Campo Grande (município de Campo do Meio), por exemplo, onde é expressiva a quantidade de famílias advindas da RMC.

A atração de migrantes para a RMC se dá pela construção histórica, política e econômica da microrregião. Ela desenvolve-se como região metropolitana doravante um planejamento nacional de desenvolvimento para expansão tecnológica industrial para regiões, de modo a amenizar a saturação do eixo Grande São Paulo/Rio de Janeiro. Esse planejamento ingeriu na sua paisagem e no tecido social.

Os contingentes de migrantes foram atraídos à RMC, ela se conforma como metrópole nacional e polo migratório em São Paulo, com especificidades pela migração interestadual, intra-estadual (principalmente originária da Região Metropolitana de São Paulo) e metropolitana, os fluxos migratórios imputaram diversas características à RMC. Conforme Baeninger entre os anos 1960 e 1970 a RMSP sofreu um processo de desconcentração industrial, o que implicou no surgimento de pontos de industrialização com a interiorização da indústria na década de 1970, nesse contexto ocorre a dinamização de diversos municípios e a emigração de milhares de pessoas da RMSP.

Com intenso processo de industrialização, o município de Campinas a partir da década de 1970 passa a ser grande pólo de atração populacional, de 1970 a 2000 possuiu maiores taxas de crescimento populacional em comparação com a média dos municípios do Estado de São Paulo, o que foi central para a estruturação do espaço metropolitano campineiro, o fator migratório que configura a população do município e o consolida como sede metropolitana. Conforme Baeninger (2012, p. 335) “A espacialização regional desses movimentos migratórios interestaduais aponta novas especificidades e características do fenômeno, especialmente no que se refere a potencialidade de absorção migratória no âmbito metropolitano na canalização desses fluxos.” A RMC passa a ter grande capacidade para receber migrantes, com papel fundamental das cidades próximas a Campinas.

A migração em Campinas ocorre com: a) vinda de setores de classe média, para trabalhar em centro de pesquisa, universidades (PUCC, Unicamp, etc; e b) população de baixa renda que tem a força de trabalho absorvida pelo setor terciário,

construção civil, indústria, entre outros (Baeninger, 2012). Atualmente, a RMC compõe o Complexo Metropolitano Expandido (CME) juntamente com a Região Metropolitana de São Paulo e Região Metropolitana da Baixada Santista. O CME integra as três regiões metropolitanas, compondo uma grande área de desenvolvimento tecnológico, produção de mercadorias, escoamento de mercadorias, indústrias, sendo poderoso economicamente e politicamente. A desigualdade social é outra característica, sede de grande fluxo migratório por razão da oferta de empregos, possui alto número de desempregados, ao passo que também é sede de setores abastados da sociedade.

O movimento intra-regional na RMC realiza redistribuição da população metropolitana, os municípios de Sumaré, Indaiatuba, Paulínia e Valinhos estão entre os principais vetores por receber migração interestadual, interestadual e intra-regional, dessas, muitos de Campinas. “[...] Campinas serviu de etapa intermediária entre a procedência e a diferença final dos migrantes que chegaram à RMC. [...] a etapa seguinte, [...] foi a expulsão da população de baixos rendimentos [...] para áreas de baixo valor do solo urbano.” (Baeninger, 2012, p. 341).

O empobrecimento da população campineira gera sua emigração e o processo de periferização com a formação do espaço urbano-metropolitano que interliga municípios com uma mancha urbana crescente. O afloramento de trabalhadores/as expulsos da cidade por falta de condições de sobrevivência, incluindo das periferias, seja por não ter condições de pagar o aluguel, pela coabitação insustentável ou por morar na rua, produz territórios como o Acampamento Marielle Vive, local de absorção desses/as trabalhadores/as.

Além do maior crescimento das áreas externas aos municípios-sede das RMs - tanto para as formadas em 1973 como para as mais recentes (Baeninger; Peres, 2015) -, tem-se a constante expansão dos anéis periféricos de municípios-sede como São Paulo (Taschner; Bógus, 2001), resultando em um processo de espraiamento urbano, periferização da pobreza e crescente desigualdade socioespacial (Nadalin; Iglioni, 2015). (Demaria, 2019).

A migração, enquanto um fenômeno histórico é um movimento da população pelo espaço (Santos, 1994, p.06) e ocorre devido a fatores econômicos, sociais, políticos ou desequilíbrios regionais que podem expulsar ou atrair população migrante, ela é inerente ao sistema capitalista sendo fundante e fundamental para a realização da acumulação de capital, para o processo de territorialização do capital e para o aprofundamento das relações capitalistas, através da expulsão dos

trabalhadores e trabalhadoras do campo e na separação do trabalhador de seu meio de produção.

Para Harvey (2004) o progresso da acumulação do capital depende da existência da força de trabalho excedente (exército industrial de reserva) e uma das maneiras criá-lo é através de processos migratórios que influem na espacialidade de trabalhadores/as implicando em sua concentração em determinadas regiões que exigem maior exército industrial de reserva. Outras formas de ter força de trabalho excedente se dá através do investimento em inovações tecnológicas e a inserção de setores no mercado de trabalho, como o caso das crianças, por exemplo. Ainda segundo o autor, a existência de mercado de meios de produção, possibilitando a expansão da produção consonante ao capital reinvestido, e a existência de mercados e novos mercados para absorver as enormes quantidades de mercadorias produzidas também são necessários para a ascensão da acumulação impactando diretamente sobre o espaço.

No contexto da globalização e a reordenação capitalista, parte da classe trabalhadora nem sequer faz parte do exército industrial de reserva, é “supérflua para a acumulação do capital” (Gennari, 2005) são milhões de pessoas no mundo em condições para trabalhar, mas que não conseguem emprego, a ausência de assalariados implica numa grande contradição do capital, que, pela não extração de mais-valia desse contingente, desdobra na necessidade de aumentar o lucro através da mais-valia relativa. É possível identificar essa condição aos trabalhadores e trabalhadoras do Acampamento Marielle Vive, conforme Gennari, nos países periféricos, como o nosso, está um enorme contingente populacional estagnado, efeito e fruto da subordinação estrutural e da internacionalização da economia brasileira.

Como desencadeamentos de conflitos da posse e propriedade da terra, pobreza e miséria, o migrante oferece sua força de trabalho em condição assalariada nas cidades, a alta oferta de força de trabalho passa a ser superior à demanda de empregos, conformando o Exército Industrial de Reserva que possibilita o rebaixamento dos salários, com alto nível de desemprego, possibilitando lucros superiores para os capitalistas. O Exército Industrial de Reserva é composto, em grande parte, por imigrantes de baixa renda nas cidades que abrigam-se nas periferias cada vez mais distantes dos centros, subordinados ao subemprego, à

miséria e à migração, sempre em busca de um lugar com condições mais dignas de vida, sofrendo as consequências da desigualdade socioespacial.

A migração, enquanto parte do processo da separação do/a trabalhador/a do meio de produção, é fator central para o desenvolvimento capitalista, a análise marxista acerca da acumulação primitiva e por espoliação nos ajuda a compreender o papel da crise capitalista, desde a década de 1970, para os processos contemporâneos de migração. Ao analisar o desenvolvimento capitalista inglês, como a forma clássica de acumulação primitiva, Marx (2018) demonstra que a subjugação dos campones/artesões ocorreu através da violência como assassinato e roubo, por vezes legitimados por leis vigentes utilizadas como método de expropriação dos trabalhadores/as de seus meios de produção. Esse processo garantiu um número cada vez maior de trabalhadores/as “livres”, obrigados a vender sua força de trabalho como mercadoria. A transformação do servo feudal em “vendedores de si mesmos” aconteceu através de “sangue e fogo.” Conforme Marx

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo ela expulsa e entregue a vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária para o trabalho assalariado. (Marx, 2018, p.808).

Além de sofrer violência na expulsão do campo, o contingente populacional migrante passou a viver nas cidades e ser obrigado a aceitar as regras de trabalho e condições de vida impostas pela burguesia nascente. Os trabalhadores nas cidades, sem suas terras e instrumentos de trabalho, tornam-se proletários, enquanto as propriedades pequenas destes se tornam propriedade privada capitalista em um processo intenso de concentração fundiária. Marx demonstra que a expropriação de terra do camponês/a foi base do processo do desenvolvimento do capital e vamos observar que esse método de expulsão do campo se torna forma permanente da acumulação capitalista, culminando na territorialização do capital em escala cada vez maior, de forma mais intensa e em mais locais do globo terrestre.

Na concepção de Harvey (2004) diversas características da acumulação primitiva como roubo, fraude, violência, assassinato, expulsão de populações do campo, continuam características atuais da acumulação por espoliação, modernizada a partir da hegemonia do capital financeiro no globo, utilizando formas como as patentes, a privatização de recursos genéticos, degradação ambiental, exploração

da força de trabalho e exploração da natureza para superar a crise de sobreacumulação do capital

No Brasil, as terras passam a ser mercadorias no século XVII e a abolição da escravidão ocorre em 1888, abrindo caminho para a constituição do predomínio do trabalho assalariado. Como no caso da acumulação originária inglesa, a violência foi a forma padrão para a expulsão dos povos de suas terras. Despossuídos dos meios de produção, camponeses/as, indígenas, povos das águas e pessoas que foram escravizados/as passam a vender sua força de trabalho e um contingente populacional gigantesco direciona-se às cidades. A expropriação das terras dos povos e o consequente assalariamento de uma massa de trabalhadores/as foram pontos chave para o processo de acumulação do capital e o desenvolvimento do sistema capitalista no país.

A formação da sociedade brasileira ocorreu com base na exploração da força de trabalho, escravidão, violência e na aliança entre o latifúndio e a burguesia constituindo uma sociedade baseada na desigualdade socioterritorial, exploração do trabalho, racismo, machismo e violência com a herança da escravidão e colonização. O êxodo rural é uma das consequências e base do avanço territorial do capitalismo através da expulsão dos trabalhadores/as do campo, muitas vezes através da expropriação de suas terras, implicando na impossibilidade das condições de sobrevivência. A partir da década de 1930, intensificou-se o êxodo rural no Brasil, desse processo ocorre o adensamento demográfico nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo (Santos, 1994, p.30), o deslocamento de contingentes populacionais implicou na concentração populacional em determinadas regiões, urbanizando espaços, constituindo a força de trabalho urbana e promovendo o desenvolvimento do capitalismo e desigualdades socioterritoriais.

3.3 As tentativas de desterritorialização: assassinato, coerção e ataques

Segundo Fix (2011) a existência de ocupações irregulares nas margens das cidades é de certo modo aceito pelo poder público que, por vezes, faz vista grossa devido à incapacidade de resolução da questão do déficit habitacional. No entanto, “a tolerância desaparece quando os terrenos ocupados localizam-se em áreas ditas valorizadas, de interesse imobiliário. Nesses casos a resposta é, frequentemente, a expulsão.” (Fix, 2011, p.106). Essa é a razão principal para o esforço permanente de

setores de Valinhos ligados à especulação imobiliária que utilizam inúmeras ferramentas para despejar as famílias sem terra.

Além disso, o MST é considerado um risco maior para a elite brasileira por ser um movimento social organizado, com projeção internacional, que utiliza a ocupação de terra como forma de enfrentamento direto à propriedade privada. A constituição do Marielle Vive e a resistência na área é uma forma direta de diálogo com os trabalhadores e trabalhadoras de toda RMC, um recado de que a organização popular é a resposta para a garantia das condições de vida da classe, e que a luta direta é a uma forma eficaz para acessar os direitos. O fato do MST ser uma organização que também luta pela transformação social e pelo socialismo situa de forma ainda mais profunda a preocupação dos setores hegemônicos, uma vez que o Movimento disputa também a outra concepção de uso do solo, da função social da terra e de organização social.

Com o objetivo de desterritorializar as famílias do Acampamento Marielle Vive foi realizado um “cerco”, protagonizado por diversos agentes públicos e da sociedade civil, de modo a inviabilizar a vida e a constituição de um território sem terra. Maricato (2000) nos ajuda a compreender o papel do poder público nesse conflito territorial, segundo a autora uma das características do que ela chama de tragédia urbana brasileira é a relação promíscua entre o poder público dos municípios com a elite local, exemplificado pelo município de São Paulo:

O patrimonialismo impediu o surgimento da esfera pública, alimentando o fisiologismo, o paroquialismo, o clientelismo e o privilégio, possíveis, constatar até mesmo na Câmara Municipal da mais poderosa cidade brasileira em pleno ano 2000. A relação de favor tem mais prestígio do que as diretrizes de qualquer plano holístico. (Maricato, 2000, p.32).

O caso de Valinhos reforça a análise de Ermínia Maricato, pois, embora todas as questões de insustentabilidade, segregação espacial e concentração de renda dos condomínios horizontais fechados, eles são a principal linha no planejamento urbano do município, recebendo todo apoio do poder executivo e legislativo local. A implementação dos projetos condominiais acontece em detrimento de um planejamento democrático, sustentável e focado em erradicar iniquidades espaciais. Uma demonstração disso é que no período de 2014 a 2019 foram aprovados mais de 100 novos empreendimentos imobiliários, incluindo condomínios de luxo, pela Prefeitura de Valinhos, o contrassenso é que no mesmo período existem cerca de 10

mil imóveis sem cumprir sua função social de moradia na malha urbana do município (Pozzuto, 2019).

Um caso que deixa explícito a relação do poder público com o interesse imobiliário é o caso do Luiz Mayr Neto, ex-vice-prefeito que atualmente exerce o segundo mandato de vereador, pois é acionista da empresa Serra dos Cocais Empreendimentos Imobiliários. Essa empresa, assim como a Eldorado, pretende construir condomínios fechados na Serra dos Cocais, explorando os recursos naturais e lucrando através da especulação. Mayr Neto tem interesse pessoal na alteração do plano diretor, que possibilita a construção de condomínios na área de preservação, e também é um dos interessados na eliminação do Acampamento Marielle Vive, que representa uma ameaça a todos especuladores da região.

O coronelismo e paternalismo seguem como linha atuante, utilizando do poder público para manutenção do *status quo* e do privilégio de classe. Além disso, no Brasil o estado burguês atua de modo a manter o monopólio da terra nas mãos da elite, uma expressão dessa atuação é a não realização ampla da reforma agrária, embora seja um direito social com embasamento constitucional. No presente estudo vamos analisar o papel do poder executivo e legislativo nas ações do cerco construído para desterritorialização do Marielle.

Na disputa territorial em torno do Acampamento Marielle Vive foram utilizadas diversas formas de enfrentamento por parte da especulação imobiliária. Mesmo com todos esses ataques, as famílias constituíram estratégias para sua permanência e construção do espaço de luta e resistência. Dentre as estratégias estão o diálogo com a população valinhense – com a sociedade civil através da apresentação da proposta de reforma agrária para o território -, a denúncia sobre as violências sofridas, articulação com atores (como Ministério Público, Defensoria Pública) de modo a fazer a disputa jurídica.

Para Rolnik com o crescimento das cidades há uma concepção de senso comum muito perversa, na qual há uma discriminação territorial baseada num discurso hegemônico no qual os bairros populares, em especial as favelas, como locais de pobreza, miséria e doenças, o estigma também está vinculado a uma “condição sociopolítica: o outcast ou fora da ordem” e a favela vista como “lugar dos párias urbanos” (Rolnik, 2019, p. 156). Num misto de ignorância e crueldade, as famílias do Marielle sofrem com o estigma por fazerem parte de uma ocupação, isso é um dos argumentos dos que tentam legitimar os ataques sofridos na comunidade.

3.3.1 Espaço proibido: negação de direitos por parte do poder municipal

Uma das formas de inviabilizar a permanência numa área, determinando uma expulsão sem ação judicial e uso da força da polícia militar, é impossibilitar as condições básicas de vida como o acesso à água potável, à educação e à saúde. Esses são direitos sociais conquistados que, segundo a legislação, devem ser garantidos pelo serviço público. No entanto, a negação desses direitos foi utilizada de maneira a tornar insustentável a vida no Acampamento, ocorrendo um processo de desistência de famílias que foi em parte estancado devido a estratégias adotadas pelo MST.

A água é elemento vital, para hidratação humana, higienização e, no caso da luta pela terra, para a produção de alimentos. Desde a ocupação foi reivindicado através de ofícios e pedidos à Prefeitura o abastecimento regular de água potável no Acampamento para uso humano. Esses pedidos foram negados pela Prefeitura até meados de 2019, após um ano e meio de ocupação. Desde então a prefeitura tem abastecido precariamente com água potável através de caminhão pipa que vai ao acampamento com frequência irregular e quantidade insuficiente de água.

O acesso à educação infantil também foi negado às famílias do Acampamento quando, depois das férias de julho de 2018, a Prefeitura retirou as crianças do ônibus fretado que fazia o transporte escolar do Acampamento, substituindo por um passe escolar para a linha de ônibus convencional. Essa medida impôs que as crianças com menos de 12 anos fossem sozinhas para a escola. Vale ressaltar que o fretamento de ônibus escolar para crianças de área rural é garantido por lei. Tal medida levou muitas famílias a saírem do acampamento por não se sentirem seguras por seus filhos irem à escola sozinhos, significando o atraso escolar das crianças e a perda do Bolsa Família.

O posto de saúde mais perto do Acampamento fica no bairro São Bento, as pessoas do Marielle não conseguiam marcar consulta no posto pelo argumento de que não possuíam comprovação de moradia. No caso de moradia irregular não é possível essa comprovação e o SUS possui mecanismos para garantir o atendimento. Muitas pessoas ficaram sem os cuidados necessários, como grávidas que não conseguiam fazer pré-natal, assim, quem possuía necessidade de

acompanhamento regular de saúde teve muitas dificuldades de ficar na ocupação e algumas pessoas necessitaram se mudar do acampamento.

Os relatos demonstram um mecanismo utilizado para a desterritorialização das famílias no Acampamento demonstrando o papel do poder público de atuar favoravelmente aos interesses da Empresa Eldorado. As famílias reagiram a isso, organizaram diferentes formas coletivas para o enfrentamento a essas situações, exigindo do poder público e também criando maneiras criativas para a resolução imediata das demandas.

Em relação à água foi feita uma mobilização para exigir do poder público o acesso regular, essa manifestação culminou no assassinato do companheiro Luis Feirreira, que iremos abordar no próximo tópico. Do acesso à escola, alguns pais conseguiram se organizar e revezaram para acompanhar a ida das crianças na escola de modo a diminuir a ausência nas aulas, além disso, foi realizada uma ação civil pública através da Defensoria Pública do Estado de São Paulo que obrigou a Prefeitura a garantir o ônibus a partir do ano de 2019.

Através de denúncias e pressão política o posto de saúde passou a assistir as famílias do Acampamento e foram acionados profissionais da saúde aliados do MST que passaram a realizar atendimento no próprio acampamento.

3.3.2 Disputa ideológica nas narrativas dos Sem Terra e do poder público local

Na disputa territorial um elemento fundamental é a legitimação da finalidade do uso e quem utilizará a área. A construção de condomínios horizontais de luxo foi normalizada ao longo dos anos em Valinhos, essa compreensão foi construída pela elite local através de diversas ferramentas, como a grande imprensa e atuação de representantes nos espaços públicos.

Embora haja uma experiência bem-sucedida de reforma agrária no município, a construção ideológica hegemônica existente não é positiva em torno dessa política. Isso se deve ao forte enfrentamento que a reforma agrária sofre por significar um desenvolvimento territorial que implica a democratização da terra, além disso, a concepção hegemônica, nacionalmente e localmente construída, é da criminalização de quem luta pela terra e a deslegitimação dos territórios de assentamentos de reforma agrária existentes. Outro objetivo dessa construção

ideológica é desincentivar que trabalhadores e trabalhadoras se organizem e lutem por terra.

Nessa disputa territorial, a especulação imobiliária construiu narrativas para legitimar sua proposta de território, atacando os sem terra, através de diversas ferramentas e uso dos espaços públicos por seus representantes. Uma das principais formas de deslegitimar a luta e organização dos sem terra é através da criminalização da ocupação da terra e da defesa dos territórios. Vamos ver dois exemplos de discursos de atores do poder público que fortalecem essa narrativa da criminalização.

Segue trecho da entrevista do então Prefeito Orestes Previtale, essa fala ocorreu durante campanha para sua reeleição, no dia 20 de outubro de 2020, para o Jornal Terceira Visão:

Criminosos! Invadiram! Usurparam o direito de propriedade. Imagine você se você tivesse sua casa invadida por alguém, eu tenho certeza que você iria tirar na bala, na porrada, na facada você iria tirar de lá de dentro porque são atitudes criminosas. [...] Lembro você o seguinte, que seu imposto, que você paga aqui em Valinhos está sendo gasto inclusive para manter aquela turma lá em cima, tem que dar ônibus para aquela turma, tem que dar remédio para aquela turma, dar escola para aquela turma, tem que dar UPA pra aquele pessoal, tem que dar água, um caminhão de água sobe todo dia ali. Tá saindo do seu dinheiro, do seu bolso e se você for observar quem tá lá não tem valinhense não. [...]. Atitude criminoso tem que ser combatida com energia, com força, tem que ser combatida com a Polícia Militar. [...] tudo que for possível fazer para que essa invasão, de novo, criminosa, deixe de existir e nós não tenhamos uma favela na nossa cidade eu tenho o compromisso comigo, isso eu tô fazendo e continuarei fazendo, vou utilizar de toda minha força política e conhecimento administrativo para que nos possamos dar cabo a esse processo criminoso de favelização da nossa cidade. Valinhos não merece essa invasão. (Previtale, 2020).

A fala do então prefeito Orestes é de combate direto ao Acampamento, no trecho acima podemos observar diversos elementos de ataque e construção da narrativa de modo a colocar a ocupação como onerosa ao restante da população de Valinhos, além de demonstrar a compreensão de que os acampados não são valinhenses. Ele cita que disponibilizar os direitos sociais é um problema a partir de uma leitura de que não devem permanecer naquele local.

Outro ponto fundamental da fala é a incitação à violência, o que, inclusive, é crime eleitoral, uma vez que expressa e indica que as pessoas reajam individualmente de forma violenta contra os acampados, utilizando arma de fogo, faca ou através de uma briga corporal. Essa posição se fundamenta no discurso de

que a ocupação é criminosa, assim, precisa ser combatida através de ações violentas.

Segundo o Prefeito há um esforço para relacionar o Acampamento Sem Terra a uma favela, utilizando do julgamento moral predominante de que a favelização é algo negativo para a cidade. Assim, constitui uma visão do acampamento deslocado da proposta de assentamento rural e da organização popular para garantia de acesso a terra, moradia e trabalho. Dessa forma, o acampamento seria uma área precarizada, uma favela que, a partir da concepção dele, é foco de crimes, miséria e drogas.

Outro ferrenho combatente da presença do Acampamento no município é o ex-vereador Edson Secafim. Segue trecho de sua fala na tribuna na 21ª Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Valinhos no dia 21 de agosto de 2018:

Venho fazer um apelo, pedir socorro. Socorro ao Município de Valinhos. Socorro porque nos estamos numa situação calamitosa, nós hoje temos um assentamento [...] não sei onde vamos parar, onde vai chegar isso. Nós estamos com demandas assustadoras lá no Bairro do São Bento de crianças em creche dali do assentamento, estamos falando de crianças que vão pra lá e que não tem água, não tem saneamento, estamos falando de UBS lotada de pessoas, numa reunião do Conselho da Saúde onde meu assessor Tiago Medea participou, foi citado que existe surto de tuberculose e surto de sífilis no local. E aí? Onde vai parar isso? [...] Enfim, eu venho pedir socorro. O município de Valinhos parece que não sei, parece que tá de epidemia negra aqui, acontecendo aqui. [...] Estoura lá na UBS e não tem remédio na UBS do São Bento. Por que? Porque o pessoal do assentamento vai buscar remédio lá. [...] Conselho Tutelar exige que tenha vaga para crianças do assentamento, em compensação as crianças do bairro do São Bento continuam lá em casa porque não tem vaga. (Secafim, 2018)

Nesse trecho de discurso, o então vereador demonstra uma postura diretamente contrária ao MV. Um primeiro elemento é o não reconhecimento das famílias como valinhenses, que não pertencem a aquele território, são de fora e, portanto, estão em disputa pelo gasto do orçamento com os “legítimos” moradores de Valinhos. Essa estratégia é compartilhada com o Prefeito, como pudemos identificar no discurso anterior. Para deslegitimar as pessoas do acampamento ele utiliza de informações mentirosas e de cunho preconceituoso, como o suposto aumento de sífilis e pneumonia no município devido à chegada das famílias do acampamento. Ressalto que sífilis, por ser uma doença venérea, tem uma identificação no senso comum com um estilo de vida fora da moral e dos bons costumes. Já o surto de pneumonia se justificaria pelas condições precárias e pobreza, demonstrando que o acampamento veio trazer miséria para o município. A

informação da existência desses surtos foi desacreditada pela própria Prefeitura, em uma nota da Secretaria de Saúde.

Ele ratifica o tempo todo um suposto antagonismo entre as famílias do Marielle e as famílias do Bairro São Bento, como se estivessem em disputa pelo acesso às garantias sociais. Como se os e as sem terra fossem usurpadores dos direitos dos demais. A utilização do termo “epidemia negra” é uma síntese do pensamento do vereador que demonstra que tem nojo de pobre e sente ódio de classe. Assim como o prefeito Orestes, possui um caráter xenófobo e racista; nesse discurso os brancos, de origem imigrante europeia, são quem tem o direito ocupação do território, ao passo que sem terra, negros e negras, precisam ser expulsos. Secafim, explicitamente racista, suplica por socorro para uma cura para a existência dos sem terra no município.

A partir do exemplo das duas falas acima, podemos observar como os opositores do acampamento constroem um discurso difamatório com o intuito de gerar um senso comum contrário aos moradores e moradoras do Marielle baseado no estigma que sofrem as populações que vivem em áreas ocupadas. O objetivo principal é deslegitimar a demanda por terra existente, caracterizando o processo da luta como algo criminoso. Outro aspecto é acirrar um virtual conflito entre os moradores do Acampamento e os demais moradores de Valinhos, como se a existência do Acampamento significasse um prejuízo à população valinhense. Esse discurso é bem impactante porque atua diretamente na população da cidade, mobilizando uma parte da sociedade civil a combater o Marielle.

O acampamento possui menos condições de diálogo e apresentação da sua proposta de território para a sociedade civil, mas utilizou ferramentas como cartas públicas para denunciar as irregularidades fundiárias da Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, demonstrando a legitimidade de estar em uma área ilegal. Além disso, foram construídas relações com a sociedade civil através de atividades que aconteceram no Acampamento e na cidade com o objetivo de articular apoio e apresentar a proposta de assentamento. Em 2020 o Acampamento passa a ter página oficial nas redes sociais de Facebook e Instagram nas quais apresenta o uso da terra que esta sendo realizada com atividades, plantios, além da proposta de assentamento e o debate sobre a função social da terra.

3.3.3 Resistindo à desterritorialização: coerção, ameaças e assassinato

A forma mais brutal de desterritorialização é a utilização da força direta. Na história do Acampamento Marielle Vive aconteceram diversas formas de intimidação, coerção, tentativas de ataques e, infelizmente, um caso de eliminação física. Esses atos foram protagonizados tanto por seguranças particulares da Fazenda Eldorado, quanto por pessoas da sociedade civil e agentes do Estado, como a Polícia Militar e a Guarda Civil Municipal.

Nos primeiros meses da ocupação ouviam-se tiros de arma de fogo em frente ao acampamento durante a madrugada, o que causava pânico aos sem terra que sentiam insegurança em sua permanência no local, essa ação foi diminuída devido à denúncia realizada pelo MST. Também ocorreram intimidações através de xingamentos por parte de pessoas que passavam em frente ao acampamento e aconteceram tentativas de incendiar os barracos com uso de dispositivos de coquetel molotov que foram arremessados da pista. Conforme relata uma acampada em entrevista à autora, essas ações criam uma grande sensação de insegurança:

Eu sentia muito medo, eu me sentia assim acuada porque, além dos tiros, passavam ai na frente, geralmente a noite e chamavam a gente de ladrão, de vagabundo. Várias vezes eles ameaçavam com coisas mais pesadas, falando que eles iam tirar a gente daqui a bala, que ia tirar a gente daqui por bem ou por mal, que a gente era um lixo e que muita gente ia morrer. Era coisa assim muito aterrorizante e eu me sentia muito mal porque a gente não sabia se isso ia acontecer ou não ia, mas todo mundo aqui tinha muito medo disso. (Carvalho, 2020).

É possível articular o teor das ameaças com os discursos do prefeito e do vereador analisados anteriormente, uma vez que a ofensiva física realizada contra as famílias se baseia na suposta ação criminosa dos sem terra, sendo o pano de fundo que justifica as ações violentas.

Os moradores e moradoras do Marielle Vive também são alvo de abordagens ofensivas realizadas pela Polícia Militar (PM). Segue relato realizado por uma acampada sobre abordagem sofrida por um companheiro na manhã do dia 10 de setembro de 2020:

[os policiais militares] seguiram o rapaz, viram ele passar depois da primeira entrada após sair do acampamento. Continuaram seguindo ele até Vinhedo e o pararam em uma rua sem ninguém e começaram a fazer perguntas “então quer dizer que você mora lá no Marielle?” Luciano disse “ não, não moro lá não” eles “como não já que você entra e sai de lá?” “Você não tem vergonha entra na casa dos outros não?” Luciano “ eu não to na casa dos outros, lá não tem dono” eles “ tem dono sim” Luciano “ então o problema é os pobres que estão lá?” Eles “ não, o problema é os ricos que estão

perdendo”. E o tempo todo chamando Luciano de Vagabundo e dizendo que o verá outras vezes (Carvalho, 2020)

O tipo de ação descrita acima acontece com frequência, os sem terra têm receio de serem vistos pela PM entrando e saindo do acampamento. Segundo documento “Relatório: ameaça de despejo e violações de direitos humanos” elaborado pela direção do Movimento Sem Terra no dia 20 de agosto de 2019 sobre o Acampamento Marielle Vive, as ações da PM tem o objetivo de coagir e dificultar a permanência das famílias através do medo. Segue trecho do documento:

Por repetidas vezes a Guarda Municipal ou mesmo a PM local fazem blitz na entrada e saída do acampamento para monitorar e multar os veículos dos acampados. Há relatos de que quando parados pela PM ou GM os acampados são ameaçados, tem objetos e pertences destruídos como a carteirinha do MST (utilizada para entrada no Acampamento) e sofrem com o abuso de abordagem e constrangimentos, principalmente quando encontram símbolos do MST no interior do veículo. Após a última decisão da juíza [pela reintegração de posse], os policiais ameaçam os acampados dizendo que “vai ter fogo”, para não ficarem no local porque haverá uma guerra. O abuso policial é claramente uma maneira de coerção e tornar ainda mais difícil a continuidade dos sem terra no acampamento. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2019b).

As ameaças e expressões de ódio sofridas pela comunidade chegaram ao nível mais violento com o assassinato do Luis Ferreira, conhecido como Seu Luis, senhor de 72 anos morador do Acampamento. No dia 18 de julho de 2019, durante uma mobilização em frente ao acampamento que exigia água, o assassino Leo Ribeiro avançou sua caminhonete sobre todos que estavam na mobilização atingindo de maneira fatal Luis Ferreira. Podemos constatar que essa ação de Leo Ribeiro foi fundamentada em todo discurso de criminalização dos sem terra, além da confiança de impunidade com o fortalecimento da ultradireita e a vitória presidencial de Jair Bolsonaro.

Importante colocar o assassinato no contexto geral dos ataques sofridos pelo Acampamento, como consequência de todo processo de deslegitimação do acampamento sem terra e criminalização. Desse modo, a morte de Seu Luis foi uma ação realizada por Leo Ribeiro, mas construída por diversos atores. Segue relato de um documento escrito pela direção do MST sobre o assassino de Seu Luis:

Léo Ribeiro, 64 anos, comerciante, ostentava postagens de ódio e replicava mensagens de apoio ao presidente Bolsonaro em sua rede social. A vinculação entre o clima político conservador no país e o ato absurdo deste comerciante, ficam evidentes. No entanto é importante destacar que independente da motivação, quem comete um crime é obrigado a responder por seus atos e quem fica destilando ódio dos altos postos do poder, não vai descer para salvar ninguém. A sociedade brasileira precisa

expurgar as manifestações autoritárias e preconceituosas de inspiração fascista que nos impedem de ser mais solidários e humanos. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2019a).

3.4 Organização popular: de Seu Luis às resistências

Pelas histórias de vida, dados e elementos trazidos no capítulo, podemos afirmar que a resistência, como forma de ultrapassar desafios e ataques, ocorre de maneira individual, na busca por emprego, nas migrações, e coletivamente como expresso na construção e na veemência do MV em resistir aos ataques indicados no tópico anterior. Vamos apresentar a seguir algumas experiências concretas de resistência ao despejo, na preservação da memória, com ações auto organizadas cotidianas e de lutas, além da construção das relações de companheirismo e vínculos pessoas durante essa trajetória.

O capítulo inicia com um conto sobre a resistência ao despejo, demonstra alguns dos impactos físicos e psicológicos sofridos pelos moradores com a tensão de ir para a rua e ter um sonho soterrado por tratores que passam por suas casas e plantações. O conto também indica como, das pequenas conquistas expressas pelo prazo de 2 meses concedido a comunidade foi se consolidando, obstinada a construir o lugar. Simultaneamente, é explícito as dificuldades e precariedades materiais nas quais vivem as famílias do MV, e a ausência de possibilidades concretas de conquista do assentamento.

A postura da comunidade em torno do assassinato do Seu Luis é um dos marcos da resiliência, dois dias após o assassinato foi realizada a marcha “Luto por Seu Luis” no centro de Valinhos, pautando a vida, reforma agrária e exigindo justiça (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2019). A comunidade participou do ato, foram 2 ônibus fretados, além de pessoas que chegavam de ônibus e carro, a marcha também contou com a participação de pessoas do MST vindas de outros assentamentos e acampamentos, representações políticas de deputados federais e estaduais, e de diversos setores da sociedade, em especial da RMC e da Grande São Paulo, que apoiaram a comunidade naquele momento. Depois da marcha pelo centro da cidade foi realizado um ato político no qual representantes de partidos, mandatos, movimentos sociais expressaram solidariedade (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2019).

O impacto do assassinato foi grande, moveu a opinião pública e obteve conquistas concretas pro acampamento, segundo Oliveira (2020) em entrevista cedida à autora “no dia seguinte depois do assassinato do Seu Luis começamos a receber água potável da Prefeitura, isso melhorou nossas condições de vida, mas toda vez que bebemos a água sentimos gosto de sangue”. Durante 4 meses após o assassinato, as famílias construíram mais uma homenagem ao Seu Luis, possivelmente como uma forma de lidar com o luto, reformaram através de mutirões - dos quais Seu Luis sempre fazia parte -, o espaço coletivo do acampamento onde Seu Luis estudava alfabetização de jovens e adultos através do método “Sim, eu posso”⁸. A linda homenagem se chamou Escola Popular Luis Ferreira (EPLF), com a missão de realizar atividades educativas para todas as idades, ser espaço de oficinas, reuniões, encontros, aulas, cursos, entre outros, como demonstramos no capítulo anterior.

A EPLF é a própria transformação do espaço improdutivo a partir da organização popular, isto porque a estrutura é de uma escola municipal que foi abandonada há décadas e que se transformou em local de formação política, estudos e encontros através de mutirões, do uso de materiais de doação, ferro velho, de sobras,. Em entrevista realizada pelo Jornal Brasil de Fato durante a inauguração da EPFL, Aleandro da Conceição, filho de Seu Luis relatou a emoção “Representa a história de vida dele. Ele sempre quis aprender a ler e a escrever. Acho que ele ficaria muito feliz com o nome dessa escola, assim como nós ficamos”.

⁸ Método de alfabetização cubano utilizado em campanhas de alfabetização realizadas pelo MST.

Figura 03 - Mural da Escola Popular Luis Ferreira



Foto: Marina Souza (Souza, 2019).

A foto acima é do mural da EPLF no dia da inauguração da escola, como podemos observar ele mostra Seu Luis ao lado de Marielle, ambos homenageados pelo acampamento, entre eles está o acampamento representado pela produção de alimentos, pessoas trabalhando, árvores, crianças brincando e moradias. Conforme pudemos observar no trabalho de campo, a memória, enquanto constituição viva da história, aparece no MV como elemento agregador do sentido de identidade e unidade da comunidade nos inúmeros enfrentamentos realizados. Dentre as atividades voltadas para as crianças⁹ na EPFL ocorreram o reforço escolar durante a pandemia no qual as crianças tinham acompanhamento em relação ao desempenho escolar no período de aulas suspensas, com algumas acampadas como voluntárias,

⁹ No ano da defesa da dissertação, a Ciranda Infantil ocorre de segunda a sexta, destinada a crianças de 1 a 4 anos, e aos sábados destinada a crianças de 4 a 12 anos.

o reforço garantiu o acesso das crianças ao material que a escola disponibilizava e acompanhamento na realização dos exercícios.

O cuidado com a infância vem de uma construção histórica do MST em torno das crianças Sem Terrinhas, com as experiências da Ciranda Infantil, educação do campo e organização das áreas garantindo participação das crianças e seus direitos sociais. No MV, a realização do reforço escolar no período da pandemia foi uma demonstração da organização. Com todos os cuidados e medidas de segurança necessárias pela COVID, foi realizado um trabalho com as crianças parabenizado pela direção da escola que indicou que as crianças do MV tiveram desempenho acima da média devido ao acompanhamento. Vemos a seguir uma foto da atividade.

Figura 04 - Reforço escolar na Escola Popular Luis Ferreira em 2020



Foto: divulgação MST/SP.

À medida que o acampamento sofreu da Prefeitura medidas de cerceamento ao acesso das crianças a escola em 2018 devido a falta de transporte escolar, como vimos no item anterior, a auto organização para a realização do reforço escolar, por exemplo, assevera a capacidade de, frente aos desafios, encontrar saídas comunitárias aos problemas.

Outro exemplo expressivo da auto-organização para resistência e sobrevivência é a da cozinha coletiva que existe desde 14 de abril de 2018 servindo refeições diárias. Os alimentos são preparados pelos/as acampados/as que se revezam durante os dias da semana, a quantidade de refeições servidas varia de 200 a 300 por dia, contando almoço e jantar. A base dos alimentos é garantido

através da solidariedade de aliados e aliadas que fazem doações esporádicas e regulares, além dos alimentos produzidos nas hortas coletivas e individuais do acampamento.

Figura 05 - Distribuição de alimentos na Cozinha Coletiva do MV



Foto: Arquivo MST/SP, 2021.

Figura 06 - Distribuição de alimentos na Cozinha Coletiva do MV



Foto: Arquivo MST/SP, 2020.

Figura 07 - Distribuição de alimentos na Cozinha Coletiva do MV



Foto: Arquivo MST/SP, 2021.

No dia 10 de março de 2022, durante a Jornada das Mulheres Sem Terra, acampadas do MV ocuparam a Prefeitura de Valinhos, exigindo uma agenda com a prefeita do Município, Capitã Lucimara. A realização da luta foi para exigir que o posicionamento e responsabilização da prefeitura em torno do risco de despejo que as famílias viviam e também da garantia de direitos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022).

A ocupação de espaços públicos para cobrança de direitos sociais é uma das ferramentas de luta realizadas pelo MST e organizações populares, além da ênfase na exigência da pauta, também é importante para construção de mística e animação em torno da luta. No trabalho de campo, identificamos que as mulheres que participaram da ação retornaram animadas e com auto estima, como terem demonstrado força frente a um algoz.

Conforme Oliveira durante entrevista cedida à autora:

[...] cada demanda, cada necessidade, cada conflito se torna um instrumento pedagógico para reflexão coletiva, para buscar alternativas e construir saídas. Esse método reflexivo baseado em prática-teoria-prática é baseado na noção de práxis da filosofia marxista e aprendemos, na forma popular, com a igreja progressista da teologia da libertação e com o Paulo Freire. Ao fim desse processo, seja de construir a cozinha, o espaço da ciranda ou a horta coletiva, os aprendizados são múltiplos, imensamente maiores do que se tivesse sido só uma pessoa que fizesse ou se tivesse sido contratado alguém pra fazê-lo. Essa é o cerne da auto-organização popular, quando os iguais se reconhecem enquanto tal a partir de suas diferenças (habilidades e experiências no mundo do trabalho) e se colocam a serviço de uma proposta, de trabalhar conjuntamente (cooperadamente) para um fim único. E isso vai sendo projetado para além do trabalho física,

mas também na esfera da mudança social, no reconhecimento do poder e força da organização coletiva. No entanto é preciso atentar para o fato de que a consciência política adquirida não é algo imutável como as leis da natureza, ao contrário ela é extremamente complexa e maleável, reversível e até regressiva de acordo com as conjunturas, os momentos políticos e os interesses em jogo. Desse modo, é um desafio permanente para o MST em todas as suas áreas manter a base organizada e consciente do momento atual da nossa luta. E manter organizada é fazendo lutas, é construindo processos organizativos e formativos nos territórios, especialmente nos contextos de descenso das lutas de massa, nos quais é ainda mais desafiador manter o povo organizado politicamente. (Oliveira, 2023).

As matizes da resistência, entre ocupações e aulas de reforço, são permeadas pela edificação de relações humanas pessoais, nas quais a solidariedade e a camaradagem são mediações construídas constantemente na comunidade. No relato de Marta, amiga e companheira do núcleo de base do Seu Helio, ela conta como foi a última vez que esteve com Seu Helio, eles compartilharam o “pão” como fazem os companheiros e companheiras. Foi numa festa de uma vizinha que completava 20 anos, Seu Helio só tinha dois reais no bolso, em compensação tinha milho que colheu para levar, outros contribuíram com a linguiça que tinham no barraco, com o tomate, a cebola, um punhado de arroz, a vaquinha para comprar carne e cerveja e a festa estava pronta. Assim como Seu Luis, que assiduamente dedicava horas às tarefas coletivas, a partir de suas experiências profissionais, contribuiu na restauração e construção dos locais onde são distribuídas refeições diariamente e onde as pessoas se abrigam para fazer guarita; é a solidariedade expressa no João do conto de abertura do capítulo que, como compadre e companheiro do Ari, compartilha a mesma sorte e está lado a lado. É possível que seja esta a nuance na qual reside a maior força que possibilite o MV a resistir aos desafios e ataques.

4 A NOVA LUTA PELA TERRA: ASSENTAMENTO OU CONDOMÍNIO FECHADO

No último capítulo da dissertação vamos aprofundar o estudo sobre a especulação imobiliária em Valinhos e a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários (FEEI), para identificar o avanço dos condomínios horizontais de luxo principalmente na região da Serra dos Cocais, onde fica o Acampamento Marielle Vive (MV), nas proximidades da Estrada do Jequitibá, e estudar a empresa FEEI. Também iremos trazer uma análise sobre a proposta de Assentamento Agroecológico Marielle Vive, construída pelo MST para verificar os dois projetos em comparação.

Na análise do avanço da especulação imobiliária em Valinhos, substituindo gradualmente a agricultura, temos como premissa de que isto resulta do desenvolvimento do capital na região e sua demanda de acumulação no momento de crise estrutural. O capitalismo, para a produção de mais-valia relativa, demanda permanentemente do aumento de consumo, no trecho a seguir vemos as formas pelas quais este ocorre:

[...] em primeiro lugar: uma ampliação quantitativa do consumo existente; em segundo lugar: a criação de novas necessidades mediante a propagação das já existentes numa esfera mais alargada; em terceiro lugar: a produção de necessidades novas e a descoberta e criação de novos valores de uso [...] Disto advém, a exploração sistemática da natureza para descobrir novas propriedades úteis das coisas. (Marx *apud* Quaini, 1979, p. 127).

As transformações do uso do espaço no capitalismo ocorrem de forma dinâmica, com desenvolvimento das forças produtivas, exploração do trabalho e da natureza. Com o advento do capital financeiro, temos em seu desenvolvimento a criação de:

[...] um novo ciclo de acumulação com a expansão de novas atividades, focando o espaço-mercadoria. Este entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de outros setores da economia – em crise – com o objetivo de ampliar as possibilidades de acumulação. No processo, a construção de um espaço racional funcional revela um projeto e uma estratégia que envolvem o mercado imobiliário, promovendo a valorização de áreas como consequência imediata do movimento de transformação do uso e da substituição de classes de renda no espaço assegurando a realização do lucro. (Carlos, 2015, p.26).

A base do lucro na especulação imobiliária é a mercantilização do espaço, gerando novos nichos de mercado e extraindo lucros extraordinários de renda da terra. No município de Valinhos observamos que a especulação imobiliária avança

sob as áreas de produção agrícola, com expulsão dos/as trabalhadores/as rurais, pequenos produtores e avanço da gentrificação com a urbanização. Temos a marginalização de setores da sociedade mais empobrecidos que são expulsos ou segregados dos locais condominiais, a parcela do setor que está presente nestes locais é para realização de prestação de serviços (como faxineira, empregada, encanador, porteiro, pintor, etc) e a destruição ambiental com o aumento da urbanização em novas regiões e seu avanço em áreas preservadas.

A terra urbana permaneceu refém dos interesses do capital imobiliário e, para tanto, as leis foram flexibilizadas ou modificadas, diante de urbanistas perplexos. A disputa por terras entre o capital imobiliário e a força de trabalho na semiperiferia levou a fronteira da expansão urbana para ainda mais longe: os pobres foram expulsos para a periferia da periferia. (Maricato, 2013, p. 24).

Primeiramente conceituado por Aalbers, a concepção do complexo imobiliário financeiro é o esforço da elaboração do funcionamento na economia global do entrelaçamento entre o mercado imobiliário, as finanças e o Estado (Melo, 2021). Rolnik e Santoro (2017) ao estudar seu desenvolvimento indicam que

[...] no Brasil e no mundo assistiu-se a uma veloz reestruturação do Estado e das formas de regulação dos mercados, envolvendo a criação e o aperfeiçoamento de vários instrumentos urbanísticos e financeiros, voltados para aproximar e ampliar as conexões entre capital financeiro e capital imobiliário, conquistando, inclusive, territórios em cidades sob governos de “esquerda”, e impondo sua lógica sobre o destino dos lugares, ao submeterem as definições das formas de uso e características de ocupação às necessidades de rentabilidade desses ativos (Rolnik, 2015). O complexo imobiliário-financeiro tem articulado essa interdependência entre o setor imobiliário, as finanças e o Estado, espalhando-se por diversas frentes de expansão imobiliária pelo mundo. (Rolnik; Santoro, 2017, p.408).

No complexo imobiliário financeiro, para Rolnik (2015), além dos atores já citados (Estado, capital financeiro e mercado imobiliário) também fazem parte empresas de engenharia, de construção civil e gestão de obras. No investimento financeiro em terras como forma de ativos financeiros, a localização é fundamental para as condições de valorização e extração de lucros ainda maiores, nesta perspectiva o poder público - realizando investimentos como em infraestrutura, alterações na legislação, entre outros - é fundamental para os interesses do setor imobiliário.

A nível internacional, Aalbers indica que existem setores que funcionam como agentes globais, eles são

[...] fundos de investimento e empresas imobiliárias transnacionais que adentram mercados financeiros como forma de diversificar ativos e mitigar

riscos, mas também para penetrar em localizações geográficas onde não têm presença, capilarizando-se territorialmente e submetendo a produção das cidades a sua lógica financeirizada. (Aalbers *apud* Rolnik; Santoro, 2017, p.408).

A concepção de complexo nos ajuda a compreender o funcionamento da especulação imobiliária e tentar identificar as características que também ocorrem em Valinhos e em torno do projeto de condomínios do qual a FEEI é partícipe. Como vimos no capítulo anterior, já verificamos a atuação do poder público para a retirada das famílias do local, em especial da prefeitura e representantes de vereança do município, como os casos citados de Luiz Mayr Neto e Secafim.

As Câmaras legislativas cumprem papel fundamental para a especulação imobiliárias, é através das leis que se define o uso do espaço, que impõe a diferença do ilegal do legal, e, por consequência, são base para discriminação e violência, e elas tem atuado em função dos interesses e planejamentos imobiliários.

O aparato legal e de planejamento urbano tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanísticas, determinando o que é “ilegal” e o que não é, assim como quais formas de “ilegalidade” poderão subsistir e quais devem desaparecer. (Rolnik, 2015, p.193).

No próximo tópico da dissertação poderemos observar essa constatação da Rolnik ao observar a existência de condomínios fechados ilegais perante o plano diretor, mas que não sofrem coerção, ataques, nem são assassinados, como ocorre no MV, ao contrário, estão entre as prioridades da regularização através do zoneamento do novo plano diretor, este é o caso, por exemplo, do condomínio chamado Clube de Campo.

A ocupação da FEEI pelo MST tem como um dos objetivos a realização do debate na sociedade sobre as consequências da especulação imobiliária e da construção de novos condomínios de luxo, em contraposição à proposta sustentável de uso de solo com a constituição de assentamentos que incluem o geração de renda, moradia, produção de alimentos saudáveis. Também iremos analisar a proposta de assentamento construída pelo MST.

4.1 Valinhos: da capital do figo roxo à cidade dos condomínios fechados

A autonomização de Valinhos em relação a Campinas ocorreu apenas em 1953. Entre o século XIX e o início do século XX, quando Valinhos ainda formava o

município de Campinas (que deixou de ser a vila para se tornar o município em 1842), a cultura do café era a principal prática econômica. Em 1854 já eram 117 fazendas de café e 6000 pessoas escravizadas no município que aparecia como quarto maior produtor de café de São Paulo.

O município de Valinhos desde os anos de 1990 aprofundou um processo de construção de condomínios horizontais de luxo, o Village Visconde de Itamaracá foi o primeiro do tipo a ser implantado no município, em 1989, como o objetivo de moradia, já não como condomínio de chácara de recreio que existiam na época. Este condomínio é o primeiro empreendimento do tipo da empresa Antonio Andrade, que possui os mesmos acionistas da FEEI, a família Egydio Andrade.

Vale ressaltar que Valinhos, ainda na década de 1960, foi contemplada com um dos primeiros assentamentos de reforma agrária do Brasil através da Lei de Revisão Agrária, implementado pelo Governo do Estado de São Paulo (Bombardi, 2001). De acordo com esta lei as terras públicas ou privadas que fossem reconhecidamente improdutivas seriam adquiridas pelo Estado para fins de reforma agrária. Esse assentamento hoje é conhecido como o Bairro da Reforma Agrária onde famílias vivem e produzem alimentos, ainda que encontrem muitas dificuldades na produção agroecológica devido a poluição pela proximidade com o aeroporto Santos Dumont.

Na perspectiva regional, Valinhos transformou-se nas últimas décadas em um município privilegiado para essa expansão capitalista por possuir as condições espaciais ótimas para construção dos condomínios (localização próxima de vias de acesso a diversas cidades, áreas de preservação ambiental), com uma elite local e poder público que privilegiaram esse desenvolvimento territorial. Dessa maneira, observou-se a tendência de hegemonização do espaço rural com condomínios fechados, inclusive ampliando para os municípios limítrofes. A expressão dessa atração de capital foi a compra da Fazenda Bela Aliança, vizinha do Marielle e que, atualmente, está junto com a FEEI no mesmo projeto de condomínio, para a construção do Parque Beto Carrero. Segundo matéria da Folha de 1999, para os empresários do Beto Carrero a escolha de Valinhos para a localização do Parque teve como um dos motivos “a posição geográfica da cidade, localizada em um raio populacional de 25 milhões de pessoas.” (Scinocca, 1999). Embora o projeto do Parque, que tinha previsão de ser inaugurado em 2000, tenha sido frustrado, a

divulgação trouxe evidência a Valinhos, em especial para o potencial empreendedor das terras próximas à Estrada do Jequitibá.

Ainda que Valinhos seja conhecida como a capital nacional do figo roxo, a produção agrícola foi paulatinamente dando lugar a outros ramos da economia até o mais recente avanço do setor imobiliário. Segundo Santos Junior (2009) esse fenômeno ocorreu em toda RMC, culminando na alteração da distribuição espacial com o avanço da urbanização, através dos condomínios horizontais de luxo, em áreas rurais.

Uma das mudanças mais importantes deste processo é a substituição de atividades econômicas tradicionais baseadas na produção de frutas e demais produtos do cinturão agrícola anteriormente formado por pequenas propriedades. O poderio econômico dos agentes imobiliários e as características de urbanização dispersa que se aprofundam no território metropolitano tem levado à transformação da antiga área rural em empreendimentos imobiliários que notadamente abrigam novos condomínios fechados, que burlam com frequência as legislações urbanísticas existentes, com implicações nas demandas de serviços públicos e conexões intrametropolitanas. (Santos Junior, 2009, p.09)

Devido à localização entre grandes rodovias como a Santos Dumont, Anhanguera, Bandeirantes, Dom Pedro, a RMC é extremamente interessante para o capital especulativo imobiliário por garantir acesso fácil a diversas cidades. Além disso, possui áreas periféricas com remanescentes ambientais, que combinam com o interesse de consumo de quem procura os condomínios de luxo por possibilitar estar “próximo” à natureza e distante do centro urbano.

Segundo Fix (2011) para o capital especulativo a seleção dos terrenos é feita através de uma estratégia, levando em conta a diversificação por classes sociais e uma ampla distribuição geográfica. Nessa perspectiva, a Serra dos Cocais, área rural que ainda possui remanescentes de preservação ambiental, onde está o Acampamento Marielle Vive, assume um local de destaque na estratégia do capital especulativo, na possibilidade de grande rendimento através da construção de condomínios para alta classe média.

Juliano Fujita (2023), técnico agrícola e suplente no Conselho de Meio Ambiente de Valinhos, relata em entrevista realizada à autora que a Prefeitura de Valinhos atua para beneficiar os empreendimentos imobiliários, uma das principais formas é o desincentivo e falta de apoio à agricultura familiar que se vê cada vez com menos possibilidades de geração de renda e oportunidades.

A Prefeitura não institui a Secretaria de Agricultura, eu já perguntei isso para eles: por que vocês não implementam a dotação de verba, direitinho,

funcionários concursados, técnicos, engenheiros? Assim vocês vão poder buscar verbas, fazer um trabalho fantástico. [...] E por que eles não implementam? Porque quando vem a verba federal para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, eles podem enviar para onde quiser, se vier para Secretaria de Agricultura o uso é único e exclusivo para a agricultura com melhoria de estrutura, capacitação, tudo para o agricultor. Então eles não fazem isso para que o agricultor não se estimule a ficar na terra. (Fujita, 2023).

O apoio da Prefeitura à especulação entra em conflito com as consequências dos condomínios fechados que são uma forma privada de apropriação do espaço público com o cercamento da área, restringindo o acesso. Esta apropriação privada norteia também a configuração territorial da própria cidade, de modo que em vários bairros há o fechamento de ruas e restrição do direito de ir e vir das pessoas para garantir os interesses privatistas dos moradores das respectivas ruas da área urbana. Do ponto de vista ambiental, eles são uma agressão direta ao meio ambiente, causando grande impacto ambiental aos remanescentes florestais e aos reservatórios hídricos com a impermeabilização do solo. Segundo Juliano Fujita, um dos maiores problemas causados pelo condomínios está relacionado a questão hídrica:

São várias consequências, uma das que quase ninguém percebe é o crescimento das ilhas de calor, você substituiu uma vegetação, por pior que seja um pasto, por exemplo, por asfalto, areia, cimento e concreto. O termo ilha de calor cabe muito bem a esses empreendimentos porque vira um deserto, deserto é feito de areia como as construções do condomínio. Esse deserto impacta nos ciclos de chuva, então a chuva quando passa nas ilhas de calor ou ela evapora ou cai torrencialmente, muito forte. Ela não infiltra no solo porque ele está impermeabilizado, acaba escorrendo para partes baixas da cidade, causa inundação e a chuva não recarrega os lençóis freáticos para ter água no período de estiagem. Então é um impacto muito grande no que diz respeito ao ciclo hídrico, quando chove tem inundação e na seca não temos reserva hídrica” (Fujita, 2023)

Embora a insustentabilidade ambiental e social dos condomínios, nas últimas décadas a elite valinhense foi uma grande investidora nesse setor no município, além do estreitamento de relações com demais especuladores da região de Campinas e São Paulo. Como consequências houve a elevação do preço da terra, de tal modo que o metro quadrado valinhense passou a ocupar lugar de destaque entre os mais elevados do estado de São Paulo, expondo flagrantemente o grau de subordinação à lógica especulativa do capital sobre a terra, especialmente o solo urbano.

O consórcio de proprietários de fazendas, que a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários participa, prevê a construção de um dos maiores

empreendimentos do município, nomeado de condomínio Região dos Lagos, no qual está envolvido um total de oito fazendas vizinhas. É um projeto que reúne interesses subjacentes à revisão do plano diretor municipal para viabilizar a construção. Importante ressaltar que, além dos interesses das empresas proprietárias das fazendas, há grande interesse do setor da construção civil.

No limiar entre a questão urbana e agrária, o MV possibilita uma análise privilegiada da complexidade e contradições do desenvolvimento sócio-espacial brasileiro através dessa experiência na RMC. Em uma região com número alto de população desempregada e de déficit habitacional, em um contexto de grande crise econômica, a inviabilização da territorialização do projeto de reforma agrária dos sem terra em uma área de interesse especulativo é fundamental para a manutenção dos privilégios da elite local. A região possui um alto número de fazendas improdutivas, em situação de irregularidade fundiária, que podem ser alvos de lutas similares às do acampamento Marielle. Assim, o fracasso do acampamento é vital para a manutenção do controle territorial da especulação imobiliária na região.

Através da análise de fotos aéreas das proximidades da Estrada do Jequitibá onde fica o MV, na Serra dos Cocais em Valinhos/SP, e de fotos do próprio acampamento, pretende-se discutir as transformações territoriais que ocorreram em virtude da territorialização dos condomínios horizontais de luxo e, também, verificar a disputa territorial encetada pelo Acampamento Marielle Vive, como proposta contra hegemônica do uso do espaço. O município de Valinhos assistiu nas últimas décadas o avanço vertiginoso de condomínios horizontais de luxo na periferia rural onde havia franjas de mata nativa, expandindo conseqüentemente, a especulação imobiliária na área rural.

O conflito territorial na ocupação de terra pelo MV, na Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, Valinhos/SP, com a presença de mais de 700 famílias em abril de 2018, é expressão da contradição entre a especulação imobiliária, que pretende construir um grande condomínio de luxo na área, e as famílias sem terra que propõem a realização da Reforma Agrária para coletivização da terra e produção de alimentos.

A paisagem nos possibilita uma leitura do espaço a partir das formas, da aparência e do fenômeno, conforme Davis Sansolo (2019) ela é em si uma representação do poder hegemônico que se impõe na paisagem. Por essa questão, a análise da paisagem é uma ferramenta importante para esse estudo, uma vez que

possibilita compreender: a) a territorialização dos condomínios horizontais de luxo, como desenvolvimento capitalista local; e b) as características da luta do MV, formada por uma base social advinda das cidades.

A região da Serra dos Cocais entre Valinhos e Itatiba já teve diferentes formas de uso do espaço, conforme o desenvolvimento capitalista na região campineira, dentro das contradições ambientais e sociais, culminando no atual uso para a especulação imobiliária. O MV constrói o espaço de forma diferenciada em relação ao modelo predominante, pois fruto da desigualdade social latente, o acampamento propõe uma forma coletiva para resolução do déficit habitacional e desemprego, através da luta pela reforma agrária. Para Bernardo Mançano Fernandes,

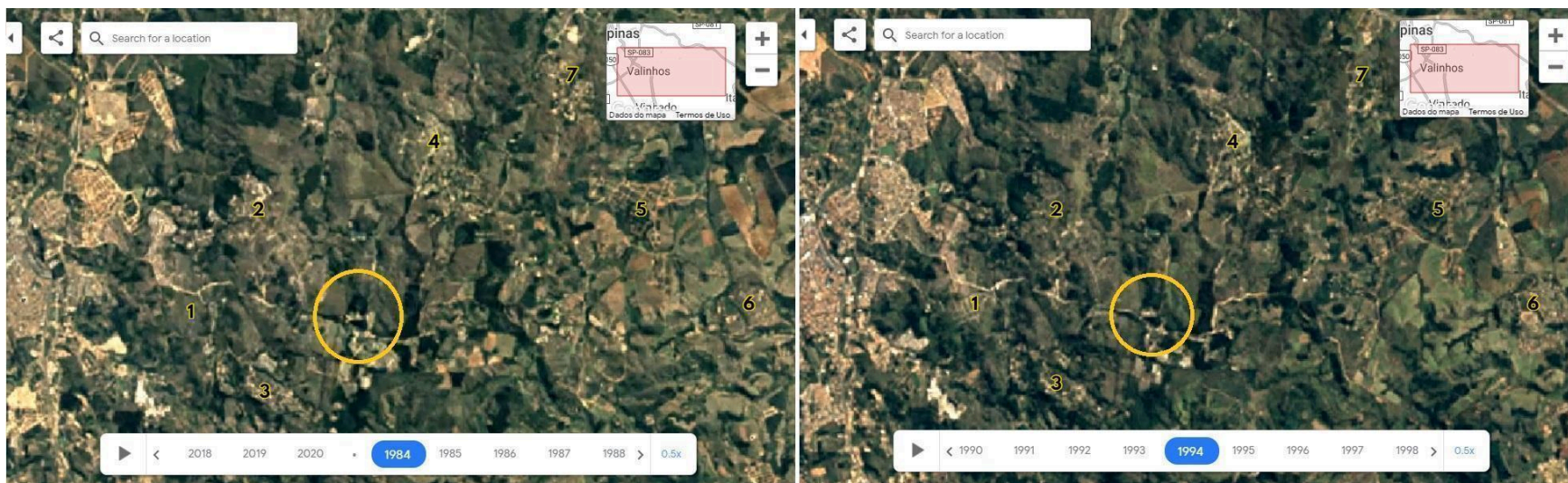
O Espaço geográfico contém todos os tipos de espaços sociais produzidos pelas relações entre as pessoas, e entre estas e a natureza, que transformam o espaço geográfico, modificando a paisagem e construindo territórios, regiões e lugares. Portanto, a produção do espaço acontece por intermédio das relações sociais, no movimento da vida, da natureza e da artificialidade, principalmente no processo de construção do conhecimento. (Fernandes, 2005, p. 26).

Como indica Harvey, o capital possui uma estrutura espacial própria para atender sua demanda de acumulação e valorização de capital, por essa necessidade o sistema possui, por natureza, característica expansível, avançando por novas áreas permanentemente. A paisagem geográfica expressa o desenvolvimento do capital porque “o capital é representado na forma de uma paisagem física, criada, a sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível” (Harvey, 2005). O desenvolvimento espacial no capitalismo, ao mesmo tempo que é intrinsecamente desigual, tende a uma equalização espacial, com a generalização do trabalho abstrato, como forma predominante de trabalho, para geração de valor (Quaini, 1979).

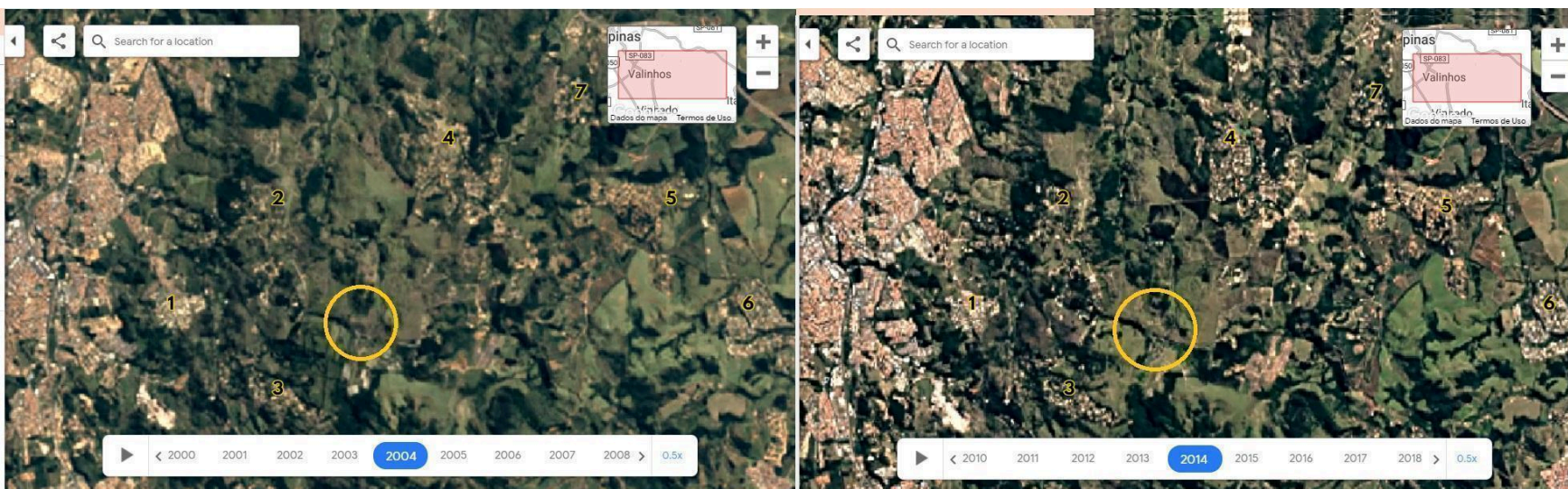
A partir dessas premissas, analisaremos fotos aéreas adquiridas via Google Earth da Estrada do Jequitibá dos anos de 1984, 1994, 2004, 2014 e 2020, de modo a verificar as mudanças paisagísticas que ocorreram ao longo desses 36 anos. Em seguida, vamos utilizar fotos aéreas do Acampamento Marielle Vive para identificar as características do território em disputa como uma construção espacial não hegemônica.

4.2 O avanço dos condomínios de luxo: análise de fotos aéreas da região da Serra dos Cocais próxima à Estrada do Jequitibá

A Estrada do Jequitibá é uma via municipal que liga Valinhos a Itatiba por uma região rural da Serra dos Cocais. No século XX a região próxima à Estrada possuía chácaras, sítios, granjas com uma população rural que vivia nas colônias, caseiros, trabalhadores/as do campo. A partir de 1980 muitas propriedades se tornam chácaras de recreio, quando a região passa a ter uma participação maior do turismo e muitas pessoas de Campinas e São Paulo alugam as chácaras para passar a temporada. Seguem fotos aéreas da Estrada do Jequitibá e suas margens nos anos de 1984, 1994, 2004, 2014 e 2020. A área circulada é onde está o Acampamento Marielle Vive desde 2018, as demais áreas numeradas são os locais onde se desenvolveram os condomínios horizontais de luxo nas proximidades da Estrada.

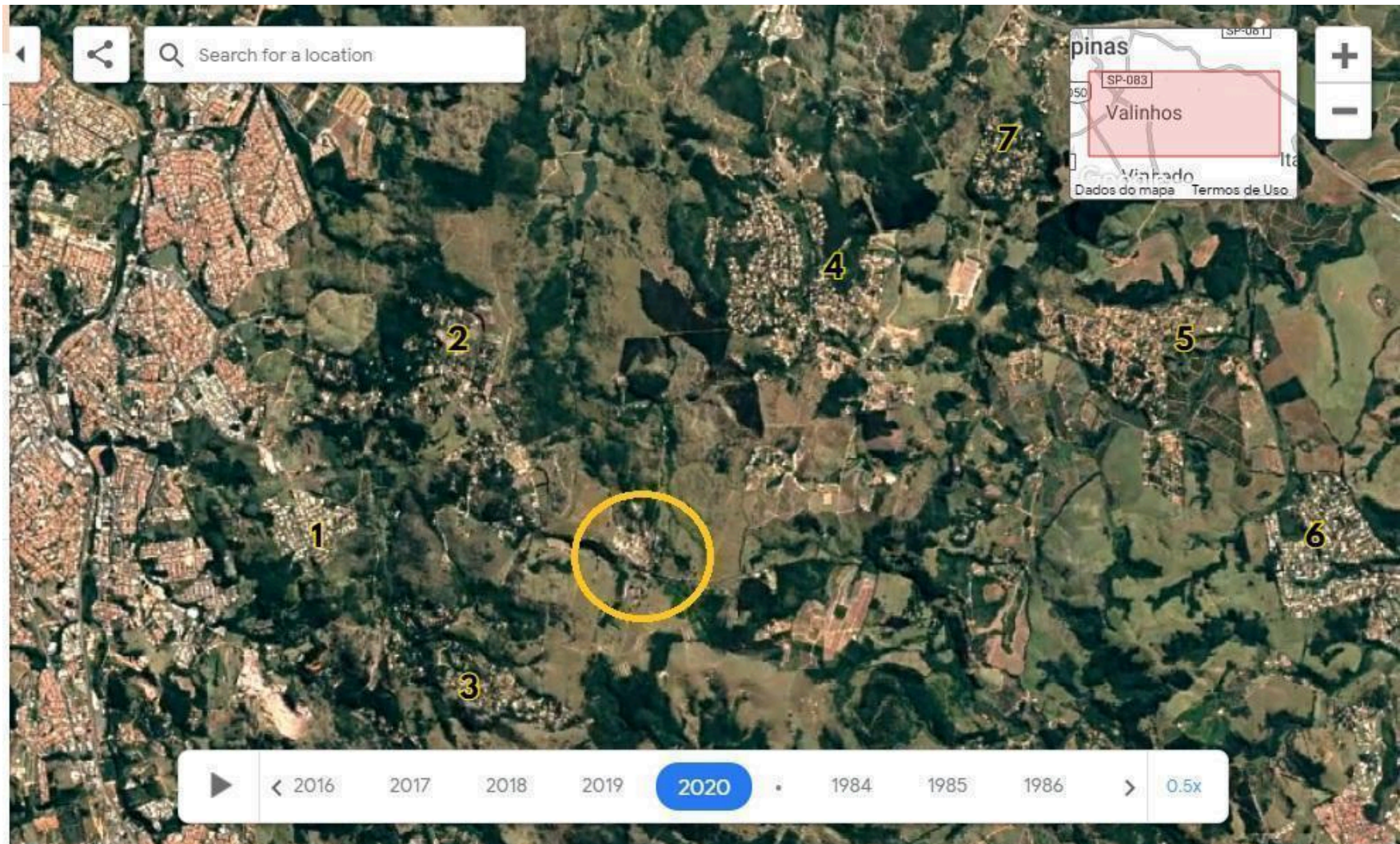
Figura 08 - Foto aérea região Estrada do Jequitibá anos 1984 e 1994

Fonte: Google Earth

Figura 09 - Foto aérea região Estrada do Jequitibá anos 2004 e 2014

Fonte: Google Earth

Figura 10 - Foto aérea região Estrada do Jequitibá anos 2020



Fonte: Google Earth.

A partir da análise dessas imagens observamos ao longo dos anos o adensamento demográfico e aumento do parcelamento das terras para fins de moradia, alterando a paisagem, embora a área siga predominante rural, ela passa a contar com maior número de construções de alvenaria e diminuição de parte da área de preservação ambiental. A figura de 1984, demonstra a predominância do uso do solo para pecuária com áreas de pastos, a região já estava desmatada e possuindo resquícios de áreas preservadas. A paisagem está equalizada por esse modelo de produção que se territorializa por essa região da Serra dos Cocais, identificamos o processo de destruição ambiental existente.

Também é possível verificar a expansão do eixo urbano valinhense que aparece ao lado esquerdo das fotos territorializando para a área rural da cidade e das áreas preservadas. A expansão urbana também ocorreu em outras áreas, aparecendo na parte mais central do mapa, como a área abaixo do número 4, onde hoje é o Bairro São Bento. O mesmo ocorre em Itatiba, quando a mancha que aparece no limite inferior esquerdo aumenta conforme progredem os anos, com grande impacto para a natureza.

Em 1984 a área circulada no mapa era parte da granja chamada Granja Eldorado e havia uma escola municipal para atender a demanda de escolarização das crianças que moravam nas proximidades. Após a falência da granja, a fazenda se tornou Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários quando comprada por uma empresa de especulação imobiliária para a construção do Condomínio que no projeto se chama Região dos Lagos.

Os interesses da especulação imobiliária encontram a contradição da realidade da maior parte da população da RMC, onde a desigualdade social prevalece e os dados de déficit habitacional e desemprego têm aumentado nos últimos anos. Como demonstra Ermínia Maricato (2000) a constituição do urbano brasileiro ocorre sem rompimento com as relações arcaicas do Brasil colonial, ao contrário, mantêm os privilégios fortalecendo a desigualdade sócio-espacial nas cidades, conformando o que a autora chamou de tragédia brasileira.

Ao passo que Valinhos vive uma tentativa de “elitização” atraindo a classe média alta para morar nos condomínios da cidade, observa-se um aumento do nível de pobreza da população. Nos últimos anos vimos uma maior precarização do trabalho (como consequência da reestruturação produtiva), o aumento do caos urbano e déficit habitacional – ampliado pelas medidas governamentais como a

PEC dos gastos e corte de programas para financiamento de moradia. O quadro de violência urbana, fruto da desigualdade social e da tragédia urbana brasileira, intensificou-se ainda mais no país, amargando dados terríveis na RMC.

Na foto de 2020, onde está circulado, visualizamos um adensamento fruto da ocupação do MST, o Acampamento Marielle Vive fruto das contradições sociais e desigualdades do desenvolvimento do capitalismo na região.

Observando os pontos destacados por números, podemos constatar que há um aumento do loteamento para fins privados da área principalmente a partir da década de 1990. Observa-se nas imagens do ano de 1984 que o ponto indicado com o número 1, atual Condomínio Residencial Moinho dos Ventos, era uma área destinada às atividades agrícolas, que começa a ser parcelada, como podemos visualizar na foto de 1994 e, na figura de 2004, já é possível identificar com mais clareza a constituição do Condomínio. O mesmo ocorre no ponto 2 assinalado no mapa que atualmente é o condomínio Chácaras Alpina, nome do condomínio faz alusão às Chácaras de Recreio que havia no local, é um condomínio com áreas individuais maiores que o Moinho dos Ventos, o que podemos observar na Figura 2 pelo menor adensamento. Na área de indicação 3 da foto de 2004 temos o condomínio Parque Valinhos, analisando as fotos de 1984 e 1994, a paisagem indica que a fazenda anteriormente estava destinada à produção pecuária. Esses três condomínios pertencem ao município de Valinhos.

O Clube de Campo Valinhos, numerada com o 4, foi um dos primeiros empreendimentos com fins turísticos e de confraternização do município. A antiga fazenda abrange os municípios de Valinhos e Itatiba e já em meados do século XX deixa de ser área de produção de gado para dar lugar ao Clube que recebia aos finais de semana diversos sócios com objetivo de recreação. O loteamento ocorreu por volta de 1960, quando casas começaram a ser construídas, na imagem de 2004 podemos verificar que o Clube de Campo passa a ter características paisagísticas dos condomínios horizontais de luxo, com adensamento populacional e construções loteadas.

Os números 5 e 6 estão localizados no município de Itatiba, já o número 7 é pertencente ao município de Valinhos. Analisando as fotos de 1984 e 1994, vemos que nos 3 pontos não há loteamos indicando produção agrícola ou pecuária nas áreas. Na foto de 2004, vemos os condomínios consolidados, o loteamento destacado pelo número 5 não é um condomínio de luxo, se configurou

mais como um bairro de chácaras. Na numeração 6 temos a Ville Chamonix, o na 7 o Condomínio Monte Acrópolis. Os sete pontos destacados são os condomínios que podemos observar pelas fotos, mas a quantidade desses loteamentos na região é ainda maior quando aumentamos o raio.

Pudemos atestar pelas fotos o que foi dito anteriormente: o avanço da urbanização, através dos condomínios, em áreas rurais num processo de descaracterização de Valinhos como município com foco na produção rural, em especial de frutas.

Como podemos observar pela análise das paisagens na figura 01, 02 e 03, a região da Serra dos Cocais da Estrada do Jequitibá transformou-se receptora de empreendimentos imobiliários, conforme Fujita (2023) em entrevista concedida à autora é o “filé mignon da especulação imobiliária em Valinhos”, em especial para a construção dos condomínios horizontais mais luxuosos.

4.3 A Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários: a improdutividade para a certeza de ganhos futuros

Moreira e Oliveira (no prelo) realizaram uma análise do projeto de Condomínio Região dos Lagos, na qual a Fazenda Eldorado está inserida, e também analisaram a FEEI e seus acionistas para compreender o funcionamento da empresa. A partir desse estudo vamos verificar a proposta de empreendimento para a área do MV e principais atores da especulação imobiliária presentes na proposta.

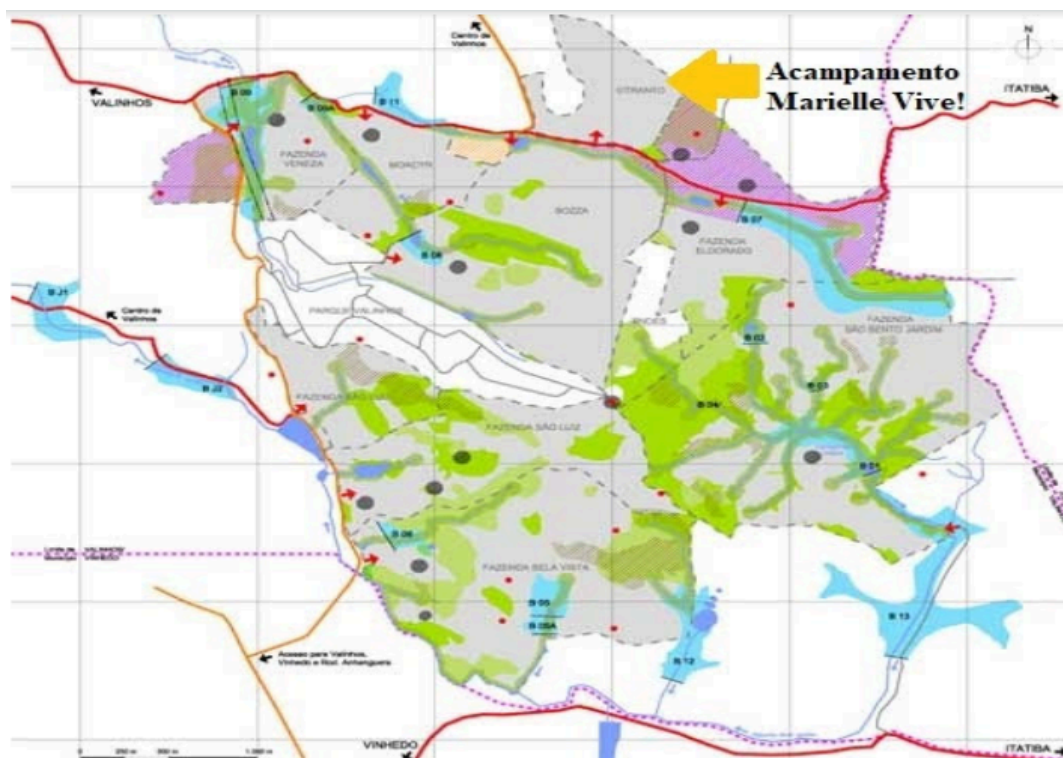
No levantamento durante o trabalho de campo, os moradores das proximidades do MV, como da Biquinha e Vila dos Crentes, contam que na FEEI será construído o maior condomínio horizontal de todo o município de Valinhos e, inclusive, de Campinas. Esta informação que popularizou se refere ao projeto de condomínio intitulado Região dos Lagos que reúne um consórcio de empresários representando 8 fazendas que juntas formam uma única gleba na qual se instalaria o condomínio (MOREIRA; OLIVEIRA, no prelo). O levantamento também demonstrou que no dia da ocupação da área, representantes do consórcio levaram o projeto ao acampamento para pressionar pela saída dos famílias sem terra, que estariam prejudicando o empreendimento e que seria

impossível a realização da reforma agrária no local onde está previsto um condomínio.

Conforme Moreira e Oliveira (*no prelo*), a área verde preservada na região da Serra dos Cocais é um dos atrativos para o capital especulativo que utiliza as franjas das áreas florestais para valorizar o condomínio. No projeto do empreendimento a “sustentabilidade” ambiental é propagandeada, segundo Fujita (2023) as empresas da especulação imobiliária utilizam uma estratégia de marketing chamada de *Greenwashing* na qual se utiliza uma aparência sustentável enquanto se escamoteia os efeitos reais e nocivos do empreendimento, um exemplo é a utilização de áreas que legalmente são de preservação obrigatória, como Área de Preservação Permanente e Reserva Legal, como inovação e responsabilidade ecológica, conforme a entrevista. Ao mesmo tempo, escondem a impermeabilização do solo, destruição ambiental, avanço sobre áreas preservadas, que são alguns dos problemas ambientais dos condomínios horizontais de luxo, como já indicado anteriormente.

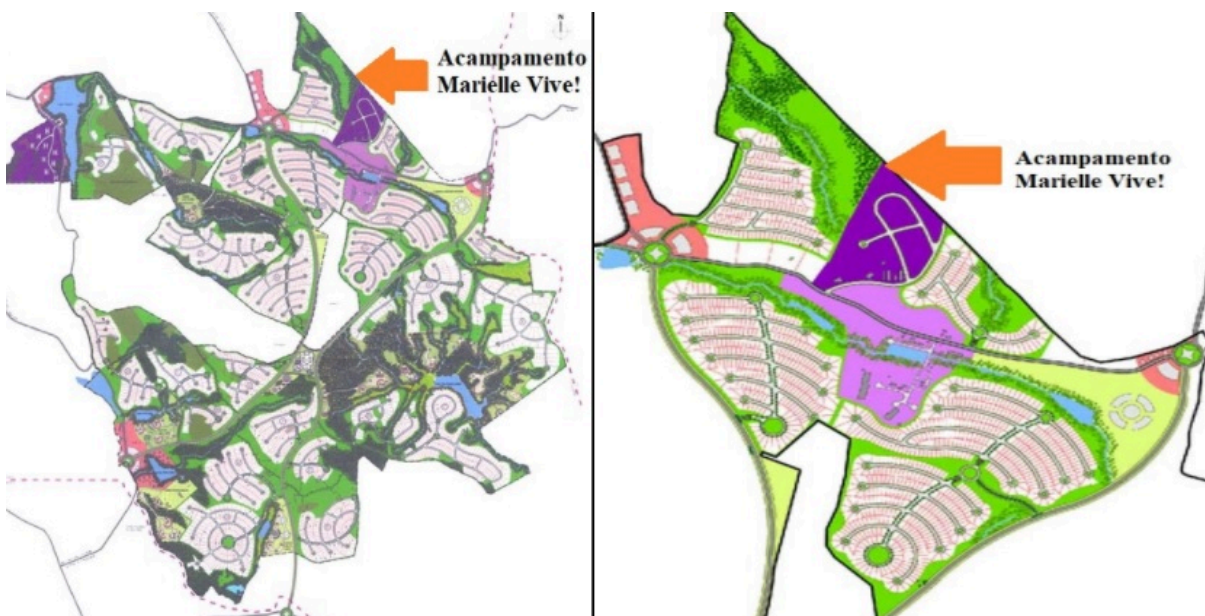
Seguem abaixo as figuras 11 e 12 do projeto Região dos Lagos, o MV está destacado com uma seta amarela.

Figura 11 - Mapa das fazendas que integram o projeto de urbanização da chamada Região dos Lagos



Fonte: Moreira; Oliveira, *no prelo*.

Figura 12 - Anteprojeto de urbanização da região dos Lagos, Valinhos (SP).



Fonte: Moreira; Oliveira, *no prelo*.

Como ilustra a figura 11, podemos observar as 8 fazendas que compõem o consórcio, incluindo a Bela Vista, no limite inferior, que havia sido destinada à construção do Parque Beto Carrero em 1999. A foto está sem legenda, mas podemos deduzir na figura 12 que são mostrados as divisões por lotes (em vermelho) ao longo das 8 fazendas e áreas verdes (em verde). Conforme os autores Moreira e Oliveira a área que onde está o MV, com destaque na figura, seria destinada a construção de habitações populares como contrapartida ao empreendimento, as casas seriam destinadas aos moradores da ocupação Biquinha, que também fica nas proximidades da Estrada do Jequitibá.

Para Moreira e Oliveira (*no prelo*) o projeto escancara o objetivo de realizar o loteamento em uma vasta área rural, ignora-se a função social da terra prevista na Constituição para a construção de um condomínio com grande impacto ambiental e social.

A transformação da antiga granja Eldorado, que abrigava inúmeros trabalhadores em colônias, a partir de sua falência na década de 1970 em Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários no início dos anos 2000 contou com um processo de abandono e destruição das antigas estruturas e a constituição de um pasto, como ocorre em outras áreas destinadas à especulação imobiliária. Durante o levantamento do trabalho de campo, a denúncia realizada pelo Movimento é de que a FEEI estava improdutivo, não havia gado na fazenda que só estava com pasto degradado. Tal informação também é evidenciada no processo de reintegração de posse que tramita na justiça, no qual são limitadas e questionáveis as comprovações da existência da criação de gado como forma de demonstrar cumprimento da função social.

Um 'consórcio de proprietários' de terras improdutivo, com pequenos remanescentes florestais e vasto histórico de problemas ambientais, unidos em torno do objetivo comum que é a urbanização e loteamento da extensa área. Como expresso no próprio nome da Fazenda Eldorado, o interesse que reúne este "consórcio de proprietários" não tem como finalidade cumprir a função social da propriedade regida pela Constituição Federal, outrossim, almejam auferir ganhos financeiros com a realização do empreendimento imobiliário. (Moreira; Oliveira, *no prelo*).

Para os autores, além da apresentação do projeto de empreendimento, o consórcio de proprietários também manifestou uma proposta de zoneamento como proposta ao novo plano diretor enviado à prefeitura, de modo a que a nova legislação permitisse a construção do condomínio através da liberação da área

rural para construção urbana e condominial. No último desenho do plano diretor apresentado pela Prefeitura em 2022, foi alterado o zoneamento de modo a possibilitar o megaempreendimento no local, a proposta ainda será discutida com a sociedade civil e será votada na Câmara Municipal.

A seguir vamos apresentar um organograma da FEEI organizado por Moreira e Oliveira (*no prelo*) no qual são apresentados os acionistas da empresa, através deste levantamento podemos verificar algumas articulações e relações entre grupos imobiliários e empresariais.

Figura 13 - Organograma de empresas acionistas da Eldorado Empreendimentos Ltda.



Fonte: Moreira; Oliveira, *no prelo*.

Vejamos alguns acionistas:

[...] como do Marcos Antonio Gama, que além da participação na Eldorado é acionista da empresa Gama e Gama, Itajuba Construções e da Serra dos Cocais Empreendimentos Imobiliários Ltda. A Itajuba Construções é uma empresa que realiza terraplanagem para a construção de condomínios e a Serra dos Cocais, como o próprio nome já diz, possui diversos acionistas com o propósito da construção de condomínios na região de preservação ambiental, um dos acionistas é Luiz Mayr Neto, vereador do município de Valinhos. (Moreira; Oliveira, *no prelo*).

Como já mencionado, o vínculo de Luiz Mayr com o projeto imobiliário demonstra a quais interesses ele representa na tribuna, além disso também podemos verificar os interesses da construção civil com os empreendimentos

através do acionista Marcos Antônio Gama. Fix demonstra como ocorrem os ganhos com o capital incorporador:

O capital incorporador constituiu uma fração diferenciada em relação à atividade da construção, ampliando a divisão social do trabalho no setor. Obteve ganhos por meio de operações que lhe permitiram capturar riqueza na forma de renda da terra, ganhos que se combinavam, em boa medida, com a extração de mais-valia absoluta no canteiro de obras. (Fix, 2011, p.53).

Antonio Carlos Madia, que representa a Facma Participações, faz parte de um família empresarial valinhense chamado “Grupo Madia” que atua tanto no ramo imobiliário, inclusive com empresa atuando em solo norte-americano (Madreal USA), como em outras áreas como de imóveis, setor de serviços com o Auto Posto Madia, Comercial Madia Veículos. Os Madia possuem tanto capital na Eldorado Empreendimentos através da Facma, como da Lamarca Participações, que tem como acionistas Olinda, Laércio Carlos e Marcos Antonio Madia. Juntamente com Antonio Andrade Empreendimentos Imobiliários, homônimo do empresário autointitulado pioneiro no ramo imobiliário em Valinhos, o Grupo Madia forma um par de empresas fortes no ramo imobiliário na região, com a peculiaridades em comum como a concentração de grande extensão de terras improdutivas na região abordada.

4.4 Assentamento Agroecológico Marielle Vive

A elaboração de uma proposta de assentamento com uso do solo socialmente e ambientalmente racionais, economicamente viável e que seja contraponto ao projeto de condomínio fechado na FEEI, é um grande desafio para o MV. A área tem particularidades que o projeto de assentamento precisa considerar como as características geomorfológicas, com o afloramento de rochas em áreas da fazenda nas quais não é possível a utilização para plantio. Outra questão é em relação ao tamanho da área, que pode ser considerada pequena para uma concepção convencional de assentamento em relação a quantidade de famílias. A questão da viabilidade da geração de renda, baseada na produção agrícola, para as famílias assentadas que garantam as condições para vida digna é outro ponto chave para a proposta.

Frente a isso, a coordenação do acampamento constituiu um grupo de pesquisadores/as e profissionais¹⁰ de diversas áreas para construir uma proposta de Projeto de Assentamento baseada nas ações e experiências concretas já realizadas pelo MV, como uso da água, produção agroecológica, a organização espacial, entre outros, garantindo o cumprimento da legislação do uso do solo e ambiental, além da geração de renda. A base da proposta consiste nas experiências das Comunas da Terra, com diversas experiências em relação a viabilidade, e nas linhas políticas da RAP enquanto produção agroecológica e uso contra hegemônico do espaço a partir da reforma agrária.

Através da pesquisa participante, realizada compondo o grupo responsável pela elaboração do projeto, acompanhando as reuniões, visitas e debates, podemos apresentar elementos da pesquisa, sistematizadas neste tópico no qual iremos abordar, na perspectiva projetiva o que o MST tem proposto para a área através da regularização fundiária, para compreendermos os antagonismos em relação a proposta de condomínio de luxo, a proposição sobre o uso coletivo da terra e como construção contra hegemônica do espaço. O projeto conta com abordagem sobre a questão do uso do solo, geração de renda, técnicas de construção das moradias, cooperativismo, saneamento básico, questão hídrica, entre outros, no tópico iremos debater a proposta geral a partir da geração de renda e uso do solo.

O documento “Projeto Básico para o Acampamento Marielle Vive: viabilidade legal, ambiental e social para a regularização das famílias do Acampamento Marielle Vive em Valinhos/SP” finalizado em janeiro de 2022 é o resultado do trabalho realizado pelo grupo ao longo do ano de 2021, com diversas reuniões e visitas ao MV durante o período. Na apresentação do projeto

¹⁰Grupo de Coordenação e Elaboração Técnica: Isabel Campos Salles Figueiredo, bióloga, mestre em Ecologia e Doutora em Saneamento, Pesquisadora colaboradora UNICAMP; Marcos Sorrentino; educador; professor sênior USP; Ismar Túlio Curi, Campinas, doutorando em Artes Visuais, UNICAMP; Juliano Takechi Fujita, Técnico Agrícola, Rede Livres Agroecologia; Centro de Cidadania e Defesa de Direitos Humanos Dorothy Stang; Edson Hiroshi Seo, Engenheiro Agrônomo, Ecovila Clareando; Eduardo Gusson, Engenheiro Florestal, Doutor em Recursos Florestais, pesquisador, colaborador do Núcleo de Cultura e Extensão – Programa Temático em Educação e Conservação Ambiental (NACE/PTECA-ESALQ/USP); Lilian Pires Staningher (Arquiteta), Tassiana Barreto, antropóloga (UFSCar), especialista em Educação do Campo e Agroecologia (FEUSP) e mestranda do Programa de Mestrado Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (IPPRI UNESP); Gerson de Souza Oliveira (Geógrafo IPPRI/UNESP); Eng. Ambiental Giulio Brossi – mestrando ESALQ/USP; Eng. Florestal Frederico Miranda Msc – doutorando ESALQ/USP; Eng. Florestal Eduardo Gusson Dr. – Pesquisador NACE-PTECA/USP; Biólogo Fábio Frattini Marchetti, Dr. - Pesquisador ESALQ/USP. CRBio nº 94100/01-D.

do referido documento, este já explicita a característica da proposta enquanto modelo de ocupação híbrida, entre campo e cidade:

Trata-se de um estudo de viabilidade para uso e ocupação do solo de área situada às margens da Estrada dos Jequitibás, no município de Valinhos, SP, próxima ao limite com o município de Itatiba, SP. O objetivo é propor um modelo de ocupação híbrido, habitação e produção agrária, nos moldes de agrovilas e seguindo os três princípios básicos da sustentabilidade em seu plano de desenvolvimento: socialmente justo, ambientalmente saudável e economicamente viável. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022).

A necessidade da demonstração da viabilidade do assentamento, nas dimensões expostas na citação, dá-se pelos questionamentos em torno da regularização da área e assentamento das famílias por parte da Prefeitura Municipal de Valinhos, Ministério Público Estadual (MP) e expressas por setores da sociedade civil, conforme Gerson Oliveira (2020), a crítica em torno da característica urbana das famílias é uma forma de deslegitimar o MV, assim como o argumento sem fundamento de que não é possível a construção de um assentamento na área. Oliveira explica que o Projeto Básico é uma ferramenta para a negociação com os atores responsáveis pelo acesso aos direitos sociais e a reforma agrária como a Prefeitura Municipal, INCRA e MP, além do debate com a sociedade civil e no acampamento.

No documento estão expressas críticas diretas à construção dos condomínios, atestando que o Assentamento é uma proposta antagônica ao modelo da especulação imobiliária que tem como consequências:

[...] aumento do efeito “ilhas de calor” devido à elevação da temperatura urbana; Poluição atmosférica gerada pelo aumento de veículos; Inversão térmica no inverno; Uso intensivo de energia elétrica e recursos hídricos; Impermeabilização da Serra dos Cocais; Aumento do escoamento superficial das chuvas, causando erosões, inundações e assoreamento nas partes baixas da cidade; Diminuição da recarga dos aquíferos e do volume dos mananciais como o reservatório do CLT e outros (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022, p.40).

O termo “agrovila” utilizado no trecho do documento é uma referência aos assentamentos que são organizados espacialmente através do modelo que mantém as moradias em pequenos lotes próximos entre si, em agrovilas, e a área de produção com lotes, divididos por famílias e/ou coletivos, mais extensos em outra área do assentamento. Como veremos, as propostas que estão sendo construídas para o MV se baseiam nesse modelo, porém com certas particularidades.

Como referido no capítulo 1, as Comunas da Terra (CT) propõem a geração de renda através da cooperação com a produção agroecológica e do beneficiamento através de pequenas agroindústrias, além da possibilidade de artesanato, etc, com o benefício da venda direta como forma de garantir maior renda com a ausência de intermediários. Vemos que o Projeto para o MV se baseia nessa concepção em relação a geração de renda, apresentando uma variedade de possibilidades viáveis e sustentáveis.

A primeira é em relação à produção agroecológica, que a comunidade já possui experiências concretas, focada em frutas, legumes, verduras e tubérculos para que possam ser vendidas diretamente ao consumidor em feiras livres em Valinhos, nas cidades vizinhas e em outros locais de comercialização como em barracas no próprio assentamento. Além da venda direta, o documento indica a possibilidade de venda para programas de aquisição de alimentos do governo federal (como o PAA, a Merenda Escolar e o PNAE) através da cooperação.

Segundo o texto

O Assentamento Agroecológico deve priorizar o cultivo de hortas orgânicas e sistemas agroflorestais e pequenos animais em sintonia com a vegetação nativa existente sem a utilização de agrotóxicos, adubos químicos, transgênicos ou hidropônicos. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022, p.38).

O compromisso do MST com a produção agroecológica, sem utilização de venenos ou transgênicos, na confluência da produção agrícola com o processo da natureza, que está presente no Programa Agrário da Reforma Agrária Popular (RAP), apresentado no capítulo 1, é a crítica ao agronegócio com a demonstração da real condição de oferecer alimentos saudáveis através da reforma agrária, pautando a segurança alimentar e fortalecendo a economia regional, com novos postos de trabalho, venda e consumo de produtos locais.

Outra experiência já realizada no MV, através do coletivo de mulheres As Marielles¹¹, contemplada na proposta, é a de beneficiamento da produção do assentamento por meio de compotas, doces, geleias, farinhas, etc, assim como artesanatos. Conforme o documento, está prática aumenta o valor agregado da mercadoria, possibilitando maior rentabilidade, e também sua durabilidade.

¹¹ O Coletivo As Marielles surge em 2018, elas participam de feiras e vendem produtos agrícolas beneficiados, fitoterápicos e artesanato.

Consonante com o que foi verificado durante a pesquisa participante, o MV possui uma característica, desde o início da ocupação, de receber visitantes como de Universidades nacionais e internacionais (por exemplo grupos da PUC, Unicamp, USP, University of Auckland), grupos religiosos progressistas, escolas públicas e privadas, delegações estrangeiras, movimentos sociais, grupos ambientalistas, entre outros. A partir desta realidade, devido a experiência da luta, da produção agroecológica, preservação ambiental e a beleza da Serra dos Cocais, o turismo rural é um grande potencial para geração de renda através da visita, oferta de refeições e comercialização da produção, estando integrado a preservação ambiental, reflorestamento, produção agroecológica, como observamos no trecho a seguir:

Parte dos produtos vegetais e animais deverão também ser processados e transformados em doces, compotas, geleias, conservas, confeitos, embutidos, defumados etc... aumentando a vida útil de prateleira e agregando valor e serem oferecidos em eventos de degustações, almoços e jantares, além de ser servido ao público do turismo rural e ecológico. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022, p.39)

A concretização da produção e geração de renda está baseada num projeto de assentamento com uso sustentável do solo, que prevê o aproveitando ao máximo possível, a partir das condições legais e ambientais, para possibilitar renda familiar a partir do tamanho da área da fazenda. Uma solução construída é a organização em agrovilas a partir dos núcleos de bases (NBs) já existentes, que são grupos que variam de 8 a 15 famílias que funcionam para organização interna, produtiva e territorial do acampamento, além das moradias, as áreas dos núcleos contarão com espaço coletivo para produção. As áreas já impermeabilizadas por antigas construções sem uso e abandonadas contabilizam um total de cerca de 100.000 m², serão priorizadas para construção de casas e espaços de coletivos, como escola, posto de saúde, etc, de modo a minimizar o quanto possível o impacto de novas construções.

O projeto se baseou em 4 cenários possíveis, a partir de duas variáveis. Uma delas é sobre o tamanho da área, em dois cenários são considerados as duas glebas da FEEI, atualmente as famílias ocupam a menor gleba da fazenda, e dois cenários apenas com a área ocupada atualmente. Como podemos ver na foto aérea da FEEI abaixo, as duas glebas são separadas pela Estrada do Jequitibá, ao norte está a denominada Gleba 1 (34,78 ha) parte ocupada pelas famílias, ao sul está a Gleba 2 (95,47 ha) compondo a maior área da FEEI.

Figura 14 - Localização FEEI



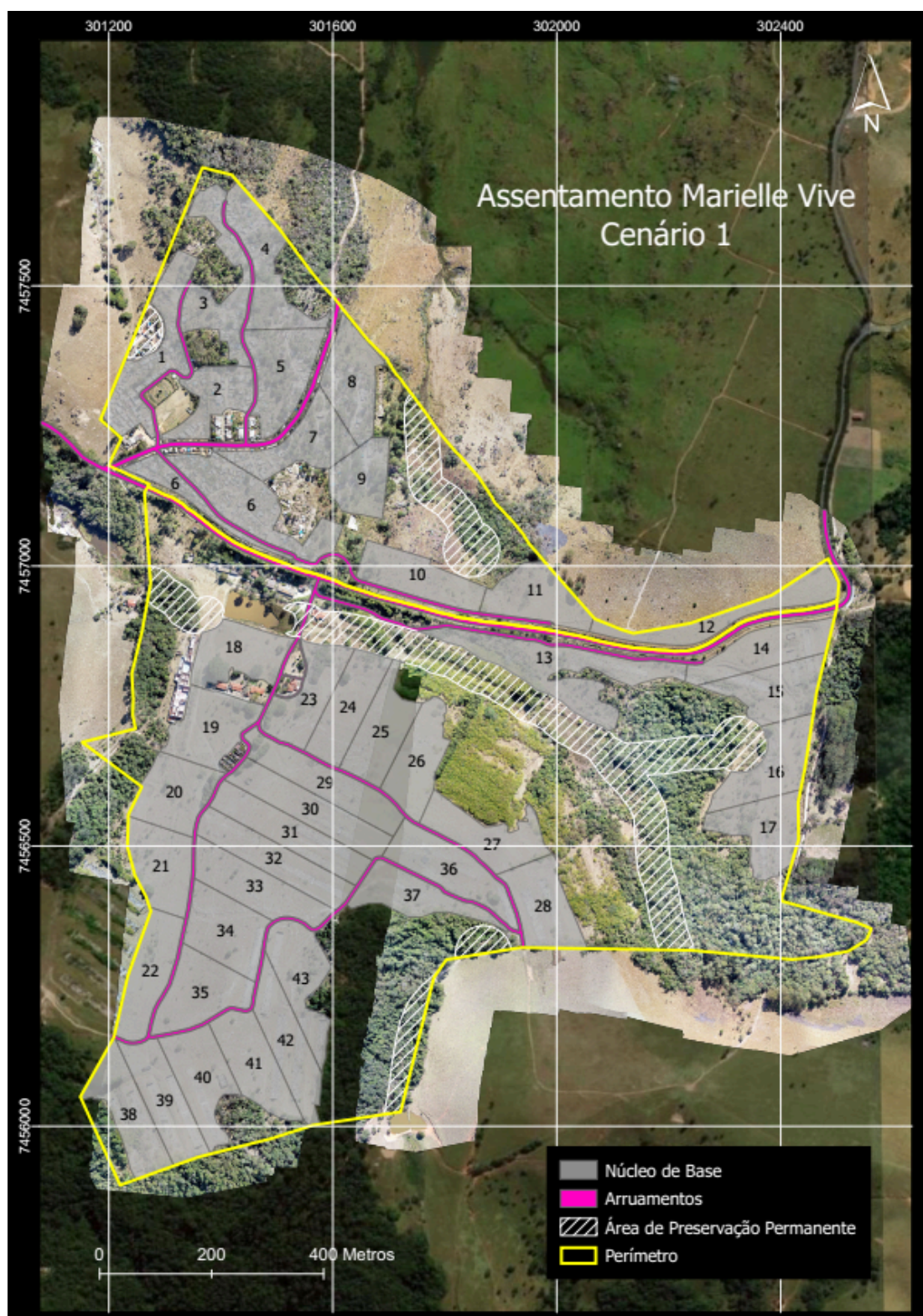
Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022.

A segunda variável é em relação à quantidade de famílias a serem assentadas, existem dois cenários com o total das 430 famílias cadastradas sendo assentadas nas glebas 1 e 2 e outro apenas na gleba 1, e dois outros cenários contabilizando 300 famílias espacialmente distribuídas como os cenários mencionados anteriormente. A justificativa em relação aos cenários indicados na projeto, segundo Oliveira (2020) em entrevista concedida à autora, é a abertura para o debate e construção na sociedade civil, junto aos órgãos públicos e no acampamento,

[...] além da importante demonstração de que é viável a construção do Assentamento Marielle Vive na Fazenda Eldorado, trouxemos possibilidades sobre área e famílias assentadas para que seja construído e debatido com a sociedade o que é mais viável. (Oliveira, 2023).

Neste tópico iremos demonstrar o “Cenário 1” apresentado no documento, que contempla 430 a serem assentadas nas duas glebas, como mostra a figura a seguir.

Figura 15 - Proposta de divisão espacial do Assentamento Marielle Vive por NBs.



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022.

Os números apontados na foto aérea se referem aos NBs, indicando a área de cada NB para moradia e produção, possibilitando a produção coletiva ou por família, no cenário apresentado a área média por família é de 1.594,4m², o tamanho viabiliza a geração de renda conforme possibilidades indicadas anteriormente. Segundo o documento

Salienta-se que nos cenários de ocupação apresentados é considerado o uso de todas as áreas disponíveis da fazenda para a formação dos NBs. Para todos os NBs foram aproveitados os arruamentos já existentes ou foram criados novos arruamentos para se ter acesso a estes NBs. A forma de organização espacial das moradias em cada NB deverá ocorrer de forma agrupada, considerando a facilidade de se instalar as infraestruturas básicas como saneamento (água e esgoto) e energia elétrica, de modo a se ter o máximo aproveitamento do terreno, não devendo ser ocupado mais que 100m² por família para a implantação das edificações. O restante das áreas dentro da NB será utilizado para as atividades produtivas e instalação de infraestrutura básica ligadas a estas atividades, como por exemplo, barracões para armazenamentos, beneficiamento e manufatura da produção, entreposto para ferramentas, equipamentos e maquinário. (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2022, p.54).

A elaboração e o debate acerca do desenho do Projeto é importante, mas o que queremos destacar é a base agroecológica na qual a proposta está permeada, o esforço de considerar o que já existe e é realizado pelas famílias do MV ainda no acampamento, a inventividade de uma proposta que contempla, baseada na luta das famílias, a produção de alimentos agroecológicos em uma região que estava condenada pelo capital imobiliário a urbanização através dos condomínios.

O MV, ao longo dos 5 anos de existência, demonstra na prática a proposta de RAP construída na comunidade, com experiências de produção, comercialização, cultura e organização popular, conforme suas potencialidades e contradições. O Projeto Básico para o Acampamento Marielle Vive é, nesse sentido, mais um passo da elaboração da proposta que está sendo construída pela comunidade desde o dia 14 de abril de 2018.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação apresenta a pesquisa realizada de 2020 a 2023, nela demonstramos os principais elementos em torno dos objetos de pesquisa: o Acampamento Marielle Vive e suas famílias. O esforço foi compreendê-los dentro da dinâmica imposta pelo capital em sua crise estrutural, e a atualidade da reforma agrária e como a luta pela terra se expressa no limiar entre o urbano e o rural. Como parte desta dinâmica, a pesquisa investigou também os desafios organizativos da classe trabalhadora na morfologia atual e a disputa territorial entre o MV e a empresa imobiliária FEEI a partir das duas propostas antagônicas, a reforma agrária e o rentismo.

Enquanto desafios atuais da classe trabalhadora vivemos uma crise organizativa devido aos limites dos movimentos, sindicatos e outras expressões de classe em dar conta da tarefa histórica de organizar a classe no contexto do capital em crise e da nova configuração do mundo do trabalho. Isto também ocorre para os movimentos do campo e de luta pela reforma agrária que, ademais, sofrem ataques em relação à pertinência da sua pauta em contraponto ao imaginário de "modernidade" do Agro. As contradições do modelo hegemônico no campo brasileiro baseado no agronegócio, mineração e hidronegócio expõe os limites civilizatórios do capital que expande seu domínio territorial com sua lógica predadora para cada vez mais regiões do globo. No campo, as consequências são o desmatamento, a intoxicação do solo e das águas, a poluição do ar, transgenia, a eliminação de postos de trabalho e multiplicação de trabalhos precários, impacto na saúde e a concentração da riqueza e poder. Estes exemplos, entre outros tantos, demonstram a inviabilidade de tal modelo. Enquanto isso, a especulação imobiliária é a expressão do capital financeiro e do rentismo na exploração do solo para lucros extraordinários principalmente nas cidades.

A ausência de alternativas dignas de vida assola os trabalhadores e trabalhadoras que vivem sob a égide da barbárie, da violência e sem expectativas de reais melhorias de vida, vivenciando de maneira imperiosa os limites do capital em sua fase destrutiva. Há um grande desafio de como organizar os trabalhadores e trabalhadoras nos grandes centros urbanos onde há concentração da força de trabalho, onde milhões sofrem desemprego, fome, falta

de moradia, subemprego, informalidade.

O MST construiu propostas e lutas de enfrentamento aos ditames atuais do capital, a Comuna da Terra é a expressão do esforço da construção e síntese de experiências de luta pela terra em regiões metropolitanas com ocupações de terras e construção de assentamentos a partir da realidade da produção agroecológica, proximidade com o mercado consumidor e perfil urbano da base social. A Reforma Agrária Popular (RAP), enquanto programa agrário do MST, atualiza a luta pela reforma agrária na hegemonia do agronegócio, nas crises ambiental e social enquanto expressões da crise estrutural do capital, para isso foi necessário superar perspectivas clássicas de reforma agrária e recolocá-la atualizada.

Dessa maneira o MV é expressão desses fatores: da pobreza e condições de vida precárias dos/as trabalhadores/as da metrópole, bem como sua capacidade de se defender e, no caso da RMC, do avanço da especulação imobiliária sob áreas rurais. Ao mesmo tempo, demonstra a capacidade de mobilização da luta pela terra nas metrópoles e o papel fundamental da disputa pela produção de alimentos saudáveis, cultivados pelas famílias do MV, em contraste com o rentismo predatório, representado pela FEEI e seus investidores. São duas formas opostas de desenvolvimento territorial, onde as questões de classe e meio-ambiente estão em pauta. A pergunta é: a sociedade ganha mais com a preservação de uma cinturão verde produzindo uma abundância de produtos saudáveis ou com mais um condomínio fechado reservado para a classe média?

A base social do MV é composta por imensa maioria de migrantes, que passaram por outros municípios do estado de São Paulo ou de outros estados da federação. Grande parte deles são de origem rural ou passaram por experiências de trabalho no campo. As famílias acampadas expõem a realidade dos trabalhadores e trabalhadoras da cidade e as expulsões territoriais sofridas ao longo da vida, uma vez que observamos que os deslocamentos não ocorrem uma única vez e tem como origem a desigualdade social e pobreza. Outro fator relevante é em torno da questão do emprego, a análise dos dados demonstrou que a plasticidade do trabalho juntamente com a flexibilização e insegurança laboral são características relevantes da experiência laboral dos sem-terras do MV.

A realidade nas cidades, de violência, pobreza e déficit habitacional, leva muitas famílias a participarem de ações de ocupações de áreas para moradia irregular, como convencionou-se a habitação dos mais pobres no desenvolvimento urbano brasileiro. A reforma agrária cria outra perspectiva para as famílias das cidades: a esperança da conquista da terra para trabalhar e morar, vinculando a moradia ao trabalho e renda. A produção agroecológica de alimentos traz benefícios enormes não só para os sem-terra, mas também para os consumidores da região e ao meio-ambiente em geral.

Para os sem-terra, a vida no acampamento, ainda sem a conquista, é a resolução imediata de questões fundamentais e materiais, tais como possuir um local para viver, ainda com as condições precárias, e de ter acesso a alimentação, através da cozinha coletiva. Estes são motivadores para a participação na luta. No entanto, observa-se também a criação de vínculos e construção de solidariedade ao fazer parte de uma comunidade, juntamente com os enfrentamentos e resistências coletivos, constrói-se consciência de classe através da identidade sem-terra. A resistência é um marco fundamental das famílias que sofrem risco de despejo, preconceito, segregação, exclusão de direitos sociais e tiveram o acampado Luis Ferreira vítima de homicídio por motivação política.

A questão da disputa territorial entre a especulação imobiliária e a reforma agrária, para além do território específico da luta do Marielle, expressa uma concepção de desenvolvimento e uso do solo. A construção de condomínios horizontais de luxo em áreas rurais, vista aqui na região da Estrada do Jequitibá, é a manifestação local do uso da terra como ativo da especulação imobiliária que territorializa a região a partir da concepção da terra como mercadoria com fins de extração de lucro extraordinário. A constituição de um assentamento vem em outra perspectiva, a da construção de territórios coletivos que contribuirão com a superação da fome - através da geração de renda, distribuição de terras, acessibilidade regional a mais alimentos saudáveis, etc - e com organização solidária a partir do poder popular.

A luta realizada no MV se baseia na construção de um território organizado pelas próprias famílias, com ações voltadas para todos e todas da comunidade, permeadas por cultura e educação, além do foco na produção agroecológica através da construção de hortas coletivas e individuais. O MV se conforma como um lugar baseado na identidade sem-terra e na demonstração concreta da

construção do sonho da regularização da área e conquista do assentamento, a partir da realidade vivida.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Paulo. MST quer fazer de Iaras novo Pontal. Entrevistador: José Maria Tomazela. **Agência Estado**, São Paulo, 11 out. 2009. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/mst-quer-fazer-de-iaras-novo-pontal#google_vignette. Acesso em: 10 maio 2022.

ALENTEJANO, Paulo. Reforma agrária, caos urbano, agronegócio e pandemia. **Revista Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 16, n. 1, Especial COVID-19. pág. 32-38, 2020.

ALVES, Giovani. A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica. **Blog da Boitempo**. 21 set. 2012. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>. Acesso em: 26 fev. 2023.

ALVES, Giovani. **Trabalho e cinema: o mundo do trabalho através do cinema**. Bauru/SP: Projeto Editorial Praxis, 2014.

ANDRADE NETO, João Augusto. **Cooperação e organização em assentamentos rurais: a proposta das Comunas da Terra e a virada do MST para os "urbanos"**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/5361/2/TESE%20-%20Jo%c3%a3o%20Augusto%20de%20Andrade%20Neto%20%283%29.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2023.

ANGOTTI, Tom. Novas teorias anti-urbanas para as metrópoles: “planeta de favelas” e regionalismo apocalíptico. **Revista PosFAUUSP**, n. 25, 357-366. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-2762.v0i25p357-366> p. 357-366. Acesso em: 20 jan. 2023.

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. *In*: CIMADAMORE, A.; D. CATTANI, A. (orgs.). **Produção da pobreza e desigualdade na América Latina**. Porto Alegre. Tomo Editorial/CLACSO, 2007.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v.18, n.81, p.39-53. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações internas no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 77-100, jul./dez. 2012.

BARTRA, A. **Campesindios: aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado**. Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica. La Paz: 2010.

BEHRING, E. **Contra reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BREDARIOL, Márcio Adriano. **Patrimônio natural: preservação ou privatização?** ações do poder público e os interesses privados: o caso da Serra dos Cocais entre Itatiba, Louveira, Valinhos e Vinhedo (SP). 2020. 1 recurso online (284 p.) Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1640304>. Acesso em: 13 mai. 2024.

BOMBARDI, L. **O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

CALDART, R. O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados** [online]. 2001, v. 15, n. 43. Acesso em: 16 fev. 2022, pp. 207-224. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Epub 16 Mar 2005. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.

CARLOS, Ana Fani A. **A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista. Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, Yasmin. Entrevista concedida à autora. Entrevistadora: Tassiana Barreto de Barros Moreira. Virtual, 16 out. 2020.

COVID-19: região de Campinas mantém patamar de mortes, mas casos positivos aumentam 23%. **G1 Campinas e Região**, Campinas, 24 dez. 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2022/12/24/covid-19-regiao-de-campinas-mantem-patamar-de-mortes-mas-casos-positivos-aumentam-23percent.g.html>. Acesso em: 20 jan. 2023.

CUNHA, J. Aglomerações urbanas e mobilidade populacional: o caso da Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População** [online]. 2016, v. 33, n. 1, pp. 99-127. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-309820160006>>. ISSN 0102-3098. <https://doi.org/10.20947/S0102-309820160006>. Acesso em: 13 dez. 2021.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DE MARIA, Pier Francesco. Pobreza e migração no Brasil metropolitano (1995-2015). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais** [online]. 2019, v. 21, n. 3, pp. 546-566. Disponível em: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p546>>. Epub 05 Dez 2019. ISSN 2317-1529. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n3p546>. Acesso em: 29 jan. 2022.

FERNANDES, Bernardo. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, jan/jun de 2005 – ISSN 1806-6755.

FERNANDES, Bernardo. Entrando nos territórios do Território. *In*: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, Bernardo. Sobre a tipologia de territórios. *In*: Saquet, Marcos Aurélio. Sposito, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. 2011. 263 p. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1616201>. Acesso em: 18 ago 2020.

GENNARI, A. Globalização, neoliberalismo e exército de reserva no Brasil nos anos 1990. 4º COLÓQUIO MARX E ENGELS – CEMARX. 2005, Campinas. **Anais do 4º Colóquio Marx e Engels**. Campinas: CEMARX, 2005. Disponível em: <https://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m2c1.pdf>. Acesso em: 13 mai 2024.

GOLDFARB, Yamila. Repensar a relação campo-cidade através das Comunas da Terra: os significados e desafios de um novo modelo de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: 2005. Disponível em <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/17.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios**. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.8.2007.tde-02012008-112829. Acesso em: 2022 abr. 2021.

GONÇALVES JUNIOR, Francisco de Assis. **Paisagem e sustentabilidade urbana: o papel dos loteamentos fechados e condomínios horizontais em Vinhedo - SP**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014. doi:10.11606/T.8.2014.tde-26052015-095906. Acesso em: 2023-03-20.

HARVEY, David. **O "Novo" Imperialismo: acumulação por espoliação**. *Socialist Register*, p. 95- 126. 2004

HARVEY, David. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HARVEY, David. A crise da urbanização planetária. **Blog da Boitempo**. 2015. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2015/01/10/david-harvey-a-crise-da-urbanizacao-planataria/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

IBGE CIDADES. Municípios. São Paulo. **Valinhos**. [2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/valinhos.html>. Acesso em: 07 jan. 2023.

JANNUZZI, P. Mobilidade social no contexto de adversidades crescentes do mercado de trabalho brasileiro dos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, p. 255-278, jul./dez. 2002.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. *In*: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (org). **A cidade do pensamento único**. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis, Vozes, 2000. p. 121-192.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. *In*: MARICATO, Ermínia (org.). **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTA. Entrevista concedida à autora. Entrevistadora: Tassiana Barreto de Barros Moreira. Valinhos, 01 fev. 2022.

MARX, Karl. **O capital. Livro I**. São Paulo: Boitempo, 2018.

MELO, Erick. Financeirização, governança urbana e poder empresarial nas cidades brasileiras. **Cadernos MetrÓpole**, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/JRQ99q3j4dKm7ZVYGcVvzyg/?lang=pt#>. Acesso em: 11 fev. 2023.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Tassiana. O sol. 2022a.

MOREIRA, Tassiana. O quarto. 2022b.

MOREIRA, Tassiana; OLIVEIRA, Gerson. **Organização popular e luta pela terra nos centros urbanos: a experiência do acampamento Marielle Vive do MST na Região Metropolitana de Campinas/SP**. *No prelo*.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST**. Lutar, Construir Reforma Agrária Popular. São Paulo: 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Memorial Luis Ferreira da Costa**. Valinhos, 2019a.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Relatório**: ameaça de despejo e violações de direitos humanos. Valinhos, 2019b.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Projeto Básico para o Acampamento Marielle Vive**: viabilidade legal, ambiental e social para a regularização das famílias do Acampamento Marielle Vive em Valinhos/SP. Valinhos: 2022.

NASCIMENTO, Ederson. Região Metropolitana de Campinas (SP): cinco décadas de expansão urbana. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas, 2016. Disponível em : https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2628/2016v6n1_ENascimento. Acesso em: 18 jul. 2021.

Nº de trabalhadores informais cresce 13,4% em 6 anos na RMC, diz Caged. **G1 Campinas e Região**, Campinas, 17 out 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2016/10/n-de-trabalhadores-informais-cresce-134-em-6-anos-na-rmc-diz-caged.html>. Acesso em: 14 abr. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos Cebrap**, n. 2, 1972.

OLIVEIRA, Gerson. Entrevista concedida à autora. Entrevistadora: Tassiana Barreto de Barros Moreira. Campinas, 15 out 2020.

OLIVEIRA, Gerson. Entrevista concedida à autora. Entrevistadora: Tassiana Barreto de Barros Moreira. Campinas, 07 fev 2023.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PELLICCIOTA, M. **Agricultura, pecuária e território**. Contribuições a historia agraria de Campinas. 1774-1920. Disponível em: https://www.academia.edu/10814494/Agricultura_pecu%C3%A1ria_e_territ%C3%B3rio_Contribui%C3%A7%C3%B5es_a_historia_agraria_de_Campinas_1774_1920. Acesso em: 20 set. 2021.

PEREIRA, T. Ao paralisar a construção civil, Lava Jato ampliou a crise econômica e o desemprego. **Rede Brasil Atual**, 02 jul. 2019. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2019/07/lava-jato-ampliou-crise-des-emprego-construcao-civil/>. Acesso em: 02 maio 2022.

PINA, Ruth. “Um guerreiro, um lutador”, dizem amigos sobre sem-terra atropelado durante ato. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/07/21/um-guerreiro-um-lutador-dizem-amigos-sobre-sem-terra-atropelado-durante-ato/>. Acesso em: 10 nov. 2023.

POZZUTO, H. Plano Diretor, você, eu, água suja e enchentes: o que temos a ver com isso?. **Pé de Figo**, Valinhos, 12 jan 2019. Disponível em: <https://pedefigo.com/plano-diretor-voce-eu-agua-suja-e-enchentes-o-que-temos-a-ver-com-isso/>. Acesso em: 08 jun 2023.

PREVITALE, Orestes. Eleições 2020 entrevista: Orestes Previtale e Laís Helena. 20 Out 2020. In FACEBOOK. **Jornal Terceira Visão**. Vídeo. Disponível em: <https://www.facebook.com/JTVJornalTerceiraVisao/videos/5236518783040974/>. Acesso em: 02 Fev 2021.

RMC tem 5 cidades com desemprego acima da média nacional. **ACIDADEON Campinas**, Campinas, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/economia/NOT,0,0,1419974,rmc+tem+5+cidades+com+desemprego+acima+da+media+nacional.aspx>. Acesso em: 03 abr. 2020.

RODRIGUES, A. Desigualdades socioespaciais: a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v.4, n.6, 2007.

ROLNIK, Raquel. Novas leituras sobre a RMC. III SEMINÁRIO DE HABITAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS. 2007, Campinas. **PUC-Campinas**. Campinas, 2007.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSANDISKI, E. Estudo temático: Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Portal PUC Campinas**, Campinas, 2018. Disponível em: https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2018/10/tematico_02.pdf. Acesso em: 19 abr. 2024.

ROSANDISKI, E. Nota Técnica: COVID-19 e impactos sobre o Mercado de Trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Portal PUC Campinas**, Campinas, mar. 2020. Disponível em: <https://www.puc-campinas.edu.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota-tecnica-2020-COVID19.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

ROSSET, P. M.; MARTÍNEZ-TORRES, M. Agroecología, territorio, recampesinización y movimientos sociales. **Estudios Sociales**, La Rioja, v. 25, n. 47, p. 275 - 299, 2016.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANSOLO, D. Espacialidades no mundo contemporâneo: desafios teóricos e empíricos. VII ENANPEGE. 2007, Niterói. Apresentação oral. Niterói, 2007.

SANTOS, R. **Migração no Brasil**. São Paulo: Editora Scipione. 1994

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, J. A configuração atual, os conflitos e as potencialidades das transformações sócio – espaciais na Região Metropolitana de Campinas. 53º ICA CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. 2009, Ciudad de México. **Anais do 53º Congresso Internacional de Americanistas**. Ciudad de México, 2009.

SANTORO, Paula Freire; ROLNIK, Raquel. Novas frentes de expansão do complexo imobiliário-financeiro em São Paulo. **Cadernos MetrÓpole**, v. 19, n. 39, p. 8-10, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3903>. Acesso em: 20 mar. 2023.

SANDRA, Josefa. Entrevista concedida à autora. Entrevistadora: Tassiana Barreto de Barros Moreira. Valinhos, 24 jan 2023.

SANTOS, Raymunda. Entrevista concedida à autora. Entrevistadora: Tassiana Barreto de Barros Moreira. Virtual, 30 jun 2021.

SCINOCCA, Ana Paula. Investimento inicial é de R\$ 35 mi e deve gerar mil empregos; obra deve ser iniciada no ano que vem Valinhos terá parque de Beto Carrero. São Paulo, **Folha de São Paulo**, 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/campinas/cm1810199906.htm>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

SECAFIM, Edson. 21º Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Valinhos. Valinhos. 21 ago. 2018. *In*: Youtube. **Câmara Municipal de Valinhos**. Vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=eUFDv25IXbg&t=12653s>. Acesso em: 10 fev 2021.

SILVA, Cristiano. Os aspectos de vulnerabilidade agravantes da vivência social dos jovens em cidades da Região Metropolitana de Campinas. **Portal PUC Campinas**, Campinas, 2022. Disponível em: <https://observatorio.puc-campinas.edu.br/os-aspectos-de-vulnerabilidade-agravantes-da-vivencia-social-dos-jovens-em-cidades-da-regiao-metropolitana-de-campinas/>. Acesso em: 15 jan. 2023.

SILVEIRA, Selina. Economia da RMC enfrenta desafios nas exportações, geração de emprego e desenvolvimento social, afirmam especialistas no III Fórum Observatório PUC-Campinas. **Brasil Campinas**, Campinas, nov 2021. Disponível em: <https://brasilcampinas.com.br/economia-da-rmc-enfrenta-desafios-nas-exportacoes-geracao-de-emprego-e-desenvolvimento-social-afirmam-especialistas-no-iii-forum-observatorio-puc-campinas.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

SOUZA, M. J. L. de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.) **Geografia: conceitos e temas**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SOUZA, Marina. MST inaugura escola em Valinhos (SP) em homenagem a Luís Ferreira, morto há 107 dias. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/02/mst-inaugura-escola-em-valinhos-sp-e-m-homenagem-a-luiz-ferreira-morreu-ha-107-dias>. Acesso em: abr 2021.

THOMAZ JR., A. GEOGRAFIA DO TRABALHO POR INTEIRO. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 19, n. 2, 2018a. DOI: 10.33026/peg.v19i2.6000. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/6000>. Acesso em: 13 mai 2024.

THOMAZ JR., Antonio. **A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria** – qual o lugar do campesinato e do proletariado? *In* Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual - 1ª ed.. Org. Bernardo Mançano Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2018b.

THOMPSON, Edward. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**. 1977. Disponível em: www.marxists/portugueses/admin/correio.htm. Acesso em: 10 jan. 2023.

WILHEIM, J. RAP Fazenda São Bento do Jardim. **JWurbana**, 2003. Disponível em: <http://www.jwurbana.com.br/v1/Projeto/visualizar/1731>>. Acesso em: 27 nov. 2020.

WILHEIM, J. Plano Diretor e anteprojeto de urbanização da região dos lagos - Valinhos (SP). **JorgeWilheim**. 2005. Disponível em: <http://jorgewilheim.com.br/homolog/Projeto/visualizar/1832>>. Acesso em: 27 nov. 2020.